

edição especial

# Revista Adusp

Associação dos Docentes da USP  
Seção Sindical da Andes-SN - Outubro de 2002 - N°27

MBA  
PERSONAL FINANCE

GRATUIDADE EM PERIGO

## Cursos pagos ameaçam caráter público da USP

Intel

ção Gr

net

LUNDAC

A ECA está oferecendo cursos na área de Internet e Computação Gráfica, HTML, animação e programas gráficos. As vagas são limitadas e é 1 aluno por micro.

Este curso faz a diferença

da ECA USP



Endereço: Rua do Café s/n, Campus da USP - Ribeirão Preto-SP  
Fone/Fax: (016) 602-4079  
www.forp.usp.br/funorp

OBJETIVOS DA FUNORP

Desenvolvimento de programas de assistência às áreas de saúde. Apoio ao ensino, pesquisa e consultoria na área de Odontologia Médica, científicas e culturais.

Assistência a professores, pesquisadores e pessoal técnico de apoio, que possam contribuir para a consecução dos objetivos da Fundação. Apoiar cursos de aperfeiçoamento, de especialização e outras atividades científicas promovidas pela FORP-USP que visem a difusão do conhecimento.

Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto  
Universidade de São Paulo

Curso de POS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

DE PROJETOS

de José dos Campos

FUNDAÇÃO VANZOLINI

Curso com foco no PM BOK: desde Part CPM, Cronograma, e Planejamento.

Início: Setembro/2002

Contato: (11) 3814-7360 ramal 333/479 das  
e-mail: capacitação.projetos@vanzolini.org.br

fipe

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

MBA

E-Business

MBA EXECUTIVO EM ÁREAS INOVADORAS

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REAL ESTATE 28 e 29 DE SETEMBRO DE 2002 No campus da USP

MBA REAL ESTATE

MBA GESTÃO DE LOGÍSTICA

MBA GESTÃO DE MARKETING SOCIAL

MBA

FUNDEFARP

FUNDAÇÃO PARA O ENSINO E A PESQUISA EM CIÊNCIAS FARMACÉUTICAS DE RIBEIRÃO PRETO

CURSOS 2002

- Pró-reitorias admitem falta de informações
- Conselho de Pós-graduação suspende novos cursos pagos
- Programas de pós-graduação lato sensu já são 112, contra 221 strictu sensu
- Preços chegam a R\$ 33.600

valor à sua profissional

EAC - FEA - USP  
FIMECAF

Augusto César Soares  
Data: 25 e 26 de maio de 2002 - 08h

Medicina na Saúde, na Doença e na Nutrição - Toledo  
Mestrado: Profa. Dra. Sueli de  
Data: 7 e 8 de junho de 2002 - 08h

10 - Epilepsia atada em Microcirurgia de Ribeirão - Toledo  
Mestrado: Profa. Dra. Elaine Cristina Pereira De Moraes  
Data: 20 e 21 de setembro de 2002 - 08h

12 - Controle de Qualidade em Embalagens - Toledo  
Mestrado: Profa. Dra. Maria José Torres Fonseca  
Data: 26 de outubro de 2002 - 08h

13 - Desenvolvimento, Gerenciamento e Legislação em Farmácia e Drogarias - Toledo



## Especial Cursos Pagos

6

**Suspensão da aprovação de novos cursos pagos: vitória da Universidade pública**

Gilberto Cunha Franca e Irani Braga Ramos

13

**Entrevista com a pró-reitora de Pós-Graduação, Suely Vilela**

Pedro Estevam da Rocha Pomar

17

**Entrevista com o pró-reitor de Cultura e Extensão, Adilson Avansi**

Almir Teixeira

23

**Estatísticas omitem número de cursos pagos**

25

**Ministério Público Federal aperta o cerco à cobrança de taxa**

28

**Preço do mestrado profissionalizante varia de R\$ 18 mil a R\$ 33 mil**

32

**Cecae, ligada à Reitoria, também promove cursos pagos**

Carolina Fantaccini e Fernanda Franklin

35

### Exatas e Aplicadas

36

**Na Poli, Pece cresce 33% e arrecada R\$ 4 milhões em 2001**

Gilberto Maringoni

41

**Pressão por cursos pagos no IQ**

Almir Teixeira e Renata Menezes

44

**IAG contabiliza sete cursos pagos em 2002**

Bianca Antunes

45

**No IO, preço dos cursos de difusão varia de R\$ 20 a R\$ 150**

Bianca Antunes

46

**Curso de extensão do IGc cobra R\$ 1.050 por aluno**

Bianca Antunes

48

**IME realiza cursos pagos há 21 anos**

Bianca Antunes

49

**“Show” da Física gera renda industrial**

Almir Teixeira

51

### Biológicas

52

**Na FM, cursos aprovados pela CCEX têm receita prevista de R\$ 2,5 milhões em 2002**

Almir Teixeira

55

**Reestruturação dos cursos pagos na Saúde Pública**

Almir Teixeira

58

**Convênios com órgãos públicos como alternativa à cobrança**

Almir Teixeira

60

**Em 2001, Psicologia realizou 32 cursos pagos**

Terezinha Vicente Ferreira

64

**Na Educação Física, preço dos cursos varia de R\$ 100 a R\$ 415**

Gilberto Maringoni

66

**Farmácia tem dois cursos pagos e espera autorização para outro**

Renata Menezes

68

**“Maravilhosa biblioteca, ótimo corpo docente” na Odontologia. E dezenas de cursos pagos**

Renata Menezes

70

**Cursos pagos geram forte polêmica no ICB**

Renata Menezes

75

**Museu de Zoologia promove 5 cursos pagos**

Renata Menezes

77

**Mesmo sem convênio, fundação oferece cursos pagos na FMVZ**

Márcio Kameoka

79

### Humanas e Artes

80

**Educação aguarda debate sobre cursos privados**

Almir Teixeira

83

**Renda industrial ajuda a manter a FFLCH**

Gilberto Maringoni

86

**FEA oferece os cursos mais caros da USP**

Terezinha Vicente Ferreira

89

**De quem são os cursos do Direito?**

Almir Teixeira

91

**Mais de 50 cursos pagos na ECA**

Terezinha Vicente Ferreira

97

**Escola do Futuro oferece ensino à distância pago**

98

**MAC e MAE cobram por cursos e oficinas**

99

**Cursos de fundação “completam” currículo na FAU**

Terezinha Vicente Ferreira

#### **DIRETORIA**

Ciro Teixeira Correia, Osvaldo Coggiola, Otaviano Helene, Raquel Aparecida Casarotto,  
Francisco Capuano Scarlato, Sérgio Tadeu Meirelles, Guenther Carlos Krieger Filho,  
Flávio César Almeida Tavares, Sérgio Paulo Amaral Souto, Luiz Jorge Pedrão

#### **Comissão Editorial**

Adilson Odair Citelli, Hélio Morishita, Jair Borin,  
Luiz Menna-Barreto, Osvaldo Coggiola, Paulo Eduardo Mangeon Elias

**Editor:** Pedro Estevam da Rocha Pomar • **Assistente de redação:** Carolina Fantaccini

**Editor de Arte:** Luís Ricardo Câmara • **Assistente de produção:** Rogério Yamamoto

**Capa:** Luís Ricardo Câmara • **Ilustrações:** Maringoni

**Secretaria:** Alexandra M. Carillo e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

**Distribuição:** Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Fotolitos: Bureau OESP

Impressão: Editora Referência

Tiragem: 8 000 exemplares

#### **Adusp - S. Sind.**

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: [imprensa@adusp.org.br](mailto:imprensa@adusp.org.br)

Telefones: (011) 3813-5573/3818-4465/3818-4466 • Fax: (011) 3814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação trimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - S. Sind., destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores. Contribuições serão aceitas, desde que os textos, inéditos, sejam entregues em disquete e tenham, no mínimo, dez mil e, no máximo, vinte mil caracteres. Os artigos serão avaliados pela Comissão Editorial, que decidirá sobre seu aproveitamento.

# CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“Artigo 206- O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
(...) IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.”

## X

# REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA USP

“Artigo 130- Tendo em vista as características e os objetivos de cada curso de especialização poderão, a critério da Unidade, ser cobradas taxas (seleção, inscrição e custeio).”

O presente levantamento dos cursos pagos existentes na USP, embora circunscrito às unidades sediadas na Capital do Estado, revela uma situação preocupante: a universidade pública e gratuita em célere processo de descaracterização. A desconstituição do caráter público da USP, provocada por múltiplas iniciativas de mercantilização do ensino, é tolerada e até incentivada por normas internas da universidade, que ferem abertamente a Constituição Federal.

Este retrato da inexorável expansão do ensino pago no interior da USP, “a maior instituição de ensino superior e pesquisa do país”, não pretende, obviamente, esgotar o tema. Trata-se de um primeiro sinal de alerta, diante da disseminação da oferta de cursos pagos por unidades, núcleos de pesquisa e até órgãos auxiliares da Reitoria, como a Cecaec.

A privatização (ou devemos buscar algum eufemismo para designar esse “estado de coisas”?) foi naturalizada na USP. Tornou-se “natural”, por exemplo, cobrar-se taxas de inscrição de 50 reais até dos candidatos a aluno especial das disciplinas da pós-graduação *stricto sensu*. Dispositivos como o artigo 130 do Regimento da Pós-Graduação e o artigo 7º da Resolução 3878/91 do CoCEX, que permitem a cobrança de taxas, podem ser invocados como útil argumento de autoridade em favor dos cursos pagos. A implantação dos chamados mestrados profissionalizantes apenas levou ao paroxismo o processo de “naturalização” do ensino pago como atividade intrínseca à USP.

Aos que defendem a universidade pública, gratuita e de qualidade, está posta a tarefa de combater esse processo. A decisão do CoPGr, aqui relatada nas próximas páginas, de suspender a aprovação de novos cursos pagos e questionar os mestrados profissionalizantes, é um sintoma estimulante da resistência, crescente, à descaracterização da universidade pública e gratuita.

Nesta edição especial da *Revista Adusp* os leitores encontrarão uma exposição sistemática da presença dos cursos pagos nas faculdades, escolas e institutos da USP na Capital, agrupados por área (Exatas, Biológicas e Humanas). As situações são muito diferenciadas, bem como os valores cobrados. Mas, excetuando-se umas poucas unidades, a realização de tais cursos tornou-se rotina, com todas as distorções que essa prática pode acarretar. Atente-se para a revelação da coordenadora de um desses cursos: “Deve-se tomar muito cuidado com a concentração de poder. Selecionar qual é o professor que vai ganhar R\$ 1.600,00 num final de semana é algo bastante complicado”.

# SUSPENSÃO DA APROVAÇÃO DE NOVOS CURSOS PAGOS: UMA VITÓRIA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Gilberto Cunha Franca

Mestrando em Geografia Humana e representante discente no CoPGr

Irani Braga Ramos

Doutorando em Estruturas e representante discente no CoPq

*Até outubro de 2002 está suspensa, na USP, a aprovação de novos cursos de especialização e mestrados profissionalizantes pagos, por decisão do Conselho de Pós-Graduação (CoPGr), com base em parecer da representação discente de pós-graduação contrário à aprovação de quatro cursos. O parecer denuncia a ausência de planilhas de custos, a obscura distribuição dos recursos, a quebra da isonomia salarial, a ilegalidade da cobrança de mensalidades e o funcionamento das fundações privadas de apoio, responsáveis por muitos dos cursos pagos*

**T**odos os que defendem a universidade pública têm muito que comemorar: até outubro deste ano está suspensa, na USP, a aprovação de novos cursos de especialização e mestrados profissionalizantes pagos. Esta decisão foi tomada pelo Conselho de Pós-Graduação (CoPGr) depois que a bancada de representantes discentes de pós-graduação emitiu um parecer contrário à aprovação de quatro novos cursos. O parecer condena o procedimento meramente burocrático de aprovação desses cursos, comum nos últimos anos, e denuncia a ausência de planilhas de custos, a obscura distribuição dos recursos, a quebra da isonomia salarial dos funcionários docentes e não-docentes, a ilegalidade da cobrança de mensalidades de atividades de ensino e o funcionamento obscuro das fundações de apoio, responsáveis por uma parcela considerável desses cursos pagos.

Uma trajetória de cerca de 15 anos de crescimento ininterrupto da participação dos cursos pagos e das fundações privadas na USP foi interrompida quando a representação discente, em reunião do CoPGr, em 10 de dezembro de 2001, pediu vistas dos processos de criação dos cursos pagos em pauta naquela data. O parecer foi apresentado na reunião seguinte do CoPGr, em 24 de abril, dando origem a um intenso debate. Como conseqüência, os cursos não foram

aprovados e criou-se uma comissão (composta por docentes e um estudante) para analisar os objetivos, o financiamento e o acompanhamento de cada um dos cursos. Os resultados desse trabalho deverão ser apresentados ao CoPGr até outubro, quando serão regulamentados ou extintos todos os cursos de pós-graduação pagos na USP.

A suspensão da aprovação de novos cursos deve ser comemorada também por aqueles que estão fora dos muros da USP, já que, por meio dos cursos pagos, direciona-se a estrutura pública da Universidade e a sua produção àqueles que podem

*“Urge exigir as planilhas dos cursos propostos. Inconcebível aprovar um curso sem saber dos seus custos e receitas para a USP”*

pagar. Atualmente, há cerca de 90 mil alunos matriculados em cursos de extensão, os quais em grande parte são pagos. Essa foi a maneira encontrada de privatizar a Universidade aos poucos, em pequenos leilões. A USP deveria criar novos cursos gratuitos, em especial noturnos, e abrir novos campi.

O universo dos cursos pagos representa uma redefinição dos princípios e objetivos da USP, e está se constituindo na espinha dorsal de uma Universidade voltada para o mercado. Seu crescimento foi combinado com a redução do financiamento público, numa política que, paulatinamente, fere a autonomia

intelectual e mina o compromisso social, dando lugar privilegiado aos interesses privados de um mercado controlado por multinacionais. Com isso, a pesquisa criativa de nossa realidade está sendo substituída pela corrida irracional da competitividade empresarial importada e que se instala nos laboratórios, nas salas de aulas e nos corredores da Universidade<sup>1</sup>.

O debate está aberto e só foi possível começá-lo a partir da greve de 2000. Foi nesse momento que a discordância foi restabelecida. O saldo da greve foi muito além dos justos ganhos salariais ao recolocar a urgência da contratação de professores, da democracia na USP, da recusa das fundações. Foi rompido o cerco que impunha um único pensamento e uma única ação à Universidade.

O parecer apresenta razões técnicas e jurídicas para a suspensão, mas destaca, também, alguns elementos de fundo do conceito de Universidade Pública. O parecer deve ser lido como um documento político que questiona o funcionamento irregular e inconstitucional, não só dos quatro cursos que estavam na pauta, mas da totalidade dos cursos em funcionamento na USP.

Em primeiro lugar, os cursos negam a Constituição da República, ao cobrarem taxas e mensalidades. Os artigos 206 e 207<sup>2</sup> são claros quanto ao princípio da gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais. Desta forma, torna-se patente que a cobrança de qualquer taxa nas atividades



**Sala de aula do Pece, na Escola Politécnica**

de ensino da Universidade, sejam elas de cursos regulares ou não, é ilegal. Nos cursos de especialização há professores, salas de aula, aulas, avaliações, controle de presença e certificados de conclusão. Ministrando esses cursos inclui-se, portanto, no conjunto de atividades de ensino da Universidade. Além disso, não é permitida a reserva de vagas em cursos promovidos (mesmo os de *lato sensu*) pela Universidade e o acesso deve basear-se no mérito e não pode prejudicar não-pagantes em detrimento de pagantes<sup>3</sup>.

Em segundo lugar, nos casos em que as normas da USP permitem a cobrança de mensalidades<sup>4</sup> (apesar de sua inconstitucionalidade), as taxas devem servir apenas para seleção, inscrição e custeio, o que não pode ser averiguado sem apresentação de planilhas orçamentárias, de custos e de utilização dos

recursos da Universidade. Como também estão previstos repasses dessas verbas para os cofres da Universidade, é inconcebível aprovar um curso sem saber dos seus custos e receitas para a USP.

No parecer sobre o curso de especialização em Administração de Projetos se aconselha a apresentação de justificativas para o alto valor das mensalidades do curso<sup>5</sup> (*ver tabela*). O mesmo ocorre na Câmara Curricular do CoPGr<sup>6</sup>, que condiciona a aprovação do curso de Especialização em Biotecnologia à apresentação de uma planilha contendo a receita e as despesas do curso. Essa planilha não consta dos documentos entregues aos conselheiros do CoPGr. Essa exigência, a nosso ver, deve ser estendida a todos os processos presentes e futuros a serem submetidos à Administração da Universidade.

<b>Cursos de especialização <i>lato sensu</i></b>	<b>Carga horária</b>
MBA – Administração de Projetos – Faculdade de Economia e Administração	500h 12 meses
MBA – Executivo em Finanças – Faculdade de Economia e Administração	1080 h 24 meses
Ortodontia e Ortopedia facial – Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto	2630 h 24 meses
Motricidade Oral-Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru*	822 h 24 meses
Biotecnologia: aspectos de biossegurança – produção e comercialização de OGMs – Instituto de Ciências Biomédicas**	360 h 24 meses

\*Curso aprovado em razão dos gastos relativamente re

O próprio ex-pró-reitor Hector Terenzi explicita a inexistência de mecanismos de controle da expansão dos cursos *lato sensu* no seu Relatório de Gestão (p. 8). Segundo esse Relatório, existem atualmente 112 cursos de especialização na USP (14 fazendo parte dos programas MBA-USP da FEA), 47 dos quais criados nos últimos quatro anos. Considerando as informações sobre as pretensões de cobrança nos cursos em vista, pode-se inferir que um considerável volume de recursos vem sendo movimentado sem o controle das instâncias da Universidade. Urge exigir não apenas a apresentação das planilhas dos cursos propostos como também as planilhas de prestação dos cursos já oferecidos anteriormente, e o mecanismo para

## Dados dos cursos de especialização propostos

Vagas	Inscrição	Mensalidade	Matrícula	Valor total do curso (min/max)	Preço do curso por aluno (R\$)	Valor/ hora do curso	Número de disciplinas	Número de professores
25-35	ISENTA	R\$ 2.150,00 (12 parcelas)	R\$ 2.200,00	R\$ 700.000,00/ R\$ 980.000,00	28.000,00	R\$ 56,00	8	21
15-20	ISENTA	R\$ 3.3750,00 (4 parcelas)	ISENTA	R\$ 202.000,00/ R\$ 270.000,00	13.500,00	R\$ 12,50	17	27
6-12	R\$ 50,00	R\$ 1.630,00 (12 parcelas)	ISENTA	R\$ 235.020,00/ R\$ 470.040,00	39.170,00	R\$ 14,89	28	Não consta do processo
6-12	R\$ 50,00	ISENTA	ISENTA	R\$ 300,00/ R\$ 600,00	50,00	R\$ 0,06	18	9
30 (Max.)	R\$ 30,00	R\$ 400,00 (10 parcelas)	R\$ 300,00 por módulo (4 módulos)	R\$ 156.900,00	5.230,00	R\$ 14,52	Não consta do processo	Não consta do processo

uzidos dos alunos \*\* Esse curso receberá recursos financeiros da Unido, US\$ 17.000,00, provenientes de um programa entre as agências das Nações Unidas

isso é condicionar a aprovação de novos programas *lato sensu* de uma Unidade à aprovação das contas dos programas já implantados.

O terceiro questionamento do parecer foi quanto à quebra da isonomia salarial e ao cumprimento de cargas horárias regimentais. Tomando como referência a questão anterior, da ausência de planilhas, e os valores da tabela, é de se considerar que pode estar ocorrendo quebra da isonomia salarial dos docentes da Universidade, no momento em que os professores e funcionários entram no custeio do curso.

Os quatro processos questionados no parecer apresentavam listas de professores envolvidos com os cursos, mas não especificavam o grau de comprometimento com

as atividades remuneradas. Como alguns deles se aproximam, em valores médios, do limite regimen-

*“Até a reunião de outubro, o CoPGr discutirá os cursos pagos, o que abre o debate sobre sua existência na USP”*

tal (Resolução 3353/89)<sup>7</sup>, torna-se imprescindível a inclusão de planilha com as atividades a serem

desenvolvidas por cada docente.

A quebra da isonomia salarial é a expressão monetária de um universo de desigualdades e privilégios em curso na Universidade. Os professores, os departamentos ou as faculdades que oferecem os MBAs e os demais cursos de especialização convivem com o restante da Universidade numa situação muito distinta. O montante arrecadado pelos cursos pagos e fundações supera de longe as verbas vindas dos cofres públicos, mas induz a produção acadêmica e tempo dos professores ao ritmo e ao interesse do mercado. Nem é preciso responder quem recebe a justa atenção dos docentes envolvidos, se são os cursos regulares de graduação e pós-graduação ou os MBAs e os

demais cursos de especialização.

O parecer questionou, por fim, a aprovação dos novos cursos de especialização dada a vinculação da maioria deles às fundações, atualmente objeto de investigação, de desconfiança e de recusa. Para aumentar ainda mais a desconfiança, o curso de especialização de Administração de Projetos é oferecido antes mesmo de ser aprovado pelo CoPGr (veja fac-símile de prospecto). Este MBA-FEA usa o nome da Universidade, o curso é oferecido nas salas de aula da Universidade, funcionários da USP trabalham para o curso. Esse curso é comercializado como sendo da USP.

A Fundação Instituto de Administração (FIA), que o comercializa, não está, pelo que sabemos, autorizada pelo MEC a emitir certificados ou diplomas. Configuram-se várias irregularidades que precisam ser explicadas, investiga-

das e, se for o caso, punidas. Este caso explicita a falta de controle sobre as fundações, por isso não se deve aprovar nenhum curso antes que se defina o futuro das fundações na Universidade.

Além da greve de 2000 e do movimento de pós-graduação, pode-se destacar um terceiro aspecto que influenciou na suspensão dos cursos pagos. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação, sob a gestão da professora Suely Vilela, deixou espaço aberto no CoPGr para a discussão dos cursos e orientou o colegiado na direção da sua regulamentação, contrariando a prática das faculdades e professores acos-

tumados a simplesmente protocolar seus pedidos para serem aprovados ad referendum.

Entre a reunião da CoPGr de dezembro de 2001 e a reunião de abril de 2002 (quando foi apresentado o parecer), salvo exceções, o debate se restringiu ao interior do Conselho<sup>8</sup>. Após a suspensão dos cursos de especialização, o assunto passou a fazer parte da ordem do dia de todas as discussões da Universidade, transpondo seus muros a partir da publicação de reportagens na grande imprensa (Estadão e Folha).

Nos próximos meses, até a reunião de outubro, o CoPGr discutirá

*“São 90 mil alunos matriculados nos cursos de extensão. Qual a qualidade desses cursos? A que ‘sociedade’ atendem?”*

os cursos pagos, o que, evidentemente, abre o debate sobre sua existência na Universidade Pública. Se o CoPGr aceitar que os cursos continuem funcionando, terá de decidir também em que condições e como serão garantidos os princípios da autonomia financeira e intelectual e como garantirá que a Universidade atenda também àqueles que não podem pagar.

Houve a tentativa, por parte de alguns professores, de tratar pontualmente o problema da ilegalidade da cobrança de taxas e a ausência das planilhas de custos dos cursos de especialização, e fazer seguir o curso normal da carruagem. Mas,

felizmente, a tônica do debate foi a da finalidade da Universidade<sup>9</sup>, como bem frisou a conselheira professora Erminia Maricato (FAU), o que permitiu discutir o parecer à luz das transformações estruturais ocorridas na USP, ou seja, foi possível expor de maneira clara as visões, muitas vezes diametralmente opostas, sobre a Universidade.

O conselheiro professor Frank Forger, do IME, foi bem claro ao dizer-se contrário a “qualquer proposta de simplesmente acabar com os cursos pagos nessa universidade (...) porque as conseqüências financeiras para a USP não estão discutidas”. Segundo o professor, seria “entregar o filé-mignon dos meus cursos, que vão migrar para o ensino particular”<sup>10</sup>. A opinião do professor pode deixar muitos estarecidos, mas é apenas a confirmação do que está vivendo a Universidade: programas

de pesquisa, faculdades inteiras, e um número restrito de professores, estão se tornando dependentes destes recursos.

O significado deste rumo para o restante da Universidade e para a sociedade já não é tão bom assim, como bem observou o conselheiro professor Ariovaldo de Oliveira, da FFLCH, quando disse que, desde 1969, “a universidade não aumentou as vagas de graduação [enquanto] a universidade privada cresceu quanto quis com o apoio dos recursos oriundos do Estado, ou seja, o dinheiro público foi privatizado”. Depois de tocar no que ele chama de “nó da questão” (da remunera-

ção dos professores que ministram estes cursos), o professor Ariovaldo de Oliveira concluiu sua intervenção: “Estamos diante de um processo perverso de privatização dessa Universidade [no qual] um grupo de professores aqui dentro está se beneficiando deste processo de apropriação privada dos recursos oriundos desses cursos”<sup>11</sup>.

No debate, ficou claro que existem questões de fundo a definir, para seguir adiante nas questões pontuais de regulamentação, definição e de transparência.

Parece ser este também o entendimento da pró-reitora, professora Suely Vilela, quando diz que “realmente temos que fazer uma discussão, além da discussão inicial de princípio, da gratuidade [que envolva os assuntos apontados no parecer], e que não está contemplada em alguns processos”.

Percebendo a dificuldade legal em manter a cobrança de taxas e mensalidades destes cursos no âmbito da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, por pertencer à modalidade ensino, surgiu uma primeira solução propondo a transferência destes cursos para a esfera da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, onde seria possível a cobrança de mensalidade. Mas esta solução foi contestada pela própria Pró-Reitora, ao dizer que “a legislação federal, Resolução CNE/CES nº 1, de abril de 2001, é clara:

cursos com carga horária superior a 360 horas são pós-graduação *lato sensu*, portanto, vinculados a esta Pró-Reitoria”<sup>12</sup>.

Como já existem cursos de especialização pagos oferecidos pela Cultura e Extensão, que já ultrapassam algumas centenas, resolver-se-ia o problema criado na Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

Assim resolveríamos o problema? É claro que não, pois seria “varrer o cisco para debaixo do tapete”, como disse a professora Zélia Alves. “Nós

podemos tirar da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, mas não da Universidade. A casa continuaria suja”. Não se trata simplesmente de achar uma maneira legal para o funcionamento destes cursos, mas de resolver problemas éticos e políticos, antes

de mais nada.

Segundo dados do pró-reitor de Cultura e Extensão, professor Adilson Avansi de Abreu, existem 90 mil alunos matriculados nos cursos de extensão. Qual a modalidade desses cursos? Qual a qualidade destes cursos? Como isto se reflete na vida dos cursos regulares da Universidade? A que “sociedade” estes cursos atendem? Precisamos responder estas perguntas, antes de cometer mais um equívoco político e acadêmico, transferindo os cursos de especialização *lato sensu* para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão.

## **APG, NOVO ATOR EM CENA**

A greve de 2000 contribuiu para o florescimento do movimento dos pós-graduandos, a partir de um núcleo criado em plena greve, o Fórum dos Pós-Graduandos da USP, que mais tarde retirou a Associação dos Pós-Graduandos-Capital (APG) do anonimato político agregando-a aos movimentos estudantil e sindical. Exemplo da constituição de um movimento de pós-graduação foi a participação da APG no IV Congresso da USP e a ocupação dos espaços políticos no interior dos Conselhos Centrais, colocando-se desde o início ao lado dos demais estudantes na luta pela autonomia das eleições da representação discente de graduação.

Pode-se dizer seguramente que a suspensão dos novos cursos pagos tem muito a ver com a nova fase do movimento de pós. Num curto período, após a greve de 2000, o movimento pôde acumular forças, definir uma pauta de reivindicações e construir uma metodologia na qual os RDs fazem parte do movimento de base, agindo conforme decisões das assembleias. A ação dos RDs no embate dos cursos pagos é resultado desse acúmulo que permitiu identificar e incidir sobre um ponto central do processo de privatização da Universidade.

*“A expansão de cursos pagos na USP reflete o empresariamento da educação, negócio que movimenta por ano R\$ 90 bilhões”*

O parecer apresentado pelo movimento de pós-graduandos apontou, justamente, a ausência de planilhas e a irregularidade nos processos. Mas ele quis ir além, e revelar como os cursos pagos se tornaram um dos mecanismos perversos de privatização da Universidade.

Estes cursos pagos tornaram dependentes algumas faculdades e um seletivo grupo de professores, em detrimento da maioria da Universidade e da qualidade dos cursos regulares. Mas não foi algo isolado, próprio da Universidade, e por isso não se resolve só no âmbito dela. Esta mudança interna à USP, em que a quantidade de alunos de cursos pagos ultrapassa a de matriculados em cursos regulares, foi determinada dentro e fora da USP, em sintonia com a hegemonia dos empresários da educação, setor que, segundo artigo da revista *Exame*, “é um meganegócio (...) que movimentava 90 bilhões de reais por ano no Brasil”<sup>13</sup>.

Não se pode mais tapar os olhos para a situação precária dos cursos regulares, *stricto sensu* (de graduação e de pós-graduação), e da relação desta precarização com o empresariamento do ensino. Os cursos regulares estão deixando de ser o centro desta Universidade, e sem discussão alguma. Basta um exemplo: a precarização das condições de pesquisa e, de vida, dos pós-graduandos regulares, pois 65% não possuem bolsas na USP, e os restantes estão há oito anos sem reajuste<sup>14</sup>. Para completar as reformas neoliberais e a precarização, a Capes implantou desde 1998 um novo sistema de avaliação, que

conduz à redução do prazo de pesquisa, sob pena de os programas perderem bolsas.

No transcurso do debate precisaremos desvendar dois fetiches muito divulgados nesta Universidade. O primeiro, de que a Universidade está se abrindo para a sociedade. O segundo, de que os cursos pagos e as fundações estão atraindo dinheiro para ela, quando o que ocorre é uma apropriação privada dos recursos públicos.

Enfim, a próxima etapa não será fácil. A comissão apresentará os resultados de seus trabalhos ao CoPGr e este votará, em outubro, a regulamentação dos cursos pagos. Apenas um movimento estudantil forte e organizado (que, lembremos, há menos de um ano demonstrou sua capacidade para impedir a regulamentação das Fundações privadas na USP, sofrendo até hoje a repressão da Reitoria, na forma do indiciamento de alguns estudantes) e que tenha discutido a fundo, por meio de seminários e debates, o problema dos cursos pagos e do mestrado profissionalizante, poderá barrar definitivamente a regulamentação destes cursos e o avanço significativo que eles representam na via da privatização da USP.

### Notas

1 Talvez seja isto que Ruy Fausto, numa polêmica com J. A. Gianotti, esteja criticando em seu artigo, quando diz que “longe de fecundar o trabalho teórico, a competição sem limites (...) desserve — sem falar do resto — o progresso intelectual. O argumento de que eles estão preocupados com a excelência é pura

ideologia; preocupa-lhes isso sim o próprio destino e os dos grupos que representam” (FSP, “Mais”, 9 de junho de 2002 p. 7).

2 “Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”; “Art. 207 – As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

3 E quem diz isso é a própria Consultoria Jurídica da USP, no parecer CJ.2058.

4 Artigo 130 do Regimento de Pós-Graduação da USP.

5 Pauta da reunião de 10 de dezembro de 2001, pág. 64.

6 Idem.

7 Esta resolução fixa o limite de 36 horas semestrais para a participação remunerada de docentes em RDIDP em cursos.

8 As atas das duas reuniões são reveladoras das posições de cada conselheiro quanto aos cursos pagos.

9 Reunião do Conselho de Pós-Graduação de abril, 2002.

10 Idem.

11 Idem.

12 Idem.

13 *Exame*, ano 36, n.7, 3 de abril de 2002. Pg. 35.

14 Cabe lembrar que, embora a greve dos professores das universidades federais tenha conquistado um reajuste de 13%, esse valor não foi repassado às bolsas Capes e CNPq, dado o Decreto Presidencial 2370/1997, que desvincula o valor das bolsas ao reajuste salarial dos servidores das universidades federais.

# **“PÓS-GRADUAÇÃO ACADÊMICA NÃO PODE SER PREJUDICADA POR ESPECIALIZAÇÃO”, DIZ PRÓ-REITORA**

Pedro Estevam da Rocha Pomar  
Editor da Revista Adusp

*A pró-reitora de Pós-Graduação, professora Suely Vilela, foi uma das principais responsáveis pela decisão do Conselho de Pós-Graduação (CoPGr), que, em sua reunião de 24 de abril de 2002, vetou a criação de quatro cursos pagos e criou comissões para estudar a situação dos cursos pagos na USP. Nesta entrevista, a Pró-Reitora explica que não pode haver um desvio de prioridade na Pós-Graduação, em detrimento dos mestrados e doutorados acadêmicos. Embora os cursos lato sensu já sejam 112, a professora reconhece que não há controle sobre eles*

**Revista Adusp-** Que implicações tem para a vida da USP a decisão do Conselho de Pós-Graduação de suspender a aprovação de novos cursos pagos e instituir uma comissão para estudar o problema?

**Suely Vilela-** Ao assumirmos esta Pró-Reitoria, observamos que já existia uma discussão sobre esses cursos de especialização pagos. Tanto a tramitação dos processos, como eles deveriam estar instruídos, quanto a própria questão filosófica do financiamento. Então, na primeira reunião do Conselho de Pós-Graduação, havia quatro cursos, um parecer dos alunos — que tinham solicitado vistas — onde eles estavam colocando alguns fatos como a necessidade de um acompanhamento desses cursos com relação aos valores que estavam sendo cobrados. Havia uma divergência grande entre os valores desses cursos, a necessidade de uma planilha com o custo dos cursos e a aplicação daqueles recursos. Na primeira reunião, as próprias câmaras do CoPGr já haviam deliberado favoravelmente à inclusão da planilha de custos e da planilha de aplicação dos recursos captados. Outro fato discutido era a carga horária dos docentes envolvidos nesses cursos: nos processos não havia essa documentação. E também o questionamento sobre o próprio financiamento ou não, se a USP deveria manter cursos de especialização pagos ou não. Então, dentro destes três temas levantados, que foram objeto de parecer dos alunos, o CoPGr entendeu que deveria constituir uma comissão para estudar detalhadamente esses cursos. Já constituímos a comissão, e ela deverá já iniciar os seus trabalhos. Deverá trabalhar, primeiro, o diag-

nóstico destes programas. Segundo, o acompanhamento desses programas, porque hoje a Pró-Reitoria não possui um sistema de monitoramento desses cursos. Um dos objetivos principais da Pró-Reitoria é ter um sistema de acompanhamento, para garantir ou aperfeiçoar a qualidade dos cursos oferecidos. Acreditamos que as unidades tenham esse sistema, mas a Pró-Reitoria não tem, e nem temos esse retorno, porque não temos hoje um banco de dados. O terceiro ponto discutido seria o problema do financiamento, colocado na reunião do CoPGr. A suspensão temporária foi exatamente para refletir sobre esses temas, porque já tínhamos alguns cursos em pauta dos quais não constavam essas planilhas, e a câmara tinha se antecipado a essa reunião de abril, já em março ela havia tomado decisões no sentido de solicitar as planilhas. Então foi em função disso. Para que seja o momento, mesmo, de reflexão sobre a qualidade, a garantia de qualidade dos cursos que a USP está oferecendo. Foi exatamente esse objetivo e serão esses os aspectos abordados por essa comissão.

**Revista Adusp-** Muita gente entende que esses cursos ferem a Constituição, uma vez que estamos tratando de uma escola pública e esses cursos são pagos. Qual é a opinião da Sra. sobre isso?

**Suely Vilela-** O que tenho observado, o que vi no Estatuto, no Regimento da USP, é que alunos regularmente matriculados teriam que ter a garantia dessa gratuidade. Isso dentro do aspecto legal. Por outro lado, temos que observar também qual seria o papel da Universidade

com a sociedade em termos de oferecer cursos que permitam o aperfeiçoamento de funcionários de uma determinada empresa. A USP não deve deixar de oferecer esses cursos de especialização. Ela deve manter, porque têm uma importância no papel social. Hoje temos 112 cursos *lato sensu*, para um total de 221 cursos *stricto sensu*. Então nós já chegamos a 50% do total dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. E uma das nossas preocupações é que não haja um desvio do principal objetivo da nossa Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que seria dar prioridade ao mestrado, à parte acadêmica, ao *stricto sensu*, e não ao *lato sensu*. O que pretendemos é exatamente isso: que não haja esse desvio de prioridade na USP, e daí a necessidade de fazer um momento de reflexão.

**Revista Adusp-** Só para ficar mais claro, qual é a quantidade de cursos *stricto sensu* e qual é a de cursos *lato sensu*?

**Suely Vilela-** *Stricto sensu*, 221 programas. A USP tem pós-graduação desde 1969. Três décadas onde nós temos 221 programas.

**Revista Adusp-** Gratuitos?

**Suely Vilela-** Gratuitos, *stricto sensu*. Mestrado e doutorado. E já estamos com 112 *lato sensu*. Entendemos que a própria criação da Universidade de São Paulo se baseia no binômio ensino-pesquisa. Temos sim uma responsabilidade com a especialização, para aperfeiçoar os profissionais que estão no mercado. Mas não podemos deixar nosso objetivo que é — estou colocando isso para o CoPGr — priorizar o *stricto sensu*.

**Revista Adusp-** No *Jornal da USP*, na edição de 10 a 16 de junho, página 3, está dito que há hoje 112 desses cursos na universidade, embora não estejam cadastrados em bancos de dados. Que isso quer dizer?

**Suely Vilela-** Significa que não temos realmente um banco de dados na Pró-Reitoria como temos hoje do *stricto sensu*. Temos o sistema Fênix, onde acompanhamos todos os programas do *stricto sensu*. E do *lato sensu* nós não temos. Se você hoje me perguntar quantos cursos desses 112 são pagos, não sei lhe dar essa informação, porque não temos esse registro. Então o que temos que fazer com qualquer informação? Temos que pedir esse processo da unidade para verificar ali, e nem se saberia dizer se todos estão informados e instruídos, se eles são pagos ou não.

**Revista Adusp-** Quer dizer que é possível também que o número não seja exatamente esse...

**Suely Vilela-** Que foram avaliados pela Pró-Reitoria, sim. Mas não temos a situação dos cursos. Se você me perguntar quantos alunos tem no curso x, eu não saberia dizer, teria que pedir o processo para verificar. Se já foi emitido o certificado, eu saberia dizer. Não há esse monitoramento, esse acompanhamento, que é essencial, até para garantir a qualidade desse curso. Eles



*“Pontualmente há uma relação entre unidades com muitos cursos de especialização e o menor desempenho na pós acadêmica”*

são criados, e depois fica a critério da unidade fazer esse acompanhamento.

**Revista Adusp-** A decisão tomada pelo CoPGr parece ter deixado as fundações privadas muito irritadas. Temos visto algumas declarações dos dirigentes das fundações. A Sra. tem recebido algum tipo de reclamação, de pressão, queixas?

**Suely Vilela-** Não. Eu não recebi, não houve nenhuma procura, nin-

guém me procurou para fazer qualquer manifestação a esse respeito. Eu entendo que não há motivos para as fundações se preocuparem. A Pró-Reitoria cuida da análise acadêmica, aqui nos compete fazer a análise acadêmica, o gerenciamento administrativo não compete à Pró-Reitoria. Queremos garantir a qualidade, e poder agora discutir um pouco o financiamento. Quem vai decidir o financiamento, ou não, não é a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, posso ter a minha opinião pessoal, mas são dados que vão ser apontados pela comissão, e quem vai definir é a comunidade, temos representantes, presidentes de CPG de cada unidade, eles deverão levar a essas unidades esse posicionamento e isso será decidido. Com relação à tramitação, obviamente como Pró-Reitora preciso também garantir algumas análises destes processos. Por exemplo, o que eu tenho ouvido do CoPGr, essa necessidade de saber quanto é pago por um curso e como estão sendo aplicadas essas verbas. É uma vontade do CoPGr, e daí a necessidade de, no mínimo, uma planilha de acompanhamento, que demonstre a aplicação destes recursos.

**Revista Adusp-** Há alguma possibilidade de estes cursos virem a passar para a esfera do CoCEX?

**Suely Vilela-** Existe uma discussão, quando assumi a Pró-Reitoria me foi dito que já havia uma decisão prévia

entre essas duas pró-reitorias, que todos esses cursos passariam para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Fizemos inclusive uma reunião em conjunto, e precisamos primeiro definir uma questão conceitual: o que é uma pós-graduação, o que é uma especialização pós-graduação *lato sensu*, e o que é uma especialização que se encaixaria dentro da Cultura e Extensão. Por exemplo, entendo que a USP pode fazer hoje o curso de uma determinada empresa que tem interesse em reciclar, aperfeiçoar os conhecimentos dos seus funcionários através da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Ela poderia contratar um serviço, um curso para fazer esse aperfeiçoamento. Isso é perfeitamente possível e você está cumprindo o seu papel com a sociedade, de formar, de até colocar uma turma fechada para aquele grupo. A Pró-Reitoria de Cultura e Extensão me parece que já tem uma legislação interna, em que eles deliberaram isso, eles poderiam fazer esse tipo de atividade, depois até compensando, com esse recurso, que aplicariam num curso gratuito nessa mesma direção. Não é o meu pensamento pessoal acabar com os cursos de especialização. Entendo a importância deles. O que eu não gostaria, mas isso também é uma decisão do CoPGr, é que a pós-graduação *stricto sensu* tivesse prejuízos em função do *lato sensu*. E por que eu menciono isso para você? Eu tenho alguns dados que mostram que na última avaliação nós tivemos um acréscimo de 3% no número de cursos com conceito 3. Então temos, hoje, 33 cursos de pós-graduação com conceito 3. Isso nos levou até a fazer uma análise pontual. Se havia algum relacionamento entre

uma unidade que possui um número grande de cursos de especialização e a diminuição do desempenho na pós-graduação acadêmica. E, pontualmente, nós observamos isso. Eu não poderia dizer isso de uma forma generalizada porque nem temos esses dados compilados, mas pontualmente eu poderia dizer, então daí a nossa preocupação. Então isso é importante. O nosso objetivo, a nossa prioridade é aperfeiçoar o desempenho da pós-graduação *stricto sensu*. Nós acabamos de criar um projeto que justamente se chama “Projeto de aperfeiçoamento e desempenho da pós-graduação para os cursos com conceitos 3 e 4”. Esses cursos deverão apresentar um projeto de metas acadêmicas até 15 de julho, e deverão explicar como vão fazer metas e ações de aperfeiçoamento.

**Revista Adusp-** Quando a Sra. mencionou a possibilidade de a própria Universidade, digamos, vir a administrar esses cursos (e, portanto, captá-los e colocá-los de novo no circuito da própria universidade), tocou numa questão crucial, que é de quem administra estes cursos. Temos visto que, na maior parte das vezes, estes cursos são geridos por fundações privadas, ditas “de apoio”. Qual é a opinião da Sra. sobre as fundações privadas?

**Suely Vilela-** Não tenho dados, desses 112 cursos, quantos seriam pagos e quantos estariam ligados às fundações. Eu não saberia dizer para você. Sabemos, obviamente, que alguns deles com certeza estão ligados às fundações. Entendo que é necessária uma decisão maior, uma decisão da Universidade, não da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, sobre o papel das

fundações. Ouço, também, que elas agilizam os procedimentos. Isso é real, elas agilizam os procedimentos. Precisamos definir se a USP quer gerenciar estes cursos, porque ela tem toda a competência para fazê-lo, ou se ela passaria essa competência para as fundações. É uma decisão maior, que extrapola o nível da Pró-Reitoria. Na minha opinião, a USP tem que decidir como quer se relacionar com as fundações. Existem muitos defensores das fundações, elas têm um importante papel, e precisa ficar claro para toda a comunidade quais são os recursos colocados na Universidade, com certeza estão sendo colocados, porque 5% de cada projeto é uma taxa que vem para a Reitoria. Agora, precisamos saber exatamente qual é esta relação custo-benefício, e qual vai ser a nossa decisão, e eu entendo que precisa ser realmente discutida.

**Revista Adusp-** Fizemos um levantamento com base nos dados da Codage e nos dados que as próprias fundações passam para o Ministério Público Estadual. Nenhuma fundação, pelo menos entre as mais importantes, aquelas que arrecadam acima de 10 milhões de reais por ano, nenhuma delas repassa mais do que 3% da sua receita total, por ano, para a USP.

**Suely Vilela-** Este é um dado importante, porque entendo que nós podemos trabalhar com as fundações, desde que tenhamos um real benefício de todo esse gerenciamento que é feito por elas. A USP poderia até usufruir um pouco mais de todos estes recursos que estão sendo geridos por estes cursos pagos e outras atividades.

# “INFORMAÇÕES ESCAPAM”, ADMITE PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Almir Teixeira  
Jornalista

*O pró-reitor de Cultura e Extensão Universitária, professor Adilson Avansi, explica que o “controle de mérito” dos cursos de extensão existentes hoje na USP restringe-se às unidades que os realizam ou autorizam.*

*“O curso é simplesmente informado ao Conselho de Cultura e Extensão (CoCEX), que não tem ainda uma câmara que analisa todos os cursos propostos, em mérito e em modalidade de eventuais taxas de inscrição e pagamento. A legislação atual não prevê isso”.*

*Portanto, admite o Pró-Reitor, “há uma quantidade enorme de informações escapando ao nosso registro”*

**Revista Adusp-** É possível dizer quantos são os cursos pagos aprovados pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária?

**Adilson Avansi-** Quando passa um projeto pela Pró-Reitoria, essa informação vem. Mas os nossos cursos, de modo geral, não têm essa informação detalhada. Às vezes vem a informação de uma taxa que vai ser cobrada, mas não é detalhada. Às vezes vem a informação da importância. E a grande maioria deles têm taxas realmente modestas. Muitos não têm taxa de inscrição nenhuma, porque a gente trabalha com quatro categorias de cursos. O de atualização às vezes é curso de poucas horas. O que existe são os cursos de atualização com mais de 300 horas. Esses geralmente têm uma taxa e às vezes uma pequena mensalidade. Agora, essa informação não vem detalhada.

**Revista Adusp-** Mas dá para saber-se quais e quantos são, pelo menos?

**Adilson Avansi-** Dá para saber, mas a gente tem de fazer um levantamento, porque é o tipo de dado que não temos pronto. Quando se apresentam no Conselho de Cultura e Extensão, nós temos os processos. Mas como o CoCEX não entra no mérito, por ser aprovado no mérito da unidade, então esse controle é mais da unidade. O curso de cultura e extensão é simplesmente informado ao CoCEX, que

não tem ainda uma câmara que analisa todos os cursos propostos, em mérito e em modalidade, vamos dizer, de eventuais taxas de inscrição e pagamento. Não temos porque a legislação atual não prevê isso. Ela prevê que isso seja de responsabilidade da Comissão de Cultura e Extensão da unidade, e a informação vem para o CoCEX simplesmente para ciência e não para análise.

*“Muitas vezes os cursos dados pelas unidades são de outras instituições. Às vezes são das fundações. E não temos nenhuma informação sobre eles”*

**Revista Adusp-** Existem cursos que “saltam” as comissões das unidades e vêm diretamente para a Pró-Reitoria?

**Adilson Avansi-** Não. Os que vêm para nós passam todos pelas comissões.

**Revista Adusp-** Os cursos criados pelos núcleos de cultura e extensão, por exemplo, não ficariam todos sob a alçada direta da Pró-Reitoria?

**Adilson Avansi-** Não. Ficam ligados a uma comissão de cultura

e extensão de uma unidade afim. Você encontra, por exemplo, na Maria Antônia, um convênio com a Escola de Governo. Ela ministra cursos, mas o convênio prevê que esses cursos devem ser analisados no mérito numa unidade de ensino da USP. No caso, a unidade de ensino parceira é a Faculdade de Educação. Então os projetos aprovados para serem ministrados na Maria Antônia passam pela Comissão de Cultura e Extensão da FE. E nos casos dos núcleos, acontece da mesma forma. Por exemplo, os núcleos ligados à Faculdade de Saúde Pública passam pela Comissão de Cultura e Extensão da Saúde Pública. Mas pode acontecer também de um núcleo encaminhar cursos de especialização que vão diretamente para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Por exemplo, eles têm um mestrado, acho que é *lato sensu*, mas não sei exatamente como ele está qualificado, na área ambiental e jurídica. É um curso feito pelo pessoal da FSP em conjunto com a Faculdade de Direito e foi proposto a partir da relação com um dos núcleos da Saúde Pública. Esse curso não passou pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão porque ele é um mestrado *lato sensu*, então foi aprovado na Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

**Revista Adusp-** Não há casos de cursos *lato sensu* que acabam passando por Comissões de Cultura e Extensão?

**Adilson Avansi-** Mestrado,

não. Sempre que se denomina mestrado, o curso passa pela Pós-Graduação.

**Revista Adusp-** Sobre a quantidade de cursos pagos, a Pró-Reitoria poderá então fazer um levantamento?

**Adilson Avansi-** Eu vou pedir para providenciarem. Mas este não vai ser um levantamento simples porque é o tipo do levantamento que não

está em banco de dados. Como a informação vem nos processos das unidades, então o levantamento terá de ser feito nos processos.

**Revista Adusp-** Vocês têm o número geral de alunos que passaram pelos cursos?

**Adilson Avansi-** Bom, de números gerais, a gente tem tudo o que está no Anuário Estatístico. No anuário há uma página cujo título é "Cursos de Extensão". Lá você tem quatro colunas com as quatro modalidades de cursos de extensão e depois tem uma coluna com outros cursos que nós nem sabemos do que se trata. Isso é coisa das unidades e nós não temos controle.

**Revista Adusp-** É do Anuário o número de 90 mil alunos dos cursos de extensão?

**Adilson Avansi-** Isso. Tem o número de alunos de graduação, de pós e de extensão.



**Revista Adusp-** E o Anuário é feito com base em que dados?

**Adilson Avansi-** Das unidades. Por isso estou lhe dizendo que, no caso dos processos que passam pelo CoCEX, o controle é muito mais efetivo nas unidades do que aqui, porque a Pró-Reitoria não é a instância que faz a avaliação do mérito, ela apenas se informa dos cursos.

**Revista Adusp-** A Pró-Reitoria nunca achou necessário fazer ela mesma um levantamento mais preciso dos cursos?

**Adilson Avansi-** Ela está insistindo há muito tempo para que se crie um sistema como o Júpiter, o Fênix etc, mas até hoje eles não desenvolveram. É uma necessidade que está crescendo e há uma quantidade enorme de informações escapando ao nosso registro. Muitas vezes os cursos são dados pelas unidades mas, às vezes, são até de iniciativa de outras institui-

ções ligadas à USP. Às vezes são até cursos das fundações. E nós não temos nenhuma informação sobre eles.

**Revista Adusp-** Mas há cursos de fundações que passam pelas comissões...

**Adilson Avansi-** Alguns passam. Por exemplo, da Escola Politécnica. Tem muitos cursos ministrados pelas fundações que passam pela comissão. Mas aí é a comissão da unidade que tem o controle, vamos dizer, do mérito do curso. O CoCEX não se pronuncia.

**Revista Adusp-** Mas isso causa uma ausência de transparência, não?

**Adilson Avansi-** Isso faz parte de um problema que nós estamos tentando superar com a reformulação da legislação. Estamos com um regimento aprovado no conselho, já aprovado na CLR e que deve entrar na próxima reu-

nião do Conselho Universitário. Então, aprovado esse regimento, aí o CoCEX vai definir seis outras resoluções regulamentando as atividades. Aí é que vamos tentar montar um sistema de controle, não só para credenciar, mas também para avaliar, pois isso não existe hoje.

**Revista Adusp-** Como seria este controle?

**Adilson Avansi-** Temos seis textos preliminares prontos. Então o CoCEX tem, no momento, duas câmaras, que já melhoraram muito com relação ao passado. Temos uma de cursos e uma de ação cultural. Então, pela nova legislação, todos os cursos deveriam passar pela câmara de cursos. Ela deve definir parâmetros e passar a se manifestar quanto a todas as propostas de cursos.

**Revista Adusp-** Que cursos exatamente passariam pela câmara?

**Adilson Avansi-** Todos os que fossem patrocinados pela USP. Ou seja, todos aqueles que levarem o nome USP.

**Revista Adusp-** E aquela briga para saber o que cabe à Pós-Graduação e o que cabe à Cultura e Extensão, como fica?

**Adilson Avansi-** Fizemos até uma reunião conjunta dos dois conselhos para discutir isso. Na verdade, não temos briga nenhuma. O que temos de decidir é onde está o corte entre pós-gra-

duação e extensão. Três das modalidades de cursos de extensão — atualização, aperfeiçoamento e especialização — exigem a graduação. Neste sentido, todas elas são cursos de pós-graduação. Mas não da mesma natureza daqueles de tipo acadêmico, que são o mestrado e o doutorado, e sim no sentido de especialização profissional, de desenvolvimento de uma habilidade, de uma técnica. É isso que vamos ter que conceituar.

*“O conceito de extensão não está vinculado à formação acadêmica (mestrado e doutorado), mas à especialização profissional, atualização”*

**Revista Adusp-** Na sua opinião, que cursos devem ficar com a Pós-Graduação?

**Adilson Avansi-** Para mim, o CoPGr tem de conceituar no conjunto o que é um curso de pós-graduação. Eles têm de definir o conceito. Porque o conceito de cursos de extensão não está vinculado à formação acadêmica. Então os cursos de extensão não têm como objetivo conduzir ao mestrado e ao doutorado de natu-

reza acadêmica. Os nossos cursos têm um sentido de atualização, de complementação, de especialização profissional. Essa é a maneira como a gente da Cultura e Extensão separa as coisas. Mas nós vamos ter de esperar para ver como eles decidem a separação.

**Revista Adusp-** Como ficam os mestrados profissionalizantes?

**Adilson Avansi-** Esta é uma questão que vai ter de ser resolvida de início pela Pós-Graduação, porque eles estão localizados lá.

Porque na época em que eles foram instalados, o sistema de pós-graduação estava baseado num parecer do Conselho Federal de Educação que exigia, para o reconhecimento, que eles fossem colocados no sistema de pós-graduação. E eles estão lá desde esta data. Na realidade, com a mudança da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tudo isso foi alterado, então há possibilidade de uma nova conceituação. Por isso temos agora seis resoluções para serem decididas, entre elas uma ligada à conceituação de todos os cursos de extensão.

**Revista Adusp-** Então ficaria com a Pós-Graduação só o que é estritamente acadêmico?

**Adilson Avansi-** Na verdade são eles que têm de decidir. Estou dizendo o que a gente mais ou menos tem como parâmetro. Tudo o que não está ligado à formação acadê-

mica, que conduz ao mestrado e ao doutorado, ou seja, à carreira universitária, mas sim está ligado a uma profissionalização, é de pós-graduação no sentido de que é um conhecimento obtido depois da graduação, mas não é um conhecimento que desenvolve a busca de um saber ligado à originalidade.

**Revista Adusp-** Na sua opinião, todos os cursos desse tipo devem vir para a Cultura e Extensão?

**Adilson Avansi-** Esse tipo de curso caracterizaria a extensão.

**Revista Adusp-** Não poderiam ser denominados pós-graduação *lato sensu* de forma alguma?

**Adilson Avansi-** Não. São diferentes modalidades dos cursos de extensão.

**Revista Adusp-** Hoje o senhor acha então que existem cursos denominados *lato sensu* e que são na verdade cursos profissionalizantes?

**Adilson Avansi-** Eu teria de ter mais informação para responder. Teria de conhecer os programas. Eu conheço os que passam pela Cultura e Extensão e esses não são mestrados e doutorados *stricto sensu*. Mas os da Pós-Graduação eu realmente não conheço.

**Revista Adusp-** Sobre o volume financeiro movimentado pelos cursos pagos, vocês têm algum número geral?

**Adilson Avansi-** Não temos. Como eu disse, esse registro acaba

ficando na unidade. A gente tem a informação no processo, se existe taxa de inscrição e quanto é. Não entramos no mérito porque ele é competência da unidade. E a gestão financeira também é competência da unidade.

**Revista Adusp-** Agora, com a mudança do regimento, vocês passarão a ter controle da parte financeira?

**Adilson Avansi-** Sim. É para ter

*“Há fundações  
em que não  
se sabe direito  
como o recurso entra.  
Algumas quase  
se confundem  
já com as próprias  
unidades”*

um pouco mais de controle sobre tudo o que passa pela Pró-Reitoria. O que não quer dizer que esses cursos que estão lá venham para cá. Talvez continuem lá mesmo. Esses cursos de mestrado *lato sensu* e mestrado profissionalizante todos estão credenciados lá. E não sei como o CO vai conduzir esta questão. Nós só resolvemos o que está no nosso domínio.

**Revista Adusp-** Numa outra

entrevista, o senhor havia comentado o princípio da equivalência na criação dos cursos pagos. Ele faria com que, sempre que se criasse um curso pago, outro gratuito fosse criado para a mesma quantidade de alunos. Em que instância está esta discussão?

**Adilson Avansi-** Isso já é matéria vencida no próprio CoCEX. Ou seja, ele teve de se posicionar a respeito da possibilidade de a Universidade ministrar um curso de extensão solicitado por uma empresa. Então houve uma espécie de divergência, algumas pessoas achavam que nós não deveríamos ministrar nenhum curso pago. Também se colocam duas questões.

Primeiro: é legítimo que uma empresa privada venha solicitar um curso na universidade? Eu acho que é. É razoável que a gente dê um curso para uma empresa privada que, com esse conhecimento, vai adquirir ainda maior possibilidade de sucesso financeiro e esse curso ser de graça? Eu acho que não é razoável. Razoável é que a gente ministre o curso com um critério de que o recurso originado possa criar um curso paralelo a ele, aberto. Um pago e outro de graça.

**Revista Adusp-** Como é que se chegou nesta idéia?

**Adilson Avansi-** Não saberia lhe dizer, porque estou dando o resultado da discussão, e ela foi muito longa. O texto foi aprovado e mandado para todas as unidades. Todos

os presidentes de comissões têm este texto.

**Revista Adusp-** Que falta para este texto entrar em vigor?

**Adilson Avansi-** Estamos na etapa de aprovar o regimento. Depois de ser aprovado é que o CoCEX vai poder fazer as seis resoluções, que não contemplam só os cursos, mas a questão de assessoria, de consultoria etc.

**Revista Adusp-** Qual sua opinião sobre o papel das fundações na USP, uma vez que muitas delas respondem por diversos cursos pagos?

**Adilson Avansi-** Na Universidade temos muitas fundações. Eu não saberia nem fazer uma avaliação de cada uma delas isoladamente. A gente percebe que existem fundações muito positivas com relação ao que se desenvolve na Universidade. Uma delas é a Fusp, instituída pelo próprio CO. De tudo o que acontece na Fusp a gente tem controle. Sabemos quanto é que ela administra, onde aplica os recursos. Tudo que passa pela Fusp é absolutamente transparente. Então todas as fundações que tiverem um desempenho do tipo da Fusp, com transparência na aplicação dos recursos, são parceiros que a gente pode utilizar. O problema é que a gente sabe que há fundações que não têm esse tipo de transparência.

**Revista Adusp-** A gente poderia dizer até que a maioria delas não



tem, não é verdade?

**Adilson Avansi-** É possível, porque o número de fundações é muito grande.

**Revista Adusp-** Quais possuem esse tipo de transparência?

**Adilson Avansi-** A Fusp e a Fuvest, que são as instituições da própria Universidade. Nas outras, não temos. Elas não prestam relatórios públicos detalhados. Esta é a questão que tem que ser discutida. Algumas fundações têm prestado serviços muito importantes para a Universidade, sei também de algumas que têm causado muitos problemas. Há fundações em que não se sabe direito como o recurso entra, como é administrado, qual é a sua aplicação. É muito difícil a Universidade hoje viver sem as

fundações, porque elas já estão muito entranhadas. Em algumas unidades elas quase se confundem já com as próprias unidades. Então tem que se fazer um conjunto de regras claras e submeter todas estas fundações a esta prestação de contas públicas. A gente tem de saber o que se passa lá dentro, porque elas são fundações de apoio à universidade. Então, elas têm de cumprir esta função.

**Revista Adusp-** O Sr. não acha que seria necessário quase um “tratamento de choque” para cuidar do caso?

**Adilson Avansi-** Eu concordo com isso, mas vamos ter de fazer uma discussão que parta de uma capilaridade que venha das unidades. A coisa tem de ser construída progressivamente, porque, nos órgãos centrais da Reitoria, não temos toda a informação a respeito do que acontece em cada espaço. Então, a gente tem de ter uma discussão muito ampla, muito aberta, com toda a Universidade. Para chegar no CO uma discussão bem estruturada, com critérios muito bem estudados.

**Revista Adusp-** A idéia tem de partir da Reitoria?

**Adilson Avansi-** Isso já está partindo da Reitoria. O professor Melfi anunciou há alguns dias que ele estava constituindo uma comissão para tratar das fundações, o que incluiria uma discussão bastante ampla, pelo que eu entendi.

# ESTATÍSTICAS OMITEM NÚMERO DE CURSOS PAGOS

Almir Teixeira e Pedro Estevam da Rocha Pomar  
Equipe da Revista Adusp

*O número de alunos dos cursos de extensão, que já foi de 115.806 em 1996, caiu para 82.986 em 1998 e chegou a 90.411 em 2000. Entre 1998 e 2000, os cursos realizados fora das dependências da USP passaram de 1.790 para 2.860 — 60% a mais. O número total de cursos de extensão ministrados em 2000 foi de 4.742, mas o Anuário não indica a quantidade de gratuitos e pagos*

## CURSOS DE EXTENSÃO NA USP

ANO	1998	1999	2000	Variação no período
Cursos na USP	1.967	1.622	1.882	-9,5%
Cursos fora da USP	1.790	1.977	2.860	+60%
Total de cursos	3.757	3.599	4.742	+26%
Participantes na USP	56.179	49.660	40.092	-29%
Participantes fora da USP	26.807	34.260	50.319	+87%
Total de participantes	82.986	83.920	90.411	+9%

Fonte: Anuário Estatístico da USP (1999, 2000, 2001)

**A** pesar das afirmações do pró-reitor Adilson Avansi de que seria possível, embora difícil, fornecer os dados solicitados sobre os cursos de extensão (como os números de cursos pagos aprovados e de alunos envolvidos), a Pró-Reitoria não teve condições de atender o pedido. A explicação dada é que cada curso possui um processo específico e, depois de a Pró-Reitoria tomar ciência do curso, o processo retorna para a unidade.

Assim, para a realização de uma simples contagem dos cursos pagos, seria necessário que a Pró-Reitoria solicitasse a todas as unidades que lhe enviassem os processos de todos os cursos já realizados, ou efetuassem elas mesmas a contagem, para uma posterior totalização dos dados, conforme explicou a assistência da Pró-Reitoria.

Os dados gerais de que fala o professor Avansi em sua entrevista, disponíveis no Anuário Estatístico da USP de 2001 (portanto relativos

ao ano de 2000), falam de 1.882 cursos de extensão realizados pelas unidades nas dependências da Universidade e mais 2.860 promovidos pelas unidades, mas realizados fora da USP, num total geral de 4.742.

O número total de participantes de cursos de extensão da USP no ano 2000 foi de 90.411, dos quais 40.092 em cursos realizados nas dependências da Universidade e outros 50.319 naqueles realizados externamente a ela. Quando comparados esses dados aos de 1998, verifica-se que houve um aumento de 60% no número de cursos externos e de 87% no número de participantes desses cursos. Por outro lado, diminuiu em 9,5% a quantidade de cursos realizados na própria USP e em 29% a dos respectivos participantes (veja tabela). No mesmo período, o número total de alunos dos cursos de extensão da USP aumentou 9%.

No entanto, quando se recua a comparação a 1996, observa-se que ocorreu um declínio no número de participantes dos cursos de

extensão. Em 1996, eles chegaram a 97.894, e em 1997 foram 115.806 — número 28% maior do que o de 2000. O número de cursos, porém, foi inferior ao de 2000: 4.266 (em 1996) e 4.181 (em 1997).

Os dados do Anuário são imprecisos com relação à legislação da USP. Nas tabelas 3.16 e 3.17, “Cursos de extensão ministrados pelas unidades da USP, na própria USP, conforme a natureza do curso”, e “Cursos de extensão ministrados pelas unidades da USP, fora da USP, conforme a natureza do curso”, existem as colunas *Aperfeiçoamento*, *Atualização*, *Difusão Cultural* e *Especialização*, que referem-se às quatro modalidades de cursos de extensão definidas pelo artigo 118 do regimento da Universidade. Mas também há uma coluna intitulada *Extensão Universitária* — denominação que, lembremos, pode aplicar-se genericamente a todos os cursos relacionados na tabela. Por fim, aparece uma coluna denominada *Outros*, cujos critérios de definição não são explicitados.

# **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL APERTA O CERCO À COBRANÇA DE TAXA EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

Equipe da Revista Adusp

*Procuradores federais ajuizam ações contra a realização de cursos pagos, com base no princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, previsto no artigo 206 da Constituição Federal*

No Brasil todo, o Ministério Público Federal está questionando na justiça a cobrança de taxas e mensalidades em cursos realizados em universidades públicas. Foram propostas ações civis públicas no Rio de Janeiro e no Ceará, e, em São Paulo, o MPF estudava a possibilidade de ação semelhante. A base da argumentação dos procuradores é o artigo 206, inciso IV, da Constituição Federal, o qual assegura que, nas escolas públicas, o ensino será gratuito.

No Rio de Janeiro, o juiz Firly Nascimento Filho, da 5ª Vara Federal, acatou o pedido do MPF e expediu liminar, em janeiro de 2002, proibindo a cobrança de taxas de matrícula nos mestrados profissionalizantes, praticada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Fundação IBGE. Neste caso, a ação civil pública tem como réis as instituições citadas e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Assinada pelo procurador Daniel Sarmento, a ação contesta a cobrança de 100 reais pela matrícula, pois “instituições públicas federais, como a UFF, a UFRRJ e o IBGE, não estão autorizadas a cobrar qualquer contraprestação dos alunos dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* que mantêm, sob pena de ostensiva afronta ao art. 206, IV, da Constituição da República”. A ação propõe que a Capes seja condenada a “coibir e reprimir, no âmbito de sua competência, a cobrança de quaisquer valores aos alunos dos cursos de mestrados pro-

fissionalizantes promovidos pelas instituições públicas de ensino superior no Estado do Rio de Janeiro”.

O juiz da 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro considera, na liminar, haver *periculum in mora* (perigo na demora), caracterizado pela “possibilidade de existência de novos cursos custeados pelo estudante em universidades públicas já integrantes do Orçamento da União, portanto pagas com o fruto dos tributos federais”. E vê como indistintos o mestrado profissionalizante e o mestrado tradicional, uma vez que “ambos conferem o título de Mestre, não havendo discriminação de qualquer nível”. Refuta, desse modo, a justificativa das instituições federais para defender a cobrança, de que se tratava de cursos diferentes, dirigidos a profissionais inseridos ou pretendentes a cargos no mercado.

Para o juiz, a remuneração dos professores já está definida no orçamento das instituições a que pertencem: “A carga horária dos docentes e o ingresso de professores convidados devem se pautar pelo orçamento normal da instituição pública, como ocorre com os mestrados e doutorados acadêmicos”. O magistrado critica, na liminar, a idéia de que os mestrados possam trazer verbas para a universidade pública: “Infelizmente, os mestrados profissionais não constituem a panacéia para resolver a escassez de recursos das instituições públicas”.

Segundo a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na UFRJ a discussão sobre os mestrados profissionalizantes chegou a tomar corpo no Conselho de Ensino para Graduados e

Pesquisa (CEPG). A polêmica em torno da cobrança gerou indignação de alguns conselheiros e um deles, Oscar Rosa Matos, entrou com pedido de ação junto à Procuradoria da República, em meados de 2001.

O MPF do Ceará ajuizou, em julho de 2002, ação civil pública contra a Universidade Federal do Ceará (UFC), na qual solicita concessão de liminar que determine, entre outras providências, “imediata suspensão do oferecimento de cursos de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* em suas instalações mediante a cobrança de mensalidades, não sendo permitida a abertura de novas turmas de cursos desta natureza (pagos), até o julgamento final desta demanda”.

Além das medidas cautelares, os autores da ação, procuradores federais Alessandro Cabral Sales e Márcio Andrade Torres, requerem à justiça que a UFC seja definitivamente condenada a “não mais oferecer e realizar cursos de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* (especialização, aperfeiçoamento, mestrado ou doutorado) em suas instalações mediante a cobrança de mensalidades, não sendo permitida a abertura de novas turmas de cursos desta natureza (pagos)”.

A ação também pede que a UFC receba a determinação de “somente utilizar professores em regime de dedicação exclusiva nos cursos de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* (especialização, aperfeiçoamento, mestrado ou doutorado) que promover desde que estes não mantenham vinculação jurídica de qualquer natureza com pessoas jurídicas de direito privado e que sejam atendidos os termos de sua regulamentação própria, circunstância esta

que deverá ser comprovada antes da abertura de cada curso, em procedimento administrativo específico”.

Os procuradores federais requerem, ainda, que a UFC seja condenada a “devolver, com a devida correção monetária, todos os valores que foram pagos pelos alunos a título de mensalidades”.

A presente ação é um desdobramento do “procedimento administrativo” iniciado pelo MPF do Ceará em janeiro de 2001, “com o intuito de apurar a regularidade dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da Universidade Federal do Ceará administrados financeiramente por entidades de direito privado”, como o Centro de Treinamento e Desenvolvimento (Cetrede) e a Fundação Paulo Bonavides.

Os procuradores solicitaram e obtiveram então, da Reitoria da UFC, informações sobre cursos pagos mantidos pela Faculdade de Direito e sobre as instituições privadas que os organizavam. Eles descobriram que tanto o Cetrede como a Fundação Paulo Bonavides atuavam em desacordo com a lei federal 8.958/94 (artigo 2º, inciso III), por não serem credenciados

junto ao Ministério da Educação. Também constataram, ao comparar a grade de horários dos cursos de especialização com a grade do curso de graduação em Direito, que havia choque de horários de professores que ministravam disciplinas em ambas as modalidades.

*Procuradores  
do Ceará pedem  
à Justiça que proíba os  
cursos pagos da UFC  
e devolva valores  
recebidos*

Eles fizeram, então, sete recomendações à UFC, a começar da “imediata paralisação da cobrança de mensalidades em cursos de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*, realizados mediante convênios com entidades civis, pessoas jurídicas de

direito privado, ou com outros entes de direito público, que utilizem as instalações, equipamentos, servidores e outros bens da própria UFC”; “imediata paralisação da oferta de cursos de pós-graduação, *lato* ou *stricto sensu*, mediante o pagamento de mensalidades”; “que a UFC não admita que professores da graduação ministrem aulas na especialização nos mesmos horários em que deveriam estar ensinando na graduação”.

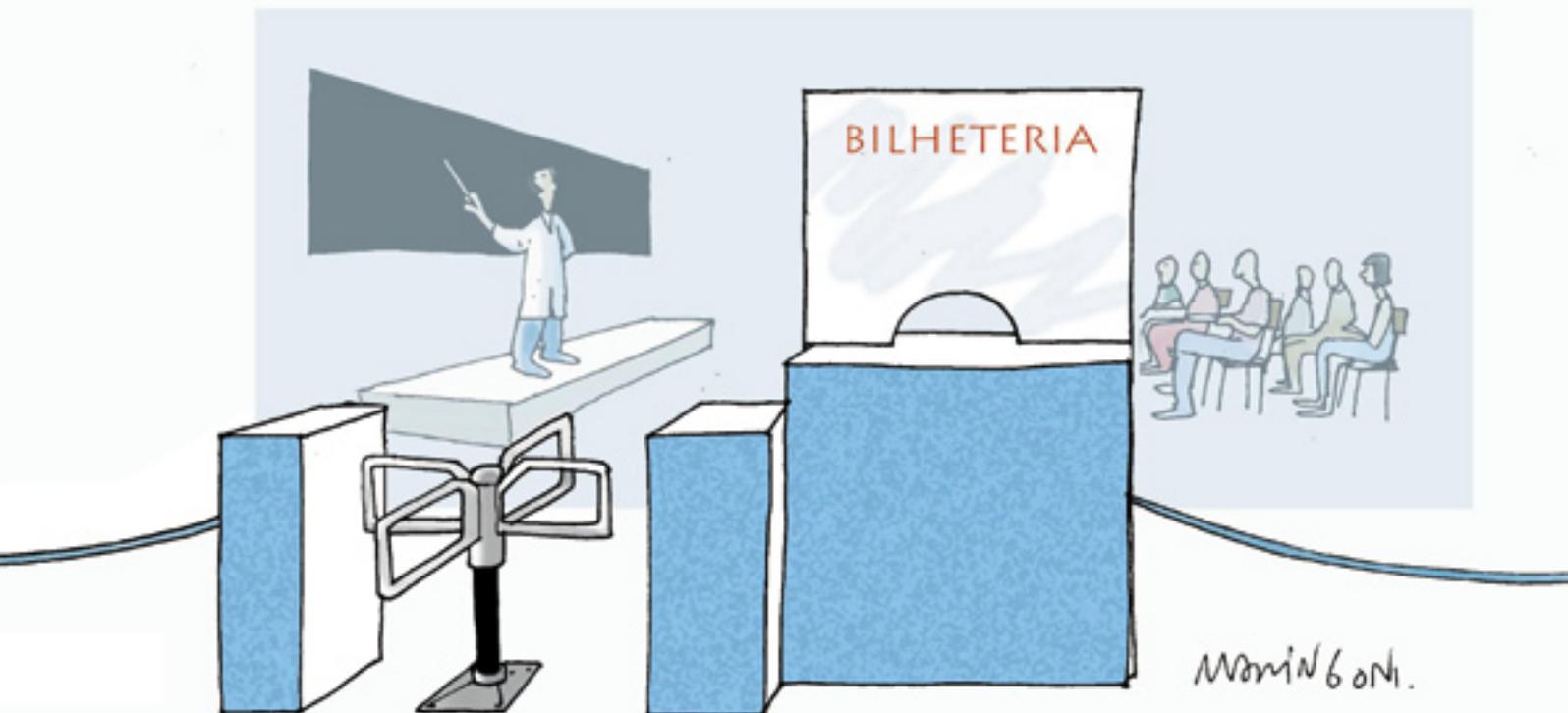
A UFC não atendeu às recomendações, e os procuradores federais decidiram ingressar com a ação, que se baseia, como ocorreu no Rio de Janeiro, no princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Foi anexado ao processo um ofício do MEC, enviado em resposta aos questionamentos do MPF. Nesse documento lê-se: “da leitura do artigo 206 da Constituição Federal de 1988 infere-se que o ensino ministrado por instituições públicas, independentemente do sistema a que se vinculam e do nível de educação que ministram, deve ser gratuito”, e “esse entendimento tem sido aca-

tado, reiteradamente, pela Secretaria de Educação Superior” (do MEC).



# **PREÇO DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE VARIA DE R\$ 18 MIL A R\$ 33 MIL**

*Quatro dos cinco cursos aprovados pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação têm vínculo com fundações privadas. Só três estão em andamento: o de Engenharia Automotiva (R\$ 18 mil por aluno), o de Laser em Odontologia (R\$ 22 mil) e o de Modelagem Matemática em Finanças (R\$ 33,6 mil)*



**A** Pró-Reitoria de Pós-Graduação informou à *Revista Adusp* a existência de cinco mestrados profissionalizantes aprovados na USP: Moda, na Escola de Comunicações e Artes; Engenharia Automotiva, na Escola Politécnica; Finanças, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; Modelagem Matemática em Finanças, curso interunidades FEA-Instituto de Matemática e Estatística; e Laser em Odontologia, curso interunidades Instituto de Pesquisa de Energia Nuclear-Faculdade de Odontologia.

Quatro desses cursos estão vinculados, direta ou indiretamente, a fundações privadas “de apoio”,

respectivamente a Fundac, a Fusp, a FIA e a Fipe. Somente o curso de Laser em Odontologia parece não estar ligado a fundações privadas. A vinculação, na maior parte dos casos, é explicitada na resolução do Conselho de Pós-Graduação que autoriza o curso.

O regulamento do mestrado profissionalizante de Engenharia Automotiva foi aprovado pela Resolução CoPGr 4743, de março de 2000, que determina, em seu artigo 11, parágrafo 2º: “O apoio da gestão financeira do curso será realizado por uma das fundações ligadas à USP ou outra Entidade externa. Em princípio, a Fusp - Fundação de Apoio à USP deverá fornecer esse apoio, podendo este ser transferido

para outra fundação ou Entidade, a critério e por iniciativa da Coordenação, visando melhor andamento do curso”.

No caso do mestrado profissionalizante de Modelagem Matemática em Finanças, a Resolução CoPGr 4745, também de março de 2000, determina no artigo 1º, parágrafo 1º, que esse curso “é uma atividade conjunta da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e do Instituto de Matemática e Estatística, que compartilham a responsabilidade pelo seu funcionamento”. Contudo, o artigo 10, *caput*, diz o seguinte: “No ato da matrícula, deverão ser estabelecidas, na forma de contrato de prestação de serviços entre a ‘Fundação

Instituto de Pesquisas Econômicas' (Fipe) e o aluno, as responsabilidades legais e financeiras de ambas as partes, inclusive as taxas e mensalidades a serem pagas”.

A Resolução CoPGr 4820, de março de 2001, que aprovou o regimento do mestrado profissionalizante em Finanças, define, no artigo 21, *caput*, que o curso “será financiado pelos alunos por meio da cobrança de taxas e mensalidades recolhidas através da Fundação Instituto de Administração (FIA)”, e, no parágrafo 1º, que no “ato da matrícula serão estabelecidas, na forma de contrato de prestação de serviços educacionais entre a FIA e o aluno, as responsabilidades legais e financeiras de ambas as partes, incluindo as taxas e mensalidades a serem pagas”. Este curso, porém, não chegou a ser oferecido.

O regulamento do mestrado profissionalizante em Moda, aprovado pela Resolução CoPGr 4819, de março de 2001, define, no artigo 18, parágrafo 3º, que a sua gestão financeira “será realizada por uma fundação que, a critério da coordenação, for considerada mais conveniente”. O idealizador desse curso, professor Tupã Gomes Corrêa, é o presidente da Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (Fundac). Segundo a professora Maria Immacolata Lopes, presidente da Comissão de Pós-Graduação da ECA, o curso ainda depende de aprovação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para ser implantado.

A Resolução CoPGr 4887, de dezembro de 2001, que regulamenta o mestrado profissionalizante em Laser em Odontologia, sequer faz menção a pagamento de taxas e mensalidades. A exigência está implícita no Artigo 9º: “Para o ingresso ao Programa o aluno deverá também firmar contrato entre as partes: aluno e o representante do Programa”. Apesar da menção discreta, o preço total do curso é alto: cada aluno deverá desembolsar 22.100,00 reais.

O  
mestrado de  
*Modelagem Matemática*  
em Finanças deve  
arrecadar 672 mil reais  
em dois anos

Os outros mestrados profissionalizantes em andamento na USP também apresentam preços elevados. Quem fizer Engenharia Automotiva pagará no mínimo 18.070,00 reais. Esse valor poderá ser mais alto se o aluno optar por algumas atividades opcionais. Mas o curso mais caro é o de Modelagem Matemática em Finanças. Ao fim de dois anos, o aluno terá desembolsado 33.600 reais em mensalidades.

A coordenação do curso de Modelagem Matemática em Finanças informa que a turma

atual tem 20 alunos, e que ele deverá arrecadar 672 mil reais. Desse total, serão destinados 5% ou 33.600 reais para a Reitoria, e percentuais e valores idênticos para a FEA e para o IME, num total de 100.800 reais. Outros gastos importantes: professores (aulas regulares, plantões, convidados), 188.400 reais; coordenadores, 96.000 reais; remuneração da Fipe, 90.000 reais. “O docente recebe cerca de 10 mil reais por semestre, que chegam para ele como assessoria”, explica o professor Henrique von Dreifus, do IME e coordenador do curso.

“Está havendo uma integração muito maior entre economia e ciências exatas. Várias áreas das exatas têm seus trabalhos ligados a Finanças, como acontece na Física e na Politécnica”, afirma o professor von Dreifus. “Conversamos com pessoas do mercado e percebemos que muitos se interessariam caso oferecêssemos um curso nesta área. A Universidade estava discutindo a questão dos mestrados profissionalizantes e nos pareceu que a estrutura proposta serviria muito bem ao tipo de atividades que imaginávamos para nosso curso”.

De acordo com ele, em 90% dos casos as mensalidades dos alunos são pagas por pessoas jurídicas: “Os alunos em geral não estão pagando, mas sim as instituições. A maioria são alunos vindos de escolas públicas, que lhes deram a formação”.

A maioria dos alunos da primeira turma, acrescenta, vinha de escolas como a Politécnica, a FEA, o

IME, o ITA. “Eles estão retornando à Universidade parte do que foi investido neles, o que não é uma coisa fácil de se conseguir”. Isso levou o professor von Dreifus a concluir que a USP “tem até a obrigação de oferecer este programa”.

Ao explicar a escolha da fundação privada que gerencia o curso, o coordenador informa que “a universidade praticamente nos empurrou para dentro da Fipe”, e que “a sugestão da Reitoria foi que se usasse uma estrutura que já estivesse disponível para a parte de gerenciamento não-acadêmico”. Daí a opção pela Fipe.

O professor defende a remuneração adicional dos docentes que dão aulas no mestrado profissionalizante: “Acho justo o *pro-labore* porque você está pedindo para o docente ficar à noite, sendo que a Universidade considera este seu trabalho uma atividade extra”.

Ele explica que os valores do curso são decididos pelos docentes. “A Fipe garante as instalações e a logística. Quem decide somos nós”. Parte do dinheiro arrecadado foi usado para que os alunos fizessem um intercâmbio com uma universidade dos EUA: “Os alunos foram à New York University em julho e agosto do ano passado”.

“Minha crítica aos mestrados profissionalizantes repousa no fato de eles serem pagos”, diz o professor Mauro Zilbovicius, do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica, unidade que mantém um dos cinco cursos desse gênero aprovados até agora na USP. “Nas

escolas do tipo da Politécnica, da Medicina, da FEA, da Farmácia, que eu chamo de escolas profissionais, há um grande espaço para o desenvolvimento de cursos mais voltados ao mercado, pois o próprio mercado solicita isso. O mestrado profissionalizante é um bom instrumento e ajudaria muito em uma escola como a Politécnica. O problema é que se está aproveitando uma boa idéia e criando cursos pagos com ela, e isto é errado”, explica.

*“Mestrado  
profissionali-  
zante é uma boa idéia.  
Mas se for pago, pode  
desmontar a pós”, diz  
Zilbovicius*

No seu entender, o curso de especialização deveria estar voltado para quem busca uma complementação da formação. O profissionalizante seria para quem quer se aprofundar numa área. “A pós-graduação serve para isso, mas o perfil da pós-graduação no Brasil é formar pesquisadores e docentes. Fica faltando faltando espaço para este profissional que não está em nenhum dos polos e é isto que o mestrado profissionalizante vem completar”, argumenta o professor Zilbovicius.

Segundo o professor, o mestrado

do profissionalizante com certeza daria maiores condições para alguém alcançar um doutorado do que aquelas proporcionadas pela graduação. Entretanto, o caminho mais natural para o doutorado é o mestrado acadêmico.

“O problema está no fato de ser pago. Em primeiro lugar, não deve ser pago, e em segundo lugar o professor não podia receber. Como o trabalho é realizado misturado com aquele que o docente executa junto à pós-graduação, à graduação etc, o fato de ser cobrado acaba diferenciando dentro da USP os docentes que trabalham ou não nos cursos pagos”, define ele.

“O grande problema é que a remuneração pelo trabalho com os cursos pagos pode desmontar a pós-graduação na USP. Os professores têm um limite de alunos a orientar, e é muito provável que se passe a escolher os orientandos em função do fato de alguns pagarem e outros não”.

O professor Zilbovicius admite, porém, que alguns cursos sejam pagos. “A questão da cobrança é complexa. Se a General Motors procura a USP dizendo que tem um conjunto de engenheiros e quer bancar um curso, por que a USP deveria fazê-lo de graça? O que não se pode é remunerar o docente em separado, o que pode destruir a pós-graduação”, pontua. “É absurdo que a USP abra mão de receitas que poderiam ser suas. Por outro lado, o curso de Engenharia de Produção há anos oferece 70 vagas. Em vez de a USP ganhar com sua grife, são terceiros que ganham”.

# **CECAE, LIGADA À REITORIA, TAMBÉM PROMOVE CURSOS PAGOS**

Carolina Fantaccini e Fernanda Franklin  
Equipe da Revista Adusp

*A Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (Cecae), órgão diretamente vinculado à Reitoria, mantém o Atual-Tec, programa de cursos pagos de rápida duração pelo qual já passaram cerca de 20 mil alunos desde 1993 — e que arrecadou 800 mil reais por ano, em média, nos últimos três anos*

O Projeto Atualização Tecnológica (Atual-Tec), da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (Cecae), anuncia e vende à comunidade a marca USP em cursos — pagos obviamente — com duração média de 16 horas, definidos como de difusão ou treinamento.

A Cecae aponta como objetivo do projeto “contribuir para a capacitação tecnológica de pequenas e micro empresas e também de profissionais liberais e empreendedores, mediante aproveitamento do potencial tecnológico da USP e de seus docentes”. O Atual-Tec teria nascido para atender às necessidades do Disque-Tecnologia, programa da Cecae resultante de convênio com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-SP).

Entre os 12 cursos oferecidos em julho de 2002 estão “Introdução a Polímeros (o Mundo Maravilhoso dos Plásticos)”, “Eventos: como Captar e Ganhar com eles!”, “Gestão da Qualidade Total e Certificação ISO 9000-2000”, “Marketing: Planejamento e Práticas”, “Como Falar Bem em Público”, “Gestão de Pessoas em Tempo de Qualidade Total”.

Carlos Nunes da Costa, um dos coordenadores do projeto, revela que o pessoal das grandes empresas também procura os cursos. A única distinção feita aí seria uma informal “facilitação” de pagamento para os interessados que tenham menor condição de pagar. “Com o público que vem de grandes empresas”,

afirma, “nós somos mais rígidos na flexibilidade de desconto”. Ele diz que a Cecae “faz tudo para poder atender o pessoal das pequenas empresas”, mas admite que “não dá para atender só esse público”.

Tem sido numeroso o alunado do Atual-Tec. O professor Sérgio Muniz Oliva Filho, coordenador da Cecae, estima que “nos últimos quatro anos foram em torno de 13 mil participantes e nos quatro anos anteriores em torno de 6 mil, então dá por volta de 20 mil participantes

*Coordenador  
propõe que Cecae  
faça “propaganda em  
grande escala” de cursos  
pagos de algumas  
unidades*

aproximadamente desde a fundação do projeto”. Cada turma chega a ter 45 alunos.

Do início das atividades, em 1993, até fins de 2001, o projeto ofereceu ou colocou em catálogo 142 cursos. O coordenador não vê problema no fato de a Cecae promover cursos sem que seja unidade de ensino: “Não é unidade, mas todos os cursos têm responsabilidade docente, ela é simplesmente a viabilizadora do curso. O docente poderia dar isso daqui, por exemplo, através da Reitoria diretamente se ele quisesse, através de um núcleo”.

O professor Oliva Filho propõe, mesmo, que a Cecae venha a baratear os custos da propaganda de cursos semelhantes, oferecidos por unidades. “É a idéia de baixar o custo, porque aí você junta, aumenta o volume e o custo abaixa. A gente está tentando deixar a Cecae à disposição das unidades que não têm uma estrutura mais formal, como a Poli, por exemplo, que tem um centro gigantesco, o Pece, que é uma estrutura gigantesca. Então a idéia é fazer essa estrutura aqui para as que não têm condições de fazer essa propaganda em grande escala, e aí o que a gente está tentando fazer é ver se consegue repassar isso para as unidades”.

Nos últimos três anos, o Projeto Atual-Tec recebeu, em média, 800 mil reais anualmente em inscrições para os cursos, que custam entre 150 reais e 480 reais. Da receita arrecadada, 5% são repassados à Reitoria e 10% são pagos à FUSP como taxa de administração do projeto: assim, somente 120 mil reais são repassados para a USP, em média, por ano. A maior parte do restante é consumida pelos gastos do projeto. O Atual-Tec é praticamente auto-sustentável e não visa lucro, segundo seus coordenadores, mas eles mesmos fornecem dados que apontam sobra de dinheiro.

O balanço de 2000 indica que o Atual-Tec gerou receita de 824.926 reais. A despesa foi de 743.564 reais. O saldo, portanto, foi de 81.362 reais, dos quais 43.263 reais a parte que coube à Cecae. Em 2001, a receita diminuiu para 795.308 reais, as despesas foram de 729.771 reais, e a Cecae ficou com 65.536 reais.

As despesas incluem o pagamento de docentes, parte deles da

**ATUAL-TEC: RELATÓRIO RECEITA x DESPESA 2000**

<b>MÊS</b>	<b>receitas</b>	<b>despesas</b>	<b>saldo</b>
janeiro	R\$ 110.789,50	R\$ 82.379,09	R\$ 28.410,41
fevereiro	10.145,00	21.991,19	(11.846,19)
março	85.755,00	72.896,14	12.858,86
abril	64.505,87	64.611,27	(105,40)
maio	59.860,50	59.641,50	219,00
junho	73.610,00	68.027,70	5.582,30
julho	80.299,00	67.683,55	12.615,45
agosto	88.502,00	71.855,74	16.646,26
setembro	59.855,00	54.037,17	5.817,83
outubro	76.925,00	73.563,74	3.361,26
novembro	102.080,00	77.064,70	25.015,30
dezembro	12.600,00	29.812,78	(17.212,78)
<b>Totais</b>	<b>R\$ 824.926,87</b>	<b>R\$ 743.564,57</b>	<b>R\$ 81.362,30</b>

própria USP, a produção de material e os gastos com mala-direta e propaganda. Essa remuneração adicional de professores da USP intermediada por uma coordenadoria da própria instituição é controversa, pois quebra a isonomia salarial da categoria. Surpreendentemente, a planilha fornecida pela Cecaie não indica o montante da remuneração dos docentes envolvidos.

A propaganda dos cursos consumiu, no ano passado, 2.400 reais por anúncio na *Folha de S. Paulo* e 2.797 reais no *Estado de S. Paulo*. A Cecaie publicou quatro desses anúncios por bimestre em 2001, despendendo, assim, 10.396 reais por bimestre.

Há, ainda, o eventual aluguel de salas ou auditórios das unidades universitárias. O uso do espaço público para fins

privados é igualmente discutível, mas Jorge Antônio Costa, também coordenador do projeto, tenta justificá-lo recorrendo ao argumento de que a parceria com a Cecaie pode ser lucrativa para as unidades. “Nós praticamos uma permuta com a unidade”, diz. “Nós concedemos, à unidade que nos cede o auditório ou a sala, uma vaga por cada evento. A prática tornou-se tão sadia que, às vezes, mesmo que a unidade não

tenha uma sala disponível ela continua fazendo jus à vaga”. O aluguel mediante pagamento, segundo Carlos Costa, também é uma prática comum. “O Instituto de Química, por exemplo, cobra o auditório. Precisamos? Nós vamos lá e pagamos. Se eles precisam mandar alguém no treinamento, aí eles também pagam, fica nesses termos a relação”.

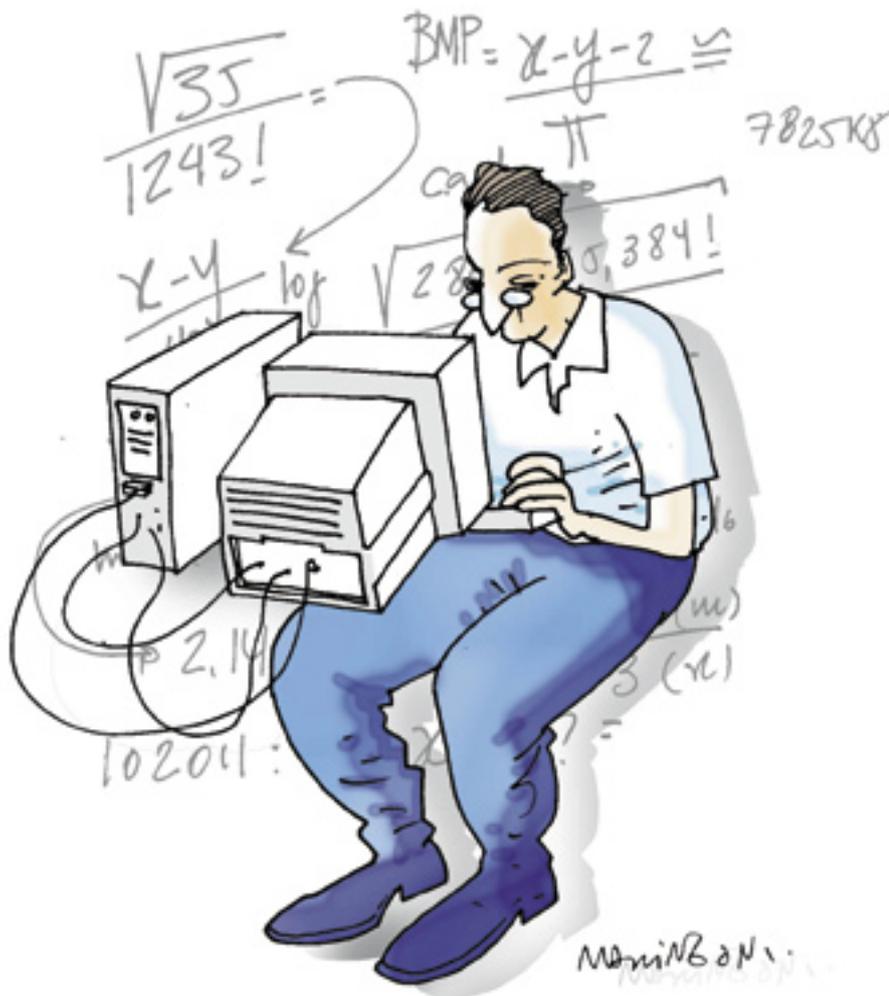
Ao final do curso, o aluno recebe um certificado com a assinatura

do docente responsável, sempre da USP, embora dois terços dos professores engajados no Atual-Tec não pertençam ao corpo docente da Universidade. Um levantamento feito com base na relação de professores do Atual-Tec disponível no site da Cecaie mostra que, dos 34 nomes listados, somente 11 são da USP.



**Professor Sérgio Oliva**

# EXATAS E APLICADAS



# NA POLI, PECE CRESCE 33% E ARRECADA R\$ 4 MILHÕES EM 2001

Gilberto Maringoni  
Jornalista

*A unidade tem grande número de cursos pagos de extensão (como o CEAI, citado no anúncio ao lado) e pós-graduação, os quais repassam à USP só 13% das receitas. No Programa de Educação Continuada (Pece), a receita cresceu de R\$ 3 milhões em 2000 para R\$ 4 milhões em 2001*

**CEAI - Curso de Extensão em Administração Industrial**

**Objetivos:** Apresentar e discutir os conceitos e metodologias da Administração Industrial, visando capacitar os participantes na utilização das mesmas, bem como aumentar a competitividade da empresa. Este curso oferece um amplo espectro de disciplinas, sendo 16 básicas e as restantes opcionais, envolvendo assuntos de grande importância como Qualidade, Produtividade, Organização Industrial, Métodos Estatísticos e de Otimização, Economia e Finanças das Empresas etc.

**Público Alvo:** O CEAI é voltado exclusivamente para pessoas com graduação completa.

**Programas:** Especialização - 12 disciplinas (432 horas de aula) Atualização - disciplinas isoladas (36 horas de aula)

**Corpo Docente:** Professores da Escola Politécnica da USP e da Fundação Carlos Alberto Vanzolini com larga experiência didática e profissional.

**Processo de Seleção:** • Análise de currículo profissional • Enviar currículo completo e cópia de documento comprobatório de conclusão do curso superior até o dia **09/Agosto/2002**, para a Fundação Vanzolini, na Av. Prof. Almeida Prado, tor. 2, nº 531, Bloco D2, 1ª andar, Sala D2-108, Cidade Universitária - São Paulo - SP CEP 05508-900, indicando no envelope a sigla **CEAI/3º Quadrimestre/2002**.

**Divulgação dos Participantes Selecionados:** À partir de 19/Agosto/2002.

**Matriculas dos Participantes Selecionados:** À partir de 26/Agosto/2002.

**Início das Aulas:** 16/Setembro/2002, de 2ª a 5ª feira, das 19:30 às 22:30h.

**Certificados:** Os certificados de especialização e de atualização serão emitidos pela USP.

**INFORMAÇÕES:**  
Tel.: (11) 3814-7366 - Ramais: 300 e 394 (das 9:00 às 21:00h)  
Fax.: (11) 3814-7366 - Ramal 392  
ceai@vanzolini.org.br • www.vanzolini.org.br/areas/cursos/ceai.html

**A** Escola Politécnica é uma das unidades da USP que levou mais longe a oferta de cursos pagos. Além de abrigar a Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV), que ministra dezenas de cursos pagos, e a Fundação para o Desenvolvimento da Tecnologia (FDTE), a unidade mantém o Programa de Educação Continuada (Pece) e o Mestrado Profissionalizante em Engenharia Automotiva, vinculado à Comissão de Pós-Graduação. A FCAV existe há 35 anos e funciona nas dependências do Departamento de Engenharia de Produção. Oferece atualmente 190 cursos, divididos entre seis de pós-graduação *lato sensu* e cursos de especialização (de curta duração) ministrados nas salas da própria fundação ou nas empresas que os contratam.

A página da FCAV na Internet ([www.vanzolini.org.br](http://www.vanzolini.org.br)) faz questão de informar que os certificados “serão emitidos pela USP”. O curso “MBA Gestão de Operações – Produtos & Serviços”, por exemplo, tem duração de “um ano e meio” e o interessado paga R\$ 1.400,00 de matrícula e 17 mensalidades de R\$ 995,00, o que totaliza R\$ 18.315,00 por aluno.

Vários dos cursos da FCAV são anunciados nas páginas dos cadernos de empregos dos jornais diários. Um desses anúncios, publicado na edição de 4 de agosto da *Folha de S. Paulo*, promove o Curso de Extensão em Administração Industrial (CEAI), que terá início em setembro. O “corpo docente” do

curso é apresentado, ali, de modo intrigante: “Professores da Escola Politécnica da USP e da Fundação Carlos Alberto Vanzolini com larga experiência didática e profissional”. Os professores são “da USP”, mas concomitantemente também o são “da” FCAV.

Embora seja classificado como curso de atualização, a carga horária do CEAI é das mais extensas: 432 horas-aula, o suficiente para enquadrá-lo como um curso de pós-graduação *lato sensu*. Os pre-

*Entre  
2000 e 2001, a  
remuneração total dos  
docentes do Pece aumentou  
de R\$ 907 mil para R\$ 1,5  
milhão, variação de  
65%*

ços, que não constam do anúncio: matrícula de R\$ 567,00 e 24 parcelas de R\$ 310,00 (o que totaliza R\$ 8.007,00 por aluno).

A página do Pece ([www.pece.org.br](http://www.pece.org.br)) apresenta, por seu turno, “vários cursos em nível de pós-graduação *lato sensu*, que são oferecidos no campus da USP, e também podem ser realizados nas empresas ou associações”. O programa vale-se do prestígio da instituição que o abriga, ao informar que ele está “vinculado à Escola Politécnica da USP, que tem mais de 100 anos, com uma presença marcante na Engenharia nacional”. Adiante é assi-

nalado que os concluintes “recebem um Diploma de Conclusão emitido oficialmente pela Escola Politécnica da USP”.

O Pece, que em 2000 auferiu R\$ 3.051.000,00 com a venda de seus cursos pagos, em 2001 obteve uma receita 33% maior: R\$ 4.082.000,00. A elevação da receita foi expressiva em termos reais, pois a inflação foi inferior a 10% em 2001 — o IPCA-IBGE registrou 7,67% e o ICV-Dieese (que apura o custo de vida no município de São Paulo) apontou 9,42%. O montante destinado à remuneração dos professores que atuam no Pece (parte dos quais não é da USP) evoluiu de R\$ 907.000,00, em 2000, para R\$ 1.503.660,00 em 2001, isto é, uma variação de 65%.

As rubricas “coordenadores subprogramas” e “coord. geral do Pece”, que constavam do demonstrativo financeiro de 2000 (*Revista Adusp* 24, p. 124), não aparecem no demonstrativo financeiro de 2001. Indagado a respeito, o professor Vahan Agopyan, diretor da Politécnica, declarou que a coordenação agora está incluída na rubrica “Pessoal-Pece” e que as cifras destinadas à remuneração dos coordenadores são “proporcionais” às demais cifras. Em 2000, os coordenadores dos subprogramas receberam o montante de R\$ 246.000,00, e o coordenador geral R\$ 70.028,00.

Segundo o professor Ivan Gilberto Sandoval Falleiros, vice-diretor da unidade, “os cursos que recebem o certificado da Politécnica usam fundações, escolhidas num processo de con-

corrência, para gerir os contratos e fundos resultantes”. A FDTE, atual responsável pela gestão do Pece, recebeu R\$ 352.684,00. Os repasses obrigatórios foram de R\$ 188.316,00 para a Reitoria, de R\$ 76.405,00 para a Diretoria da Politécnica e de R\$ 210.534,00 para os departamentos.

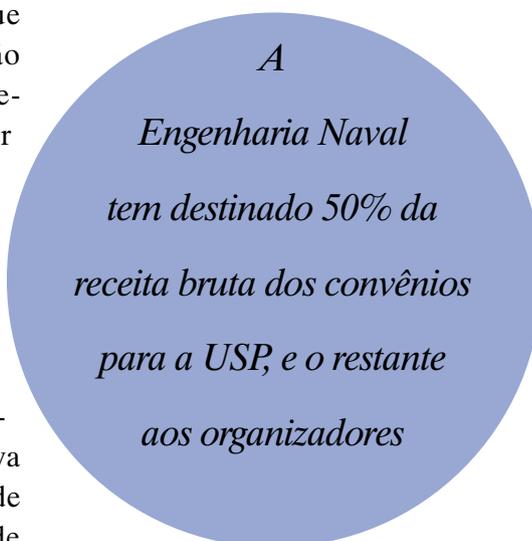
A página da FDTE na Internet ([www.pcs.usp.br/~fdte](http://www.pcs.usp.br/~fdte)) informa ser ela “uma entidade privada (que) mantém convênio de cooperação mútua com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo”. O vice-diretor justifica ainda que “os cursos são pagos, pois são oferecidos a um mercado competitivo, como a indústria, que quer capacitar mais seus funcionários, objetivando aumentar sua competitividade no mercado”.

Argumento semelhante é externado pelo professor Ronaldo Salvagni, 50, coordenador do Mestrado Profissionalizante em Engenharia Automotiva e vice-chefe do Departamento de Engenharia Mecânica. “O grande problema aqui na USP é o fato de o curso ser pago. Ele é pago porque tem custos, os docentes são remunerados, há melhorias de salas de aula, pagamento de pessoal de secretaria etc. Se ele não fosse pago, necessitaria de recursos orçamentários da USP, que não virão”.

Segundo o professor Salvagni, existe o preceito do ensino público e gratuito, que “pode gerar distorções e injustiças”. No primeiro e segundo grau, é justo que assim seja, opina ele. “Mas os cursos profissionais são dirigidos a empresas

que terão um ganho direto com isto”, argumenta, completando que “a gratuidade destes cursos representaria uma privatização dos benefícios e uma socialização dos custos”. O programa coordenado pelo professor Salvagni mantém cursos voltados para a indústria automobilística, “que representa 13% do PIB” (**leia texto sobre mestrados profissionalizantes na p. 28**).

A receita total bruta arrecadada pelos cursos é assim dividida: 5% para a Reitoria, 5% para o



Departamento e 3% para a Escola Politécnica. Ou seja: do total arrecadado, somente 13% são destinados à USP. O professor Ivan Falleiros frisa que “este percentual não é sobre o resultado líquido, que muitas vezes nem é grande”. Sobre a mesma receita bruta, é cobrada a taxa de administração da fundação gestora, que em 2002 é de 8%.

A Resolução da Reitoria nº 4543, de 20 de março de 1998, determina que a unidade “deverá reter no mínimo 10% e no máximo

50% do numerário recebido pelo docente por participação em atividades previstas nos artigos 15 e 16 da Resolução 3533, modificada pela Resolução 4542, recolhendo à Reitoria o equivalente a 5% desse numerário” (**acesse o texto completo em <http://leginf.uspnet.usp.br/normas/resol/r4543m.htm>**). Ocorre que o Conselho Técnico-Administrativo da Politécnica fixou em 13% o percentual (Portaria DIR100/98).

José Augusto Aranha, professor titular de Engenharia Mecânica e ex-chefe do Departamento de Engenharia Naval, critica a destinação à USP de tão-só um reduzido percentual da receita: “É um absurdo. Se estivéssemos numa universidade privada, seríamos mandados embora”, fulmina ele. “É possível trabalhar-se com um percentual que favoreça mais a instituição: a Engenharia Naval, por exemplo, tem trabalhado com uma proporção de 50%-50% sobre a receita bruta, divididos entre os organizadores das atividades e a instituição”. Ele diz não saber se esta é proporção mais justa para a instituição, “mas é maior que aquela em geral aplicada e tem uma racionalidade singela: o docente que porventura dobrar o seu próprio salário (este era o teto que existia antigamente) ‘sai de graça’ para a USP”.

Dizendo não ser purista, o professor Aranha avalia que os recursos extra-orçamentários são importantes. “Há aqueles que defendem a universidade como se fosse uma catedral em que ne-

nhum recurso seja admissível que não os repasses do Estado. Mas há outros voltados para o mercado, que querem transformar isso aqui num *shopping center*, onde tudo seja permitido”, compara ele.

“Penso que devemos traçar uma bissetriz aí. É importante que captemos recursos extra-orçamentários, pois os repasses do Estado não tendem a aumentar. Mas o que não se pode fazer é transformar isso aqui em escritórios particulares, por conta destas percentagens que falei. Não é



**Professor Salvagni**

crime você captar recursos fora. Isso vale também para os cursos, pois o que se está vendendo é o nome da USP. Se o curso é de bom nível, é natural que se cobre, mas o dinheiro deve vir para a universidade”.

O professor Aranha completa sua argumentação defendendo que os professores envolvidos tenham uma complementação salarial. “Mas o processo deve ser transparente. Nós sabemos, na USP, quanto ganha cada docente. Se estamos numa instituição pública, todos devem saber quanto ganham os responsáveis pelos convênios e cursos”. Ele lamenta que estes dados não estejam disponíveis, “pois este é um grande buraco negro, no qual não deve haver sigilo”.

O ponto levantado pelo ex-chefe do Departamento de Engenharia Naval remete à questão

inevitável: quanto ganham os professores e organizadores dos cursos? Segundo o vice-diretor Falleiros, “cada professor propõe o valor que julga justo para si”.

*Repassar  
à USP mais de  
13% da receita é “matar a  
galinha dos ovos de ouro”, diz  
o coordenador do Mestrado  
Profissionalizante*

Ele exemplifica: “Tenho aqui em minha mesa alguns contratos. Variam entre R\$ 100,00 e R\$ 150,00 a hora-aula”.

“Aumentar este percentual atu-

al [de 13%] teria um caráter predatório, de matar a galinha dos ovos de ouro”, rebate o professor Salvagni. Segundo ele, os recursos orçamentários correntes é que devem ser “mais deslocados para as áreas que não têm suporte e menos para aquelas que têm condições de captar recursos fora”. Ele também critica “uma outra tendência, que a Adusp defende, de que ninguém capte”, por considerá-la “a proposta mais burra possível”.

O professor Salvagni diz ficar surpreso com a reação negativa a este tipo

de atividade na USP. “Para mim é muito positivo oferecer cursos assim e ademais carrear recursos para a universidade. Há sempre o argumento de que o professor irá deixar de lado suas atividades discentes normais e se dedicar ao curso, para ganhar dinheiro. Quem quer ganhar dinheiro não está na universidade”, garante.

Além de se utilizarem de dependências da USP, os cursos pagos se valem de algo muito mais importante: o próprio prestígio da universidade.

O professor Aranha conta que coordena um convênio com a Petrobrás. Certa vez, em tom de provocação, perguntou a conhecidos seus na empresa: “Se ao invés de estarmos aqui, estivéssemos em uma universidade qualquer sem expressão acadêmica, vocês manteriam o convênio?” A resposta foi direta: “Claro que não!

## Demonstrativo financeiro do Pece - 2001

<b>RECEITA</b>	<b>4.082.000,00</b>
<b>DESPESAS DIRETAS</b>	<b>2.146.277,00</b>
FDTE	352.684,00
Professores	1.503.660,00
Livros	165.266,00
Apostilas – xerox	124.667,00
<b>DESPESAS INDIRETAS</b>	<b>1.273.964,00</b>
Pessoal – PECE	410.910,00
Pessoal – Órgãos centrais – Diretoria	192.264,00
Outras despesas – Diretoria	2.500,00
Material permanente (mesas/carteiras/micros etc.)	170.000,00
Manutenção material permanente	26.852,00
Telefone	5.100,00
Correio	41.000,00
Taxi/ônibus/quilometragem	5.636,00
Material de escritório – transparências	21.000,00
Lanches servidos em salas de aula - alunos	137.986,00
Publicidade	125.000,00
Coffee break/encerramentos cursos/almoço alunos	105.769,00
CPMF	22.107,00
Limpeza	7.840,00
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>475.255,00</b>
RUSP	188.316,00
Diretoria	76.405,00
Departamentos	210.534,00

Fonte: Diretoria da Escola Politécnica

O convênio existe por vocês estarem na USP!”

Na opinião do ex-chefe do Departamento de Engenharia Naval, “deveria haver um fundo, que centralizasse esta verba e a distribuísse por áreas de pesquisa que não têm

tanta aderência ao mercado”. Há projetos internos aos departamentos, ou em áreas como matemática pura, filosofia etc., lembra ele, que não têm esta capacidade de captação e deveriam ser contemplados com algo que beneficiasse a todos.

“Rediscutir a proporção e distribuir as verbas extra-orçamentárias seriam maneiras de se dirigir um processo que em si não é condenável”, pensa ele, para concluir: “Como está atualmente é algo que não existe em lugar nenhum do mundo”.

# PRESSÃO POR CURSOS PAGOS NO IQ

Almir Teixeira e Renata Menezes  
Equipe da Revista Adusp



*Com cerca de 16 horas de duração, os “minicursos” pagos oferecidos no IQ por sociedades de química são poucos e não têm periodicidade certa. Mas alguns docentes da unidade articulam a criação de uma fundação privada*

**O**s cursos pagos de curta duração que têm lugar nas dependências do Instituto de Química são oferecidos pela Associação Brasileira de Química (ABQ) e pela Sociedade Brasileira de Química (SBQ), entidades que têm subsedes no IQ. Os cursos não são periódicos e não chegam a afetar a vida da unidade. A situação pode mudar, pois alguns professores articulam a criação de uma fundação privada no IQ.

Os cursos das entidades ainda não foram oferecidos em 2002. A ABQ, que em 2001 realizou três cursos pagos, não tem previsão para 2002. “Se houver alunos vamos ministrá-los. Nossa intenção é que as pessoas tenham chances de aprender”, explicou Ivano Gutz, professor do IQ e vice-presidente da ABQ em São Paulo.

“São cursinhos rápidos de aperfeiçoamento em uma única disciplina ou tema bem específico da química, o que é interessante para o profissional”, explica Dirce Campos, diretora-executiva da SBQ em São Paulo. Os organizadores pretendiam implantá-los no segundo semestre do ano, o que dependeria da procura.

O professor Tibor Raboczkay, porém, considera existir muita procura por cursos desse tipo, os quais, na sua opinião, podem servir de “ponte” entre o IQ e a sociedade: “Vem muita gente da indústria procurando o IQ para fazer reciclagem. Isto é bom porque eles acabam trazendo os problemas da indústria para a universidade.”



**Professor Comasseto**

Ele considera que há “demanda interna e externa” para a criação de uma fundação, e acrescenta que docentes já estão colhendo assinaturas de colegas para instituir uma organização desse tipo. A demanda interna estaria ligada ao interesse por remuneração adicional: “Se a universidade continuar dando espaço para fundações, mais cedo ou mais tarde o IQ vai criar também sua fundação. Existe um movimento para que se crie uma fundação no Instituto. Esses cursos enquanto organizados pelas associações são inócuos. A cessão do espaço é apoiada pela comunidade”.

Apesar do diagnóstico, e de entender que “nunca podemos pensar que o setor produtivo seja algum tipo de vilão, temos de trabalhar com ele para gerar verbas para a instituição”, o professor Raboczkay faz uma advertência. “O perigo é quando o tempo do docente passa a ser muito tomado pelas atividades junto a fundações. O que torna produtiva a universidade pública é que há uma boa flexibilidade em termos de uso do tempo dos docentes. Usa-

se para atender alunos, fazer cursos para a terceira idade etc.”

Um dos defensores da existência de uma fundação no IQ é o professor João Valdir Comasseto, que expressa com muita clareza seu ponto de vista: “Cursos dados a empresas deveriam ser cobrados. Sou contra a isonomia. Sempre fui. Nos meus 20 anos de USP eu administrei projetos no valor de 6 milhões de dólares e nunca recebi um tostão. Com as fundações, você tem uma porcentagem que vai para os professores”. Segundo o professor Comasseto, a qualificação dos professores contratados está deixando a desejar, em função dos baixos salários. “Os três melhores orientandos meus estão trabalhando em empresas privadas. Hoje as pessoas de ótimo nível não ficam na universidade”.

Ele também diz querer maior agilidade administrativa: “Seis meses atrás recebi uma verba da Pró-Reitoria para a compra de um scanner. Só hoje recebi a resposta de que posso comprar”. O professor Comasseto considera, no entanto, que seria preciso mudar a

estrutura da universidade. “Quando penso em fundações, penso numa forma de agilizar os trabalhos da Universidade. A fundação é boa para corrigir a estrutura rígida da Universidade, mas é uma saída imediatista”.

O diretor do IQ, professor Hernan Chaimovich, admite a existência de “uma pressão muito grande aqui para a gente oferecer cursos pagos”, mas não inclui fundações nos seus planos: “O Instituto só vai oferecer estes cursos se for realmente necessário e se estiver tudo legal. Não pretendemos fazer a administração destes cursos com nenhuma fundação. Estou conduzindo uma discussão sobre a implantação destes cursos, mas por enquanto a gente não tem nenhum projeto, não sei nem se eles vão existir... quem sabe.”

O diretor pretende aumentar a “parceria” com as entidades profissionais. “Posso adiantar que a SBQ e ABQ têm colaborado com o Instituto, não com muito dinheiro, mas temos uma relação de parceria muito boa. Tomei posse no dia 15 de maio, então não posso dizer sobre estes cursos. Não tenho os valores dos cursos anteriores, mas posso garantir o que vai ser feito daqui para a frente”, diz o professor Chaimovich. “Pretendo oferecer cursos, sobretudo não pagos, aqui no Instituto. Sabemos que alguns terão que ser cobrados porque não temos dinheiro, o Instituto está bem pobrezinho.” Os cursos pagos, quando houver, “vão passar por caminhos normais e o dinheiro recolhido por eles vai estar muito

claro e cristalino, disponível até na Web”, assegura.

A SBQ, que ficou dois anos sem oferecer cursos pagos, está lançando agora um “banco de cursos” que reúne pesquisadores de todo o Brasil. Os cursos aprovados serão oferecidos de acordo com a disponibilidade do ministrante e o interesse dos solicitantes. “São cursos itinerantes, poderão acontecer aqui na USP, como também em qualquer outro lugar do Brasil em outra subsele da sociedade”, informa a diretora da entidade. Os valores arrecadados cobrirão os

*Diretor  
admite haver  
“grande pressão”  
por cursos pagos no IQ,  
mas diz não cogitar  
de fundações*

gastos com os professores, passagens, material didático e, garante a representante da SBQ, a remuneração do Instituto pela cessão do espaço para aulas. “Se utilizarmos a USP, a gente vai pagar pelo espaço. Estamos sempre colaborando com a faculdade porque estamos utilizando suas instalações”, diz Dirce Campos.

Quanto à ABQ, nos últimos anos a procura por seus cursos foi muito pequena, porque outras entidades e empresas começaram a implan-

tá-los. Em 2001, as salas tinham de oito a 20 alunos, metade dos quais estudantes. O valor cobrado para não sócios da associação foi de R\$ 320,00, para sócios R\$ 160,00 e R\$ 80,00 para estudantes. Para as empresas que mandavam seus funcionários o valor foi de R\$ 240,00.

As quantias recebidas cobriram despesas com material didático, apostilas e pagamento de professores, havendo também repasse para o IQ. “Estamos sempre colaborando com o IQ, independentemente de ter cursos pagos ou não”, garante o professor Gutz. Ele observa que todo ano a associação faz um congresso em um Estado brasileiro e os cursos são oferecidos durante o congresso a preços simbólicos, cerca de R\$ 20,00. “Queremos fazer crescer a Química e não a verba da ABQ”, brinca.

“Como estas entidades utilizam o espaço do IQ, muitas vezes, quando há necessidade de custear uma atividade acadêmica ou esportiva que o IQ promove, elas têm tradicionalmente colaborado com as despesas”, informa o ex-diretor da unidade, professor Paulo Sérgio Santos. “Somando todas as contribuições das três entidades, ABQ, SBQ e SBPQ (que não promove nenhum curso) que têm subsele no IQ, chega-se a um total de R\$ 4.000,00 a R\$ 5.000,00 por ano. No ano passado, por exemplo, este dinheiro foi utilizado na festa de premiação da Olimpíada Brasileira de Química, que tem apoio destas entidades, no Interquim, Encontro Nacional de Estudantes de Química e em outras atividades acadêmicas que temos aqui”.

# IAG CONTABILIZA SETE CURSOS PAGOS EM 2002

Bianca Antunes  
Jornalista

*Os dois lato sensu exigiram desembolso de R\$ 300 por aluno, quando profissional ou encaminhado por empresas, e foram gratuitos para pós-graduandos*



**A**ulas nas férias. A “Escola de Verão de Geofísica”, série de cursos pagos oferecida no Departamento de Geofísica do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da USP, chegou à sua quarta edição em janeiro deste ano, quando foram ministrados cinco cursos de extensão e dois de pós-graduação *lato sensu*.

Os cursos de extensão custaram R\$ 150,00 para empresas e profissionais autônomos e R\$ 50,00 para alunos de graduação, estudantes e professores do segundo grau. Os de pós-graduação exigiram desembolso de R\$ 300,00 por aluno, quan-

do encaminhados por empresas, profissionais, autônomos e outros interessados, mas foram gratuitos para pós-graduandos. Todas as disciplinas são ministradas no IAG e oferecem 20 vagas, excetuando-se “Sismologia e Sismicidade no Brasil”, com 30 vagas.

O Departamento de Astronomia também tem cursos pagos, coordenados pelo professor Gustavo Adolfo Medina Tanco e oferecidos há cerca de 20 anos. “O curso é dado regularmente, sempre no mês de janeiro. Neste ano, foi a primeira vez que aconteceu na Cidade Universitária, porque antes o Departamento de Astronomia não ficava

aqui”, informa.

São dois cursos de extensão: um voltado para professores do ensino fundamental e alunos de graduação, outro para a terceira idade. “O objetivo é dar uma visão geral da astronomia e ajudar professores a usar o assunto em sala de aula”, diz o coordenador.

A duração é de uma semana e os cursos são ministrados por docentes do Departamento. A taxa, de R\$ 35,00, é usada, segundo o professor, para a compra do livro utilizado no curso, de autoria dos docentes e editado pela Edusp. “O Departamento não tem lucro algum”, afirma o professor Tanco.

# No IO, PREÇO DOS CURSOS DE DIFUSÃO VARIA DE R\$ 20 A R\$ 150

Bianca Antunes  
Jornalista

*Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa) realizou um único curso na unidade, em 1999*



O Instituto Oceanográfico (IO) oferece semestralmente cursos pagos de difusão. Um deles, “Noções sobre Oceanografia”, coordenado pelo professor Joseph Harari, oferece 200 vagas, exige dos alunos somente o fundamental concluído e o pagamento de uma taxa de R\$ 20,00. Segundo o professor, o dinheiro arrecadado cobre despesas de material, como a produção de uma apostila de 100 páginas.

“Não há retorno algum. O dinheiro cobrado dos alunos é para

que a Universidade não tenha despesas”. Há também uma atividade extra, para quem se interessar: uma excursão de um fim de semana na base de pesquisa da USP (em Ubatuba ou Cananéia), com uma taxa de R\$ 100,00 – referente a transporte, alimentação e hospedagem.

Os outros dois cursos de difusão do IO são “Biodiversidade e conservação de ambientes marinhos”, dado no primeiro semestre, e “Biodiversidade de peixes marinhos”, no segundo semestre. São ministrados desde 1998 para graduandos, graduados e professores em geral, e cada um ofe-

rece 50 vagas, cobrando R\$ 150,00 dos participantes, o que gera receita de R\$ 7.500,00. Segundo informações da coordenação dos cursos, os professores envolvidos não recebem nenhuma remuneração.

A Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa) realizou em 1999 o curso “Operação e impactos ambientais de emissários submarinos de esgotos sanitários”. Luiz Roberto Tommasi, presidente da entidade, explica a taxa de R\$ 50,00 cobrada dos alunos: “o que se cobra são as despesas, como preparação de folderes, correspondências etc”.

# CURSO DE EXTENSÃO DO IGC COBRA R\$ 1.050 POR ALUNO

Bianca Antunes  
Jornalista



*A Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental (ABGE) e a Fundespa, fundação privada ligada ao IO, respondem por cursos pagos realizados no Instituto de Geociências*

O Instituto de Geociências (IGc) realiza cursos que cobram até R\$ 1.050,00 de cada participante. O curso “Geoestatística Aplicada”, ministrado há dois anos, é o mais caro do IGc e foi aprovado pelo Departamento como extensão universitária. São dez vagas para profissionais da área, oferecidas

somente no primeiro semestre. No segundo semestre, o curso é dado para a pós-graduação e é gratuito.

“Na pós-graduação, o curso é oferecido há dez anos”, diz o coordenador, professor Jorge Kazuo Yamamoto. “Resolvemos ministrar no primeiro semestre para o público que trabalha em empresas da área e não pode, ou não tem tempo de fazer a pós-graduação com a gente,

mas precisa se atualizar”, explica.

A organização do curso é de responsabilidade da Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental (ABGE). A entidade recebe a taxa do curso, de R\$ 1.050,00 para quem não é associado da ABGE e R\$ 950,00 para os associados. Com a taxa, segundo o coordenador, são pagas todas as despesas com material,

das quais cita “xerox, folderes e apostilas”. Ele procura explicar a aparente discrepância: “Temos um custo inicial grande, como o envio de mala-direta”.

Outros dois cursos oferecidos pelo IGc, “Introdução ao Geoprocessamento” e “A importância das Geociências para o desenvolvimento sustentável às regiões litorâneas”, foram realizados com apoio da Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa), ligada a docentes do Instituto Oceanográfico. Ambos foram ministrados, pela primeira vez, em fevereiro de 2002. Segundo o professor Arlei Macedo, presidente da Comissão de Cultura e Extensão da unidade e responsável pela realização de ambos os cursos, a intenção é que sejam ministrados todos os anos.

O primeiro deles atende a interessados em geral. Neste ano, teve cerca de 20 alunos, que pagaram inscrição de R\$ 50,00. Segundo o professor, a taxa é para pagar despesas gerais, como apostilas, além de pagamento de monitores, que são alunos que ajudaram na realização do curso. O segundo, destinado a alunos de graduação e pós-graduação de fora da USP (já que os alunos da USP têm essa matéria como parte do currículo), foi ministrado por um professor aposentado, remunerado para dar as aulas. A taxa de inscrição foi de R\$ 50,00 e teve oito alunos. “A idéia do curso foi difundir a técnica utilizada aqui”, explica o professor Macedo.

“Por ser presidente da CCEX, entrei como responsável pelo curso

‘A importância da Geociências para o desenvolvimento sustentável às regiões litorâneas’, porque o professor que ministrou as aulas era aposentado e não podia ser o responsável”, informa. O professor aposentado fez jus a um pró-labore de R\$ 400,00. “Era um curso importante para a universidade. A taxa de R\$ 50,00 foi simbólica, para a compra das apostilas”.

O curso “Introdução ao Geoprocessamento” foi ministrado pelo próprio professor Macedo, que não recebeu remuneração por essa

*Diretor do  
IGc considera  
“salutar” a realização  
de cursos pagos na  
unidade, pois “acabam  
gerando recursos”*

atividade. “Claro que seria interessante a USP oferecer esses cursos gratuitamente, mas não há verba. Uma coisa é o nosso curso, outra, diferente, é um *MBA* que cobra milhares. Outra coisa é um empreendimento comercial”.

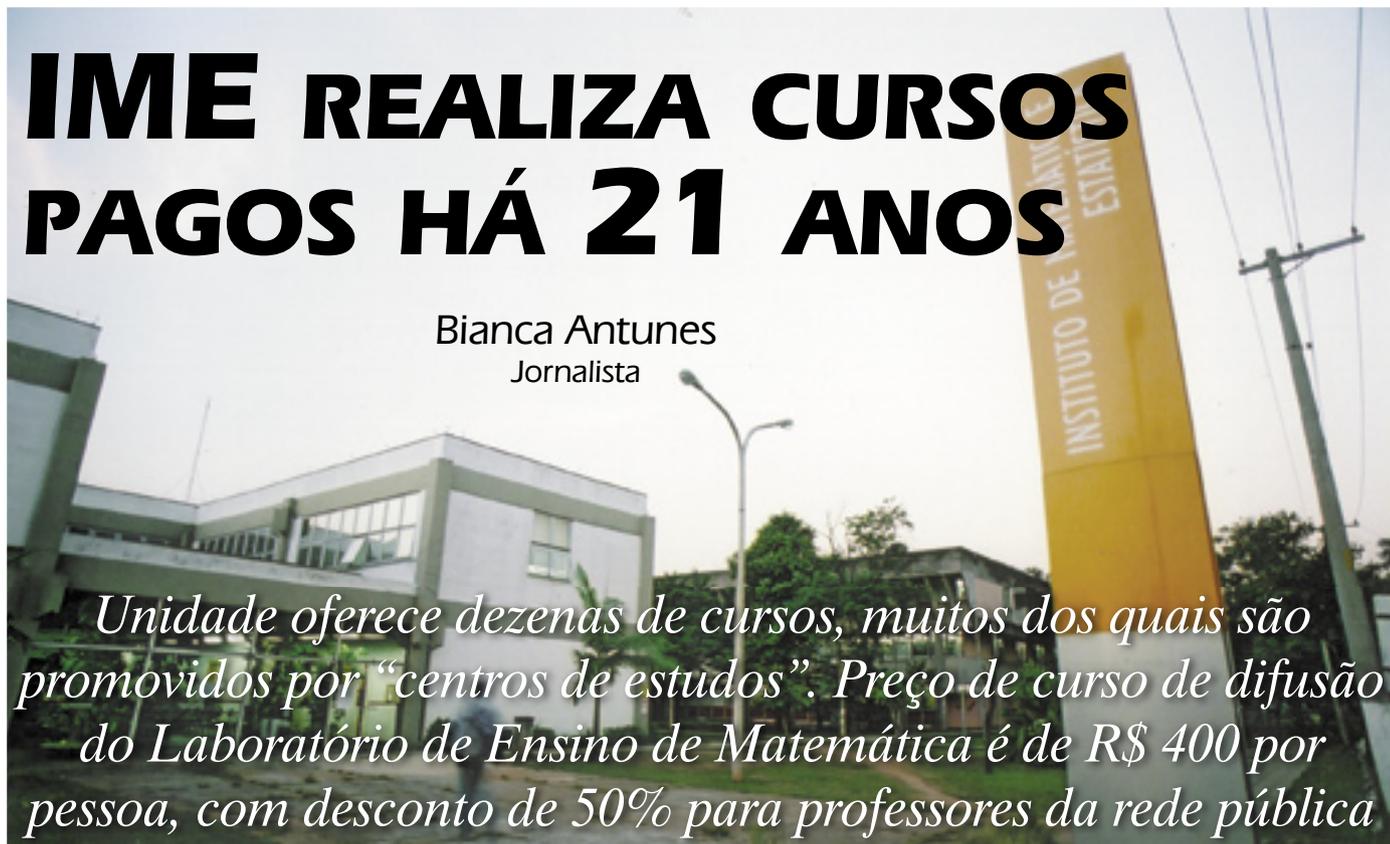
O professor Silvio Vlach, do IGc, diz ter a “pior” opinião sobre cursos pagos, mas admite a realização deles “se, de alguma forma, há benefícios para a universidade, se houver retorno como infra-estrutura, por exemplo”. Ele rejeita, porém, a possibilidade de remuneração

adicional dos docentes envolvidos nesses cursos. “Não concordo se houver pagamento dos professores. Se não, vira uma festa”, comenta o professor Vlach. “Não sou contra vir mais dinheiro para a Universidade. Mas a divisão dos recursos deveria ser exposta de forma mais clara. Hoje, a gente não tem muita informação”.

Outro que critica a existência de cursos pagos é o professor Valdecir Janasi: “Nunca participei e não sei como esse cursos funcionam. Mas eu me preocupo. Não é função da Universidade oferecer cursos pagos. Não se deveria usar o espaço da Universidade para esses cursos. É um tema complicado e preocupante”.

Diferentemente deles, o diretor do IGc, professor Wilson Teixeira, defende a realização de cursos pagos na unidade. “É importante ter cursos pagos. Não devemos subsidiar a formação de pessoal de empresas, por exemplo, que, ao contrário, podem contribuir para a USP. É muito salutar. Esses cursos pagos acabam gerando recursos, como a compra de novos equipamentos. Acabam auxiliando nosso corpo docente”, enfatiza.

“A renda do curso vai ou para o IGc, ou parte para a fundação de apoio que ajuda na organização do curso”, revela o professor Teixeira. “De qualquer maneira, volta para a USP. O Museu de Geociências, por exemplo, fez em julho deste ano um curso voltado para as crianças. Tinha uma taxa simbólica de R\$ 2,00. Com o dinheiro arrecadado, o Museu comprou minerais para o acervo”.



# IME REALIZA CURSOS PAGOS HÁ 21 ANOS

Bianca Antunes  
Jornalista

*Unidade oferece dezenas de cursos, muitos dos quais são promovidos por “centros de estudos”. Preço de curso de difusão do Laboratório de Ensino de Matemática é de R\$ 400 por pessoa, com desconto de 50% para professores da rede pública*

O caso do Instituto de Matemática e Estatística (IME) demonstra que a existência de cursos pagos é antiga na USP. Operando há 21 anos no Instituto, o “Programa de Verão” oferece hoje 23 cursos, com número de vagas variando de 25 a 80 e taxa de inscrição entre R\$ 40,00 e R\$ 200,00. Somam-se a esses cursos diversos outros, oferecidos por “centros de estudos”, como o Centro de Ensino de Computação-CEC, que realiza 20 cursos, dentre os quais são encontrados até mesmo cursos de iniciação aos aplicativos Word e Excel.

Entre os cursos pagos, há aqueles de difusão, como os do Laboratório de Ensino de Matemática (LEM), que se propõem a mostrar

aos professores de matemática como trabalhar com computador nas escolas. Os professores da rede pública têm 50% de desconto na taxa, que é de R\$ 400,00.

O curso tem cinco módulos: “Introdução ao uso do Computador”, que discute como o computador pode ajudar na sala de aula, “Trigonometria e Polinômios através da Geometria Dinâmica”, “Construção de Mosaicos através da Geometria Dinâmica”, “Utilização do computador no ensino da matemática” e “Algoritmos e Fractais através da Geometria Dinâmica”. As aulas são dadas por estagiários do LEM, supervisionados por um professor do IME.

O Centro de Aperfeiçoamento do Ensino da Matemática (CAEM) também oferece cursos de aperfei-

çoamento pagos, com o diferencial de que a maioria dos professores a ministrar as aulas sequer são do IME. Os cursos têm como público os professores de ensino médio e fundamental e são promovidos pelo CAEM com intuito de divulgar novas metodologias de ensino. Realizados na forma de oficinas, os cursos cobram R\$ 25,00 por um encontro de três horas, sendo que professores de escolas públicas têm desconto de 50%.

Contudo, o curso pago mais importante do IME é realizado conjuntamente com a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA): é o Mestrado Profissionalizante em Modelagem Matemática em Finanças, cujo preço por aluno é de R\$ 33.600,00 (**ver texto na p. 28**).

# “SHOW” DA FÍSICA GERA RENDA INDUSTRIAL

Almir Teixeira  
Jornalista



*No primeiro semestre de 2002, 13.245 crianças e adolescentes assistiram ao “Show de Física”, que arrecadou quase R\$ 36 mil. A receita ingressa na contabilidade do IF como renda industrial e é aplicada em atividades do Departamento de Física Experimental*

A mais conhecida iniciativa paga realizada no Instituto de Física (IF), o chamado “Show de Física”, atua hoje a todo vapor e já gerou um derivado, o “Show da Criança”, adaptação, para o público infantil, da atividade iniciada há cinco anos. No primeiro semestre de 2002, 13.245 estudantes deslocaram-se em excursões ao IF para ver o “Show de Física”, que arrecadou no período, segundo dados da tesouraria do IF, o total de R\$ 35.713,00.

A maior parte do dinheiro, R\$ 34.240,00, provém do pagamento de um ingresso de R\$ 3,00 por aluno. O restante da receita, R\$ 1.473,00, resultou da venda de material didático: apostilas e objetos experimentais. O criador e coordenador do projeto, professor Fuad Daher Saad, afirma que o ingresso só é cobrado das escolas que podem pagar. Ele informa que 1.830 estudantes foram liberados do pagamento neste ano, o que corresponde a 14% do total de alunos que assistiram ao “Show”. As verbas geradas pelo “Show” ingresam no IF como renda industrial.

Uma parte dos recursos é aplicada nas despesas do “Show”, o que inclui a importação de equipamentos. Outra parte da renda financia viagens de aperfeiçoamento de funcionários e docentes do Departamento de Física Experimental. Neste ano, quatro funcionários e dois docentes conheceram museus de Paris. “Desenvolvemos material instrucional, que utilizamos nas escolas públicas que têm cursos de capacitação de professores. Neste momento estamos realizando um curso com 60



**Estudantes fazem experimentos durante o "Show de Física" no IF**

professores, financiado pela Capes”, explica o professor Saad, que coordena o Laboratório de Demonstrações do IF.

Os 17 monitores que atuam no “Show de Física” são remunerados com verba da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas), que fornece bolsas de um salário-mínimo para eles (a seleção leva em conta, em primeiro lugar, a condição sócio-econômica do candidato). De acordo com o professor Saad, não é possível pagar os monitores com as verbas geradas pelo “Show”, pois a USP oferece dez meses de salário aos monitores, por ano, ao passo que os agendamentos do “Show” estão limitados a um período mais curto, de apenas seis meses por ano.



O Departamento de Física Experimental também realizou, em 2001, um curso de atualização voltado para trabalhadores industriais, que pode ou não repetir-se em 2002. O preço da inscrição foi de R\$ 100,00 e o curso, dividido em módulos, teve como objetivo “aproximar o Departamento e a indústria”, segundo o professor Airton Deppman, um dos coordenadores. Os módulos tiveram entre cinco e 20 alunos. O dinheiro foi usado para pagamento do material utilizado. Os professores, todos do Departamento, não receberam pagamento. As aulas foram ministradas no IF.

# **BIOLÓGICAS**



# NA FM, CURSOS APROVADOS PELA CCEX TÊM RECEITA PREVISTA DE R\$ 2,5 MILHÕES EM 2002

Almir Teixeira  
Jornalista



*O complexo Faculdade de Medicina-Hospital das Clínicas realiza infinidade de cursos remunerados, sem controle centralizado. A CCEX aprova 11 cursos de especialização e tenta tirar do HC os demais, que são a maioria. Em 2001, os cursos reconhecidos pela CCEX e CPG podem ter gerado receita de aproximadamente R\$ 1,5 milhão*

**A** cobrança de taxas e mensalidades na realização de cursos no complexo HC-FMUSP é uma prática generalizada e institucionalizada. Porém, não há centralização dos dados relativos à movimentação financeira dos cursos e há disputas quanto ao controle e o destino das verbas geradas.

Como a principal administradora financeira do complexo, a Fundação Faculdade de Medicina (FFM) poderia apresentar o total de receitas geradas pelos cursos e os valores referentes aos cursos realizados sob seus próprios auspícios. Infelizmente, a FFM não forneceu as informações solicitadas.

A obtenção de dados esbarra na imensidão do HC e na variedade de interfaces com a Faculdade de Medicina. O site [www.hcnet.usp.br](http://www.hcnet.usp.br) mostra diversos cursos oferecidos por inúmeras entidades e organismos. Disciplinas realizam seus próprios cursos de especialização, grupos de professores formam ligas, fundações, centros de estudos (*Revista Adusp* 24, p. 107), muitos dos quais oferecem cursos de especialização, difusão ou atualização, na imensa maioria das vezes cobrando taxas de inscrição, de matrícula e mensalidades.

No site do Instituto da Criança, por exemplo, podem-se encontrar nove cursos de especialização, três deles específicos para médicos pediatras, com seus respectivos valores de mensalidades e números de alunos. Excetuando-se o curso

de Nutrição Clínica Pediátrica (previsto para 2002, sem valor divulgado), pode-se calcular uma receita de R\$ 984.800,00, considerando o número mínimo de alunos previsto para os cursos.

Do mesmo modo, pode-se contabilizar mais R\$ 157.360,00 pela execução de mais 15 cursos de atualização previstos para este ano. Infelizmente, a Superintendência do HC não quis fornecer dados sobre os cursos pagos realizados pelos diversos institutos do HC.

*Na  
Medicina,  
os “estágios” feitos no  
HC são cursos pagos. O  
estagiário paga para  
fazer o “estágio”*

Na Faculdade de Medicina, a Comissão de Cultura e Extensão (CCEX) aprovou para este ano a realização de 11 cursos de especialização pagos, totalizando R\$ 2.149.320,00 em previsão de arrecadação, havendo também os cursos de outras categorias, que somam mais R\$ 358.600,00. A presidente da CCEX, professora Diana Helena de Benedetto Pozzi, relata que “somente agora a Comissão está se estabilizando e conseguindo trazer para a Faculdade cursos antes

realizados via HC, que ainda são maioria”.

A professora Pozzi explica a discrepância: a CCEX foi criada há cerca de um ano, sendo até aquela época um “apêndice” da Comissão de Pós-Graduação (CPG). Nesta última, ficaram os “estágios hospitalares”, como informa o seu presidente, professor Giovanni Guido Cerri.

Esses estágios são, entre outros, os de “Médico Colaborador” e a “Complementação Especializada”. Eles têm uma particularidade: são cursos pagos. O estagiário, no caso, paga para fazer o “estágio”. No Instituto da Criança, o estágio de “Colaborador” custa ao interessado matrícula de um salário mínimo (R\$ 200,00), mais mensalidade “a critério do Departamento”.

Uma das críticas feitas ao modo de aprovação dos cursos na Faculdade discute os princípios que regem as escolhas: “Hoje não há análise sobre que cursos devem ser criados no HC e na FM, é meramente uma questão financeira”, afirma o médico Alexandre Rodrigues da Silva, ex-residente do HC. “A lógica é ‘Como ganhar dinheiro para a instituição, uma vez que o Estado não pode bancar?’”. Para ele, falta ao HC “hierarquizar a criação de cursos e definir melhor o que se considera necessário para a sociedade, pois há áreas que são mais importantes para um grande número de pessoas — e nestas áreas, deveriam ser oferecidos mais cursos”.

No entender de Silva, os estudantes de Medicina esquivam-se

## CURSOS AUTORIZADOS DA FM EM 2002, DE ACORDO COM A CCEX

### **Fisiologia Integrada – Difusão Cultural**

06/02 a 20/11/2002  
Vagas: 60  
Isenções: 60

### **Psicoterapia em Grupo em Instituição Psiquiátrica**

05/03 a 10/12/2002  
Vagas: 15  
Isenções: 15

### **Jornada de Anestesiologia Pediátrica**

15 e 16/03/02  
Vagas: 100  
Isenções: 10  
Valor total: R\$ 180,00

### **Especialização em Bioética**

26/04 a 30/11/2002  
Vagas: 45  
Isenções: 5  
Valor total: R\$ 2.000,00

### **Educação Continuada em Geriatria - Atualização**

05/03 a 17/12/2002  
Vagas: 90  
Isenções: 15  
Mensalidade (12): R\$ 70,00

### **Especialização em Geriatria**

04/02/2002 a 31/01/2003  
Vagas: 15  
Isenções: 1  
Mensalidade (12): R\$ 180,00

### **Especialização em Fisiologia do Exercício**

01/03 a 06/12/2002  
Vagas: 285

Isenções: 10  
Mensalidade (12): R\$ 260,00

### **Especialização em Gerontologia**

18/02 a 16/12/2002  
Vagas: 40

Isenções: 4  
Mensalidade (12): R\$ 300,00

### **Atualização em Gerontologia**

04/03 a 16/12/2002  
Vagas: 50  
Isenções: 5

Mensalidade (12): R\$ 100,00

### **Especialização em Medicina do Trabalho**

18/03 a 13/12/2002  
Vagas: 50  
Isenções/bolsas: 5  
Valor total: R\$ 4.700,00

### **Especialização em Medicina Legal**

18/03 a 06/12/2002  
Vagas: 40  
Isenções/bolsas: 4  
Valor total: R\$ 3.450,00

### **Aperfeiçoamento em Promoção de Saúde e Qualidade de Vida na Prática Clínica**

25/02 a 12/12/2002  
Vagas: 15  
Isenções: 1  
Mensalidade (6): R\$ 300,00

### **Especialização em Saúde Mental e Justiça**

22/03 a 30/11/2002  
Vagas: 40  
Isenções/bolsas: 4  
Mensalidade (8): R\$ 300,00

### **Especialização em Terapia da Mão**

31/03/2002 a 30/04/2003  
Vagas: 20  
Isenções: 2  
Mensalidade (13): R\$ 370,00

### **Especialização em Medicina Esportiva**

01/03 a 13/12/2002  
Vagas: 30  
Isenções: 3  
Mensalidade (10): R\$ 100,00

### **Especialização em Acupuntura**

28/02 a 28/11/2002  
Vagas: 35  
Isenções/bolsas: 3  
Mensalidade (8): R\$ 350,00

### **Especialização em Sexualidade Humana**

10/08/2002 a 06/2004  
Vagas: 60  
Isenções: 5  
Mensalidade (23): R\$ 280,00

### **Especialização em Atendimento ao Abuso Sexual**

08/04 a 13/12/2002  
Vagas: 40  
Isenções: 4  
Valor total: R\$ 2.000,00

### **Formação de Profissionais para Atendimento de Dependentes - Aperfeiçoamento**

04/02 a 16/12/2002  
Vagas: 80  
Isenções/bolsas: 15  
Mensalidade (11): R\$ 280,00

Fonte: Serviço de Cultura e Extensão Universitária da FMUSP

de discutir a questão. “A mentalidade é: ‘no momento tenho de me submeter a isso’”, mesmo porque tal discussão “pode atrapalhar mais adiante no mercado de trabalho, em virtude das relações com outros profissionais”. Por outro lado, no tocante aos profissionais, passa a haver dependência com

relação aos recursos oriundos dos cursos pagos.

No caso do HC, por exemplo, os funcionários recebem o equivalente a 15% do montante arrecadado pelos cursos que passam pela CCEX e pela CPG. Em 2001, os 556 funcionários receberam, descontados os impostos, um total de

R\$ 221.238,24 (cada um embolsou bonificação de R\$ 397,91 no final do ano). Esta cifra permite chegar à conclusão de que aqueles cursos arrecadaram R\$ 1.474.919,00 em 2001. O número não é oficial, pois nem a CPG nem a CCEX souberam fornecer os dados financeiros relativos ao período.

# REESTRUTURAÇÃO DOS CURSOS PAGOS NA SAÚDE PÚBLICA

Almir Teixeira  
Jornalista



*A Faculdade enfrenta disputas internas pelo controle dos cursos de especialização e agora cria um Grupo Intercomissões para estabelecer, entre outros itens, uma planilha de custos para centralizar o controle financeiro dos cursos*

**O**s cinco cursos pagos de especialização aprovados pela Comissão de Pós-Graduação (CPG) da Faculdade de Saúde Pública arrecadam cerca de R\$ 953.000,00 por ano, segundo os dados da CPG. Os 25 cursos de atualização pagos realizados no início de 2002, no chamado “Programa de Verão”, com o aval da Comissão de Cultura e Extensão (CCEX), contabilizam R\$ 103.210,00. Mas a CCEX também possui seus cursos pagos de especialização, cuja receita soma pelo menos R\$ 402.600,00.

Assim repete-se, na Saúde Pública, a discussão que ocorre hoje entre as pró-reitorias de Pós-Graduação e de Cultura e Extensão Universitária, sobre a classificação dos diferentes cursos de extensão e a que alçada pertencem.

“A solução depende de uma definição melhor das pró-reitorias, pois a unidade não tem como normatizar”, lamenta o professor Rubens de Camargo Ferreira Adorno, presidente da CCEX. “A nossa visão é que a renda dos cursos precisa subsidiar as atividades de extensão e que os cursos de especialização deveriam passar à esfera da Cultura e Extensão”.

Com efeito, as respectivas comissões da unidade defendem respostas diferentes àquela pergunta inicial, e dificilmente se discute se os cursos devem ou não ser pagos. O professor José Maria Pacheco, representante docente no Conselho Técnico-Administrativo (CTA) da Saúde Pública,



**Professor José Maria Pacheco**

considera que o fato de existir o pagamento não pode barrar a realização da extensão universitária e sim auxiliá-la: “Pode haver cursos cobrados e gratuitos, pois os recursos dos cursos pagos podem ser usados para gerar verbas para os que não são pagos”. Mas alerta que, para o mecanismo funcionar, “é necessário a escola controlar rigidamente para saber o que é melhor ser ou não cobrado”.

Esta tese tem a concordância do presidente da Comissão de Pós-Graduação (CPG), professor José Alfredo Gomes Areas. Argumentando que, em sua maioria, os cursos “foram criados a partir da demanda de órgãos e empresas

públicas, mas também de hospitais privados”, o presidente da CPG defende que o pagamento em si não pode ser considerado um tipo de restrição aos alunos, desde que seja bem pensado.

“O que a CPG tem tentado é, sempre que possível, realizar cursos em convênio com órgãos públicos. O problema ocorrido é que os cursos de especialização proliferaram de maneira muito rápida e sem controle, e

isto é que deve ser revisto”, diz o professor Areas.

O professor Adorno, no entanto, critica o processo de aprovação dos cursos na CPG: “A Pós-Graduação tem um sistema de reedição de cursos, então o

*Ganha destaque a existência de cursos ligados aos 11 núcleos e “centros” presentes na Saúde Pública*



**Professor Adorno e sua equipe**

controle acontece na aprovação e depois se afrouxa nos anos seguintes”. O professor Areas rebate: “A Pós-Graduação está tentando reorganizar seus cursos, para melhorar o controle, que ainda não é muito claro”. De acordo com ele, em função da reestruturação em andamento, neste ano só cinco cursos estão sendo realizados, dos 17 geralmente aprovados todo ano pela CPG.

As informações sobre os cursos pagos na Saúde Pública são difíceis de se conseguir, uma vez que não transitam por um caminho definido, e uma instância não consegue dizer exatamente o que se pode esperar das outras. Assim, a unidade decidiu, recentemente, criar um Grupo Intercomissões para elaborar, entre outros documentos, uma planilha de custos que deverá facilitar o

controle das finanças dos cursos.

Um exemplo do descontrole atual está na própria impossibilidade de as duas comissões fornecerem dados claros sobre a movimentação de verbas decorrentes de cursos pagos. Ambas as comissões alegam que somente gerenciam uma conta em que as porcentagens que lhes cabem são depositadas, e que não possuem o exato valor referente aos cursos. Os dados apresentados nesta reportagem baseiam-se, desse modo, em cálculos que levam em conta o valor cobrado por aluno e o número mínimo de alunos previsto para os cursos.

Outra questão que ganha destaque na Faculdade de Saúde Pública é a existência de cursos vinculados aos núcleos e “centros” presentes na unidade que, segundo o professor Pacheco, muitas vezes não passam por

nenhuma das comissões. “Existem 11 núcleos na Saúde Pública e alguns promovem cursos que poderiam perfeitamente ser dados pelo Departamento, já que são os próprios docentes que ministram as aulas”, ataca Pacheco.

Por sugestão do professor Areas, o repórter procurou a Comissão

de Orçamento e Patrimônio da USP (COP), mas o presidente da Comissão, professor Joaquim José de Camargo Engler, lamenta não ter muito a dizer sobre os cursos: “Somente agora é que a COP passou a solicitar anualmente um relatório, seguindo a proposta de um professor da própria Saúde Pública”. Segundo o professor Engler, “os núcleos devem prestar contas às suas unidades” e, se dispensados, “podem prestar às respectivas pró-reitorias”.

Um das entidades privadas existentes na Saúde Pública, o Centro de Ensino Permanente (CEP), pretendia realizar em junho, em conjunto com a unidade, o seminário “Questão de Vida — Estratégias Psicoterapêuticas com Pacientes Crônicos e Terminais”, pelo qual cada um dos 75 participantes pagaria R\$ 80,00, o que totalizaria R\$ 6.000,00.

# CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS COMO ALTERNATIVA À COBRANÇA

Almir Teixeira  
Jornalista

*Os cursos pagos da Escola de Enfermagem nem sempre conseguem alunos, mas os gratuitos são sempre disputados. A diretora, professora Emiko Egry, considera admissível a cobrança, afirma que as normas da USP obrigam extensão a auto-sustentar-se, mas prefere que o setor público financie a realização dos cursos*

A Escola de Enfermagem da USP está realizando três cursos pagos de especialização, totalizando 62 alunos e R\$ 186.000,00 em recolhimento de taxas. Vários professores apresentam críticas com relação à cobrança, e a Escola procura, sempre que possível, casar a oferta de tais cursos com os interesses de órgãos públicos, a fim de “realizar cursos de extensão sem cobrar diretamente dos alunos”, segundo explicou a diretora, professora Emiko

Yoshikawa Egry.

Ela pontua que a prioridade da Escola é o setor público e que na pós-graduação isto acontece desde a seleção dos alunos. Em caso de empate na seleção, concede-se prioridade para alunos que sejam professores em escolas públicas e para profissionais que trabalhem em órgãos públicos assistenciais.

No caso dos cursos de extensão, porém, a diretora explica que a preocupação com o interesse público esbarra no custeio da realização. “Há sempre um custo *per*

*capita* para a realização de um curso, e a própria legislação da USP obriga os cursos de extensão a se auto-sustentarem”.

A este argumento, opõe-se a professora Lislaine Fracolli, presidente da Comissão de Cultura e Extensão da EE, que vê a extensão na saúde como “a atividade que essencialmente forma o profissional e o coloca em contato com as necessidades de sua área”. Ela lamenta que não se discuta melhor a existência dos cursos pagos: “Sempre fica-se na questão prática, nos

métodos. Nunca vivenciei uma discussão real sobre o pagamento dos cursos”.

Sendo a extensão uma necessidade, as soluções encontradas para o seu custeio são a priorização dos convênios com órgãos públicos e os apoios parciais advindos de empresas privadas. Nem sempre é possível casar os interesses dos alunos aos do Estado. Segundo a diretora da EE, 50% dos cursos são realizados em convênio com órgãos como o Ministério da Saúde ou a Secretaria da Saúde. “Se fosse possível, só realizaríamos cursos nestes moldes”, relata Emiko.

A professora Márcia Aparecida de Oliveira, do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiátrica e coordenadora do curso de Saúde Mental, argumenta que outras áreas da saúde poderiam usar melhor dos órgãos públicos e diminuir a necessidade de cursos pagos. “Seria viável para várias áreas da saúde procurar mais verbas com o Ministério e a Secretaria da Saúde ou outros órgãos públicos”, afirma, dando como exemplo a Terapia Ocupacional e a Fonoaudiologia, entre outras áreas relacionadas ao idoso e à criança.

Em alguns casos, os cursos pagos da Enfermagem têm os custos reduzidos, quando há patrocínio de empresas que fornecem os materiais necessários aos alunos. “Nestes casos, nós avaliamos as propostas, e se os interesses da Escola não são feridos no acordo, aceitamos”, explica a diretora. Todos os cursos da unidade são submetidos à avaliação da Comissão

## ATIVIDADES PAGAS EM ANDAMENTO NA ENFERMAGEM

### **XV Curso de Especialização em Enfermagem em Cuidados Intensivos**

01/03 a 30/11/2002, 32 vagas. Carga horária total: 480 horas.

Inscrição: R\$ 50,00. Taxa: R\$ 3.000,00 (2 parcelas iniciais de R\$ 600,00 e 4 parcelas de R\$ 450,00, todo dia 10 de cada mês).

### **XIII Curso de Especialização em Enfermagem em Estomaterapia**

01/04 a 02/10/2002, 16 vagas. Total: 480 horas.

Local: Serviço de Cultura e Extensão Universitária.

Inscrição: R\$ 50,00. Taxa: R\$ 2.000,00.

Coordenação: professora Vera Lúcia de Gouveia Santos.

### **I Curso de Especialização em Enfermagem em Reabilitação**

06/05 a 26/11/2002, 24 vagas. Locais de realização das aulas: Escola de Enfermagem e Divisão de Medicina de Reabilitação do HC.

Inscrição: R\$ 50. Taxas: 700 + 2 x 400,00.

Coordenação: professora Ana Cristina Mancussi e Faro.

Fonte: site da EE-USP.

de Cultura e Extensão.

Mas o próprio pagamento é um fator que de alguma forma atrapalha a realização da extensão, como revela um exemplo da Enfermagem. Explica a professora Lislaine que é “bastante fácil” preencher as vagas dos cursos de especialização gratuitos, ao passo que muitas vezes faltam alunos para os cursos pagos.

Neste ano, por exemplo, noticiou-se no site da EE a abertura do “Curso de Especialização em Enfermagem em Reabilitação”, pago, oferecendo-se 24 vagas. Como não surgiram

alunos suficientes, a planilha de custos teve de ser refeita para que fosse possível sua realização, e o curso começou com atraso.

A diretora da EE, contudo, enxerga a questão do pagamento por outro viés, partindo da premissa de que o público dos cursos é constituído por profissionais bem remunerados. “Até na pós-graduação já vem acontecendo uma coisa parecida, pois formam-se alunos que vêm de escolas privadas e depois vão criar cursos caríssimos”. E questiona: “Isto não é transferir dinheiro do público para o privado?”

*Segundo  
diretora da  
Enfermagem, convênios  
com o Ministério e a  
Secretaria da Saúde bancam  
50% dos cursos*

# EM 2001, PSICOLOGIA REALIZOU 32 CURSOS PAGOS

Terezinha Vicente Ferreira  
Jornalista



*Diretor considera “maravilhosa essa oferta de cursos para fora”, informa que o valor médio da hora-aula é de 9 reais e sustenta que os professores do IP não multiplicam o salário. Os repasses para a USP (departamentos, unidade e Reitoria) totalizam 13% do arrecadado*

**C**hama a atenção a quantidade de cursos realizados pelo Instituto de Psicologia (IP), que promoveu, em 2001, 32 cursos extracurriculares pagos e 52 eventos gratuitos. O IP possui quatro departamentos — Psicologia da Aprendizagem (PSA), Psicologia Clínica (PSC), Psicologia Experimental e Social (PSE), Psicologia do Trabalho (PST). A estrutura da unidade inclui uma “secretaria de cursos e eventos”, mas todos os cursos são administrados pela Fusp, segundo a Portaria nº 2, de 8 de fevereiro de 2001, assinada pelo professor César Ades, diretor do IP (ver quadro).

O diretor do IP, apresentando vários documentos (cópias da Resolução CoCEX 3878, publicada no DO de 26.9.91, do capítulo III do Regimento Geral da USP e da

*“Nossa extensão é forte, atendemos clinicamente de graça, prestamos vários serviços à comunidade”, diz o professor Ades*

Portaria interna), informa que os cursos pagos oferecidos em toda a USP são regulamentados desde 1991, e que os da unidade tramitam pelos órgãos universitários competentes, como a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão.

“A extensão é uma função importante da Universidade, é parte do dever e responsabilidade da universidade pública”, acredita o professor Ades. “Acho maravilhosa

essa oferta de cursos para fora. Temos um conhecimento acumulado, que vem de investimentos do Estado, com dinheiro público, e temos que devolver isto à sociedade com pesquisas e formação de alunos, por exemplo”. Segundo o diretor, o IP tem retorno financeiro dos cursos e pode utilizar os recursos para melhorar a infra-estrutura não só dos cursos de extensão, mas dos próprios departamentos.

Dos 32 cursos oferecidos no ano de 2001, dois foram de pós-graduação *lato sensu*: “Teoria, Técnica e Estratégias Especiais em Psicanálise” (840 horas) e “Teoria Comportamental e Cognitiva: Teoria e Aplicação” (360 horas). Dos demais, apenas três — dois de aperfeiçoamento e um de especialização — têm cargas horárias altas (180 horas e 426 horas, respectiva-



**Professor César Ades, diretor do IP**

mente), de acordo com o mínimo exigido pelo CoCEX. Os outros são cursos de difusão cultural e atualização, com duração entre 16 e 74 horas, além de um curso de férias. Atualmente, o IP oferece dois novos cursos *lato sensu*, um em Psicoterapia Psicanalítica e o outro em Psicologia e Educação.

O Departamento de Psicologia da Aprendizagem (PSA) é responsável pela maioria dos cursos e eventos oferecidos (mesas-redondas e palestras principalmente), sendo que em todos eles a equipe é constituída por professores do IP, credenciados pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), de acordo com o diretor da unidade.

“O pró-labore é dado, claro”, diz o professor, “mas os cursos são baratos e os professores aqui não multiplicam o salário”. A média do valor da hora-aula seria de 9 reais, reservando-se 77% do apurado para os gastos do curso. Os repasses para a USP somam 13% e a Fusp fica com 10% a título de taxa de administração. “Nossa extensão é forte, atendemos clinicamente de graça, prestamos vários serviços à comunidade, desde testar visão

em bebês até atender pacientes com dificuldade de comunicação”, emenda o professor Ades. A Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida é citada como exemplo de trabalho financiado pelos cursos pagos. “A Pré-Escola atende crianças com distúrbios globais do desenvolvimento”, explica o diretor do IP, “e a professora joga o produto dos cursos nesse atendimento”.

Apesar de defender que “empobreceríamos muito a Universidade, se o IP suprimisse estes cursos”, o professor Ades acredita que é preciso discutir a questão dos cursos pagos abertamente. “A Universidade tem que se estruturar para tomar posição em relação aos cursos pagos de extensão, tem que haver uma norma. A Universidade tem que enfrentar o problema, colocando limites sobre o que é legal e o que não é”.

A professora Maria Luiza Sandoval Schmidt, do IP, critica os cursos pagos, vendo-os como integrantes “do processo em curso, de privatização”, mas pondera: “Em tese sou contra, mas as intenções das pessoas são variadas. Uma parte deles vem mesmo no sentido

## PORTARIA IP Nº 2, DE 8.2.2001

“Os cursos extra-curriculares ministrados neste Instituto deverão ser administrados financeiramente através da Fusp – Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo.

Do total arrecadado deverão ser recolhidas as seguintes taxas:

- 10% - para a Fusp
- 5% - para a Reitoria da USP
- 5% - para o Departamento
- 3% - para a Administração do IPUSP

Sendo que os 3% da administração serão aplicados prioritariamente na infra-estrutura de produção científica. Os 5% do Departamento e os 3% da Administração ficarão em uma conta na Fusp”.

de substituir outra atividade, é uma forma de ganhar dinheiro. Há os que se comportam como na FEA: a USP é uma grife. Agora, há colegas que dão esses cursos com sacrifício, para manter atividades do interesse da própria Universidade”.

Ela lembra que os cursos do IP já foram todos gratuitos, e observa que é importante fazer extensão. “A Universidade deveria prover os meios para que suas atividades-fim fossem realizadas. Há um estreitamento de pessoal e falta de ajuda. Vivemos uma realidade difícil. Mas não concordo que a Universidade deva ser paga”, arremata a professora.

# PÚBLICO OU PRIVADO? CURSOS PAGOS FINANCIAM INTERAÇÃO ESCOLA-SOCIEDADE

Carolina Fantaccini  
Equipe da Revista Adusp

Prestadora de serviços ou instituição acadêmica? Ambos. Esta é a definição encontrada no site da Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida, laboratório pertencente ao Instituto de Psicologia da USP. Criada em 1990 como um centro de atendimento a crianças com distúrbios globais de desenvolvimento (síndromes designadas genericamente pela sigla DGD), a Pré-Escola Lugar de Vida sustenta-se principalmente com a arrecadação dos cursos pagos que oferece, entre eles um de pós-graduação *lato sensu*.

A professora Maria Cristina Machado Kupfer, diretora da Pré-Escola, explica que sempre busca outras fontes de renda para manter a iniciativa, sem aliviar, porém, a dependência desses cursos. “Eu tentei muitas coisas, e consigo, sim. Mas nunca é suficiente”, diz. “Tenho convênios variados, como o financiamento da Comissão de Publicações da Capes, que paga metade de nossa revista. O mais oneroso é a folha de pagamento.”

Depender dos cursos pagos não garante que a Pré-Escola arrecade mais do que gaste. No primeiro semestre de 2002, os cursos renderam à instituição cerca de 74 mil reais, enquanto os gastos, entre pessoal, impostos e repasses (para a Reitoria e para o Departamento



Equipe da Pré-Escola;  
ao lado, parque

de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade), ultrapassaram os 94 mil reais.

De acordo com a professora, quase toda a arrecadação dos cursos vai para a folha de pagamento da Pré-Escola, desde a secretaria até profissionais da área de psicologia. Alguns docentes do próprio IP dão atendimento na Pré-Escola, recebendo cerca de 100 reais por mês. Há professores, como Maria Helena Patto, que fazem o atendimento gratuitamente.

A professora Kupfer faz questão de frisar que o laboratório que dirige é uma instituição acadêmica. “Temos nossas publicações, como a nossa revista, que recebeu conceito ‘A’ na Capes pela segunda vez, e nós mesmos bancamos a publicação dos anais dos nossos congressos. Além disso, há pesquisas desenvolvidas



aqui por professores e alunos do IP.”

Os preços dos cursos de atualização oferecidos pela Pré-Escola podem chegar a 550 reais. Os alunos do curso *lato sensu*, com duração de dois anos, pagam inscrição de 50 reais, matrícula de 190 reais e mensalidades de 390 reais.

# NA EDUCAÇÃO FÍSICA, PREÇO DOS CURSOS VARIA DE R\$ 100 A R\$ 415

Gilberto Maringoni  
Jornalista



*A EEF oferece cursos de extensão há mais de 20 anos. Mantém, ainda, cursos comunitários para crianças e adultos, cujas taxas semestrais variam entre R\$ 140,00 e R\$ 180,00*

**A** Escola de Educação Física é uma das unidades que oferecem cursos de extensão há mais tempo na USP. Alguns têm mais de 20 anos. Segundo o professor Dante de Rose Jr., presidente da Comissão de Graduação da unidade, existem duas modalidades de cursos: os de extensão e os comunitários.

Os primeiros são disciplinas de formação profissional, oferecidos a alunos já formados em educação física. “São cursos rápidos, de 20 ou 30 horas, não são mestrados profissionalizantes”, ressalta. Os preços totais variam entre R\$ 100,00 e R\$ 415,00. “O que arrecadamos mal e mal dá para pagar o gás da piscina”, garante o professor De Rose.

“Eu não tenho complemento salarial. Eu dou estes cursos dentro do meu horário de trabalho e não ganho nada a mais por isso”, diz. O professor ministra o curso de extensão “Iniciação nos esportes individuais: teoria e prática”, com uma carga horária de 32 horas e preço total de R\$ 200,00.

A segunda vertente, os cursos para a comunidade em geral, atende crianças e adultos, em modalidades como natação, futebol, primeiros socorros, atividade física e controle alimentar etc., com taxas semestrais que variam entre R\$ 140,00 e R\$ 180,00. “Alguns destes cursos têm ligação com a instituição, pois os alunos da faculdade podem fazer uma prática didática como monitores”, diz o professor, que garante não haver prejuízo



**Aula de curso pago na EEF; ao lado, professor De Rose**

para a atividade docente com estas práticas, pois “estão atreladas a um departamento ou a uma ou mais disciplinas”.



Ainda de acordo com o professor De Rose, “não haveria como se fazer um curso que pagasse professores de fora sem cobrar taxas, pois a Universidade não arca com estes custos”. Para ele, “é claro que o curso tem preços mais baixos do que os do mercado, pelo fato de eles se utilizarem de equipamentos da própria Universidade”.

Segundo dados fornecidos pela

EEF, do total arrecadado pelos cursos 40% vão para a escola, 20% para o departamento e 40% remuneram os docentes. “A parte que cabe ao departamento se reverte em material didático do próprio curso, como bolas de basquete, material de apoio em aula, que será utilizado também para a escola. E a escola também disponibiliza seu material para os cursos”, garante o professor.

# FARMÁCIA TEM DOIS CURSOS PAGOS E ESPERA AUTORIZAÇÃO PARA OUTRO

Renata Menezes

Jornalista



*Na Faculdade de Ciências Farmacêuticas há dois cursos de especialização, ambos administrados pela Fundação Instituto de Pesquisas Farmacêuticas, com preços totais de R\$ 3.480 e R\$ 6.000. A fundação aguarda autorização para oferecer um novo curso, de R\$ 4.800*

**E**xistem dois cursos pagos de especialização em andamento na Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF): de “Análises Clínicas

Toxicológicas” e de “Farmácia Homeopática”. Ambos administrados pela Fundação Instituto de Pesquisas Farmacêuticas (Fipefarma), criada em 1999 por docentes da unidade.

O primeiro deles, por ser divi-

dido em seis módulos, também é oferecido na forma de seis cursos de atualização. O curso de especialização completo custa R\$ 6.000,00 ou 12 parcelas mensais de R\$ 500,00, mais taxa de ins-

crição de R\$ 30,00. O curso de atualização mais barato custa R\$ 800,00. Investimento “salgado”, portanto, para o profissional que deseja atualizar-se.

Segundo a coordenadora do curso de especialização em Análises Clínicas Toxicológicas, professora Marina Baquerizo Martinez, ele foi organizado desta forma para poder atender todos os alunos que procuravam a especialização. “Às vezes o aluno não tem interesse no curso inteiro e este sistema dá a ele a chance de fazer somente o que interessa”, disse. Levando-se em conta somente os 18 alunos que farão o curso completo, a receita gerada será de R\$ 108.000,00.

A professora explica que mais de 60% do valor do curso são destinados ao pagamento dos professores (cerca de R\$ 100,00 a hora-aula) e coordenadores, material da aula e *coffee break*. “Incluímos no valor do curso uma quantia para alimentação porque temos muitos alunos que vêm do interior e passam o dia inteiro aqui”, informa.

O outro curso de especialização, em Farmácia Homeopática, administrado pela professora Ida Caramico, embora seja uma tradição na FCF, existindo desde 1987, vem sofrendo concorrência de outras entidades e já ficou quase seis anos sem ser ministrado. “Não temos uma periodicidade certa. Estávamos acostumados a ministrar o curso a cada dois anos, mas já ficamos seis anos sem conseguir aluno para iniciar uma turma”.

Com duração de um ano e oferecido aos finais de semana, o curso tem atualmente numerosa clientela de farmacêuticos do interior. Custa R\$ 3.480,00 ou 12 parcelas de R\$ 290,00. Na última edição havia 45 alunos, o que supõe receita total de R\$ 156.600,00. A professora Caramico, que coordena o curso desde que foi criado, informa que a verba arrecadada é usada para remunerar os profes-

sores do laboratório. Foi dessa forma que conseguimos fazer as reformas”.

Embora tenha pouco tempo de existência, a Fipefarma possui uma sede própria no Butantan e já conta com 28 funcionários. A diretora-presidente, professora Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, e o diretor financeiro, professor Ovandir Alves Silva, são ambos da FCF. Segundo a diretora, a fundação ainda está em fase de expansão: “Por enquanto só estamos administrando estes cursos e alguns *workshops* ou seminários que aparecem. Pretendemos implantar outros”.

A explicação para o rápido crescimento da Fipefarma e para os recursos que sustentam sua folha de pagamentos estaria na prestação de serviços à iniciativa privada. A fundação, além de administrar os cursos pagos na FCF, presta serviços para laboratórios privados: por exemplo, faz testes de bioequivalência e biodisponibilidade exigidos na produção de medicamentos genéricos.

A presidente da fundação já encaminhou para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão projeto para introduzir um curso de especialização em fármacos e medicamentos, que está aguardando aprovação. O curso terá duração de 12 meses e deve custar cerca de R\$ 400,00 mensais ou R\$ 4.800,00 no total.

A Fipefarma retém 15% das receitas auferidas com os cursos. Desses 15%, encaminha, segundo sua direção, 5% para a Reitoria, 0,5% para a diretoria da FCF, 0,5% para o departamento, e reserva para si os restantes 9%.

*Fipefarma  
já tem sede  
própria e 28 funcionários.  
Além de gerenciar cursos  
na FCF, presta serviços à  
iniciativa privada*

res convidados que atuam no mercado de trabalho. Dependendo da quantidade de alunos, a remuneração dos docentes varia de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 a hora-aula.

A verba excedente, afirma a professora, é aplicada nas instalações e equipamentos da FCF: “Nunca fui remunerada por isso. Mesmo agora que a legislação permite, minha idéia sempre foi investir no laboratório”, justifica. Ela ainda acrescenta: “Se depois de pagar tudo ainda sobrar dinheiro, ele vai para

# **“MARAVILHOSA BIBLIOTECA, ÓTIMO CORPO DOCENTE” NA ODONTOLOGIA. E DEZENAS DE CURSOS PAGOS**

Renata Menezes  
Jornalista



*A frase é de um diretor da Fundecto, fundação privada que atua na Faculdade de Odontologia, já oferece 72 cursos remunerados e aumentou sua receita em 56% em apenas quatro anos, alcançando a cifra de R\$ 4,2 milhões em 2001*

### Cursos pagos engordam caixa da Fundecto

Ano	Receitas em milhões de R\$
1998	2,71
1999	3,19
2000	4,33
2001	4,26

Fonte: Fundecto

**P**or trás da Faculdade de Odontologia há uma promissora fundação privada “de apoio”, situada no próprio imóvel da unidade, na Cidade Universitária, em São Paulo. Criada por docentes da unidade em 1993, a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Odontologia (Fundecto) nasceu “bem pobrezinha”, nas palavras de seu diretor-tesoureiro, mas hoje é um empreendimento lucrativo, que arrecadou mais de R\$ 4 milhões em 2001.

A Fundecto responde por 72 cursos de especialização e atualização da Faculdade de Odontologia, o que elevou o orçamento da fundação em 56%, entre 1998 e 2001. O professor da disciplina de Endodontia da FO e tesoureiro da Fundecto, Antonio Carlos Bombana, admite que há um grande interesse pelos cursos porque a USP tem uma boa infra-estrutura. “Temos uma maravilhosa biblioteca, ótimo corpo docente e coligação com as irmãs de Bauru e Ribeirão Preto. Isto acaba atraindo muitas pessoas que saem das regiões norte e nordeste e vêm se aperfeiçoar aqui”, afirma o professor Bombana.

O diploma dos cursos de especialização exibe a sigla USP. “Como

a fundação é conveniada, no diploma aparece de um lado a Fundecto e do outro a USP”, explica. Mas o professor garante que a fundação não usa o nome da universidade para vender os cursos. De acordo com ele, a Fundecto repassa, em média, 10,47% da sua receita líquida anual para a faculdade.

De 1998 a 2001 foram repassados R\$ 257 mil em bolsas de estudo de iniciação científica, R\$ 100 mil em bolsas de estudo para alunos carentes, R\$ 100 mil com estagiários, R\$ 185 mil em bolsas de estudo e auxílio à pesquisa e R\$ 75 mil para campanhas de progresso de saúde oral. Contudo, esses valores somam apenas R\$ 717 mil, ou menos de 5% dos cerca de R\$ 14,5 milhões arrecadados pela Fundecto nesses quatro anos.

Dos 72 cursos organizados pela fundação, 61 são de atualização e 13 de especialização. O valor das matrículas varia de R\$ 50,00 a R\$ 200,00 e as mensalidades de R\$ 300,00 a R\$ 500,00, dependendo da complexidade do curso. No primeiro módulo do curso de atualização em Cirurgia Estética Periodontal, por exemplo, são cobradas matrículas de R\$ 50,00 e oito mensalidades de R\$ 500,00.

As turmas são de no máximo 20 pessoas. Quando a quantidade de alunos é maior que o número de vagas, ocorre uma seleção com prova, análise de currículo e entrevista. Mas há cursos mais específicos em que a quantidade de vagas é maior que a procura. “Para alguns cursos é recomendado que você tenha várias outras especializações ou formações e a demanda cai, porque você acaba direcionando para um grupo pré-qualificado”, diz Bombana.

A Fundecto está elaborando planilhas financeiras dos cursos, que serão submetidas à Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP).

# CURSOS PAGOS GERAM FORTE POLÊMICA NO ICB

Renata Menezes  
Jornalista



*Ganha corpo, no Instituto de Ciências Biomédicas, a discussão sobre a realização de cursos remunerados no âmbito da unidade. O Departamento de Fisiologia e Biofísica reuniu-se para apreciar o tema, que divide as opiniões dos docentes*

**S**ão pagos cinco dos seis cursos de pós-graduação sediados no Instituto de Ciências Biomédicas (ICB). Vem ganhando corpo a discussão sobre a realização de cursos pagos no âmbito da unidade. No final de julho, o Departamento de Fisiologia e Biofísica realizou uma reunião para debater o tema, evidenciando-se uma divisão entre os docentes.

Muitos dos professores que dividem os mesmos corredores do ICB não sabem da existência dos cursos pagos. Há quatro anos um ex-aluno da pós-graduação ministrou, nas instalações da unidade, um curso de esoterismo com 500 alunos pagantes. Embora questionável, a iniciativa foi aprovada nas instâncias competentes. O professor Fábio Bessa Lima, presidente da Comissão de Pós-Graduação do

ICB, admite haver pouco controle sobre os cursos pagos.

Para evitar conflitos com os colegas que defendem a gratuidade dos cursos, os coordenadores dos cursos pagos preferem não se manifestar sobre o assunto. No entanto, apesar de algumas recusas iniciais, quase todos concordaram em conversar com a *Revista Adusp*.

A professora Nancy Rebouças, coordenadora do curso de atualiza-

ção em Biologia Molecular, explica que fica constrangida ao falar dele por estar vivendo um clima ruim com os colegas que têm posições contrárias. “Também defendo a universidade pública. Porém, quando se trata de um curso de atualização para o profissional formado que trabalha e tem sua renda, não considero que a gratuidade seja obrigatória. Pessoas que desejam fazer curso e não podem pagar sempre foram aceitas sem restrições”, argumenta.

Já o professor Luis Fernando Bicudo — coordenador, juntamente com a professora Marília Seelaender, do curso de especialização em Fisiologia do Exercício — considera que, se cultura e extensão fazem parte do tripé da universidade, a pós-graduação deveria ser gratuita, mas alguém precisaria arcar com os custos.

Os cursos oferecem diploma ou

*“Fisiologia do Exercício” e “Biologia Molecular” custam, para cada aluno, R\$ 280 mensais*

certificado da USP. A exceção é o curso coordenado pela professora Rebouças: apesar de ser oficial, oferece apenas certificado de presença. “Era tão burocrática a emissão do diploma que vinha pelo ICB que achei melhor emitir um certificado de presença, porque os alunos estavam mais interessados no conteúdo do curso do que no certificado”, explicou.

Os cursos são administrados pela Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (Fusp). Segundo os coordenadores dos cursos, a Fusp retém de qualquer valor depositado 10% para a fundação, 2,5% para a Reitoria e 2,5% para o ICB. De acordo com o professor Bicudo, a Fusp encaminha balanços mensais da movimentação financeira.

A segunda turma do curso de Fisiologia do Exercício, que tem duração de 12 meses, tem 45 alunos que pagam por mês R\$ 280,00, o que totaliza R\$ 12.600,00 mensais. Os coordenadores e professores convidados ficam com cerca de 50% deste valor. Além da quantia retida pela Fusp, o restante é para cobrir gastos com material, funcionários e impostos. O curso ainda cobra uma taxa de R\$ 150,00 de matrícula, e a receita apurada é reservada para a divulgação.

Quase da mesma forma é dividida a verba do curso de atualização em Biologia Molecular, criado em 1997 e ministrado duas vezes por ano durante cinco dias. Na última edição, o curso custou para cada aluno R\$ 280,00. Havia 80 alunos pagantes, totalizando R\$ 22.400,00. Deste valor, cerca de

## PROGRAMA INTERUNIDADES EM BIOTECNOLOGIA

O PPIB foi criado em 1991. Além do ICB, estão presentes no programa o Instituto de Biociências (IB), o Instituto de Química, a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, bem como o Instituto Butantan (pertencente à Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo) e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Diversas instituições nacionais e estrangeiras colaboram com o programa, entre elas a Unesp e a Unicamp.

Em dez anos de atividades, ou seja, até 2001, o PPIB formou 81 mestres em biotecnologia. Os mestrandos são 100. O curso de doutorado do PPIB teve início em 1999 e conta atualmente com 59 alunos. O site do programa é <http://icb.usp.br/~biotec/>.

40%, já descontados os impostos, representam a remuneração da professora Rebouças, que ministra o curso. Além dos repasses à Fusp, houve despesas com divulgação, *coffee break* e aluguel do anfiteatro da USP.

O curso mais novo do ICB ainda não conseguiu se bancar. Coordenado pela professora Eugenia Constanzi, o curso de Terapia Gênica do Câncer não conseguiu mais do que 10 alunos, cada um dos quais paga R\$ 200,00. A primeira turma teve 30 alunos, mas 20 deles eram pós-graduandos e não pagaram. “Nossa idéia era atrair médicos, mas nosso grande público foi de alunos que estavam cursando a pós-graduação”, comenta a professora. O curso, aprovado pela Comissão de Cultura e Extensão da unidade e pela Pró-Reitoria, serviu para divulgar a área na comunidade e atrair alunos para o

laboratório.

No ICB ainda há cursos como o de Especialização em Anatomia Cirúrgica I e II, coordenado pelo professor titular de anatomia Bruno König Junior, aposentado desde junho de 2002. O curso está parado por falta de alunos. “O pessoal está sem dinheiro. Ministro este curso desde 1989 e é a primeira vez que tenho um aluno em uma turma e cinco na outra”, comenta ele. O curso custa R\$ 600,00 por mês. O professor tem outros projetos de cursos pagos, para os quais está esperando aprovação.

Registre-se, como contraponto à existência dos diversos cursos *lato sensu*, que o ICB tem forte participação no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Biotecnologia (PPIB), que é gratuito. O programa é presidido pela professora Ana Clara Guerrini Schenberg, do ICB (*veja quadro*).

# No IB, CURSOS QUASE GRATUITOS

Renata Menezes  
Jornalista



*A maioria dos cursos do Instituto de Biociências tem taxas de 20 reais e os professores não recebem remuneração adicional*

“Nossos cursos não deveriam ser considerados pagos”, alerta Sérgio Bueno, presidente da Comissão de Cultura e Extensão do Instituto de Biociências (IB). Segundo ele, cobrar uma taxa de R\$ 20,00 por um curso não paga nem os gastos com correio para mandar correspondência e mala direta para os alunos. Além disso, nem todos pagam, pois há isenção para as pessoas que solicitam bolsas e para professores da rede pública de ensino. “Nossos cursos não se sustentam, o IB praticamente paga para ministrá-los”, explicou.

No ano passado o valor total da receita gerada pelos 17 cursos de extensão oferecidos na unidade foi de R\$ 4.500,00. Segundo a assistente financeira do IB, Christine Blair, este valor é repassado para a Reitoria e depois retirado durante o ano, para cobrir os gastos com os cursos. “Nós gastamos bem mais do que o valor arrecadado”, garante ela.

Dos 17 cursos concluídos em 2001, quatro tiveram que cobrar uma taxa maior do que a de R\$ 20,00 estipulada pela CCEX. O valor cobrado a mais cobriu gastos de professores em atividades externas ao Instituto. Para estes casos específicos o valor do curso

foi de R\$ 40,00 a R\$ 60,00, e o dinheiro foi utilizado para pagamento de transporte, alimentação e estadia do professor e guias que acompanham os alunos nas viagens. “Nenhum professor é pago para dar o curso, porém eles não podem tirar dinheiro do bolso deles”, informa o professor Bueno.

*Curso de aperfeiçoamento no 2º semestre custará R\$ 150, maior valor já cobrado e uma exceção no IB*

A procura pelos cursos do IB cresceu muito e em 2002 pode ultrapassar a quantidade que vem sendo mantida nos últimos anos, de 10 a 15. Para o coordenador da CCEX, este crescimento está relacionado à qualidade e ao valor dos cursos. “Nossa intenção nem é cobrar. Esta taxa ajuda muito pouco, mas foi uma forma de a gente conseguir manter os alunos”.

Até junho de 2002 foram oferecidos 10 cursos e havia outros cinco para serem iniciados. “Se continuar nesse ritmo vamos chegar a 20”, diz. São cursos de difusão cultural com carga horária bem diferenciada, em sua maioria ministrados por professores do IB. “Há cursos de um dia como também de um mês, isto depende da complexidade de cada um”, esclarece.

No segundo semestre seria iniciado um curso de aperfeiçoamento com 180 horas-aula e duração de três meses, o maior curso da unidade realizado até hoje. É a primeira vez que este curso acontecerá e o valor cobrado é muito maior que os demais: R\$ 150,00. Segundo o professor Bueno, trata-se de uma exceção no IB. “O valor cobrado pelos cursos era de R\$ 40,00. Conseguimos baixar para R\$ 20,00 e não pretendemos aumentar”, enfatiza.

A CCEX recebe dos professores, todo ano, projetos de cursos, os quais são avaliados e encaminhados à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Nos projetos, os professores especificam a natureza do curso (atualização, aperfeiçoamento ou difusão cultural), o público a que se destinado, e o número de horas, viagens e materiais utilizados. No final de cada curso é emitido um certificado de presença.

# MUSEU DE ZOOLOGIA PROMOVE 5 CURSOS PAGOS

Equipe da Revista Adusp

Wladimir de Souza/Imagem Latina



O Museu de Zoologia da USP promoverá cinco cursos de extensão, pagos, no segundo semestre de 2002. “Todos os cursos serão ministrados por profissionais altamente qualificados pertencentes ao quadro do MZUSP e professores convidados de instituições públicas e privadas, como por exemplo Instituto Biológico, Faculdade de Saúde Pública da USP, Centro Universitário São Camilo, Unifieo”, segundo o site do Museu (<http://www.mz.usp.br/>).

Essas atividades integram o Programa de Cursos de Extensão e Formação Continuada de Professores, que terá como “público alvo” os seguintes segmentos: “professores de ensino fundamental e médio, estudantes universitários, terceira idade, público em geral”. O prédio do Museu está fechado ao público há cerca de dois anos, e vem passando por uma reforma financiada pela Fapesp, com previsão de término no segundo semestre deste ano.

Figuram entre os objetivos do programa “oferecer cursos de assuntos ligados à Zoologia para alfabetização e divulgação de temas científicos ao público em geral, estudantes e professores”, “divulgar as pesquisas científicas desenvolvidas no Museu de Zoologia”, “disponibilizar e incrementar o uso da biblioteca” por professores e alunos, “estimular a pesquisa de conteúdos ligados à Zoologia” e “proporcionar educação permanente de qualidade”.

Já no mês de agosto, estava prevista a realização do curso “Coleta e



preparação de insetos”, com 22 vagas, tendo como locais a sala de aula do Museu e a Estação Biológica de Boracéia (situada em Salesópolis-SP). O preço: R\$ 180,00, “com 10% de desconto para 1 inscrição da comunidade USP”.

A inscrição no curso “Prática em estudo do meio: uma experiência na Mata Atlântica”, com realização prevista para setembro, com carga horária de 40 horas e 20 vagas, custaria R\$ 200,00 para o aluno. Haveria uma única isenção para a comunidade USP. O curso seria realizado no Museu de Zoologia e na Estação Biológica de Boracéia.

De agosto a outubro, com 50 vagas,

deverá realizar-se o curso “Crustacea: decapoda (siris, camarões, lagostas, etc)”. “Biologia e evolução dos insetos sociais” tinha realização prevista para outubro e novembro, com 20 vagas. Em ambos os

casos, o interessado pagaria R\$ 70,00, havendo uma única isenção para a comunidade USP.

O curso “Aves: Introdução à Biologia e Diversidade” será

realizado em outubro, com 30 vagas e 42 horas de

carga horária. O preço da inscrição: R\$ 70,00, sendo prometidas “3 inscrições com 10% de desconto para a comunidade USP”. Este curso, como os outros dois de igual preço, será realizado na sala de aulas do Museu.

*Curso  
“Coleta e  
Preparação de Insetos”, com  
22 vagas, prometia “10% de  
desconto para 1 inscrição da  
comunidade USP”*

# MESMO SEM CONVÊNIO, FUNDAÇÃO OFERECE CURSOS PAGOS NA FMVZ

Márcio Kameoka  
Jornalista



*Fumvet utiliza laboratório, instalações e site da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia. Também há um curso lato sensu desvinculado da fundação, a ser ministrado por docentes da unidade e da Faculdade de Odontologia, e que custará ao aluno o total de R\$ 12.600*

**N**a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, os cursos pagos são oferecidos pela Fundação Medicina Veterinária (Fumvet), entidade de direito privado abrigada nas instalações e no site daquela unidade. A Fumvet anuncia entre seus objetivos o de “colaborar em programas de desenvolvimento da Medicina Veterinária com a FMVZ-USP e outras instituições públicas ou privadas de ensino e pesquisa”.

Não existe convênio entre a FMVZ e a Fumvet, mas só um termo de cooperação, segundo Elisa Corrêa, da Assistência Acadêmica. Embora tenhamos solicitado o documento, ele não nos foi fornecido pela direção da unidade.

A situação da Fumvet está na origem da minuta de resolução que regulamenta as fundações na USP, proposta pela gestão Marcovitch em 2001. Os termos do convênio entre a Fumvet e a FMVZ, propostos pela direção da unidade em 1997, foram rejeitados por parecer da Consultoria Jurídica da USP, por apresentarem irregularidades. O processo, iniciado com a consulta sobre o convênio, desembocou na proposta de nova regulamentação do setor.

Um dos cursos pagos realizados pela Fumvet no primeiro semestre de 2002 foi o “Curso Prático de Odontologia Veterinária – Pequenos Animais”, destinado a profissionais da área, com quatro dias de duração (8 horas por dia) e nominalmente vinculado ao Laboratório de Odontologia Comparada (LOC).

Foram oferecidas 25 vagas, ao preço de R\$ 800,00 cada, dos quais R\$ 380,00 pagos antecipadamente à Fumvet, e os R\$ 420,00 restantes pagos diretamente aos instrutores.

O resumo do curso denomina como “fornecedores” os profissionais que ministram as aulas, dentre os quais um professor da FMVZ, um pós-graduando e um estagiário, além de veterinários do Odontovet – Centro de Odontologia Veterinária. De acordo com o site da FMVZ,

*1º*  
*Simpósio de*  
*Oftalmologia Veterinária*  
*custa R\$ 1.840 (ou*  
*metade, R\$ 920, para*  
*estudantes)*

o curso ocorreu de 25 a 28 de março.

Outro curso ligado à Fumvet, “Interpretação de Eletrocardiograma”, foi realizado de 4 de março a 5 de abril, segundo o site da unidade. Teve duração de 45 horas: 15 aulas de 3 horas, ministradas na FMVZ. A matrícula, a cargo da Fumvet, custou R\$ 220,00 para cada aluno.

No segundo semestre, estava prevista a realização, de 26 a 31 de agosto, do “1º Simpósio de Oftalmologia Veterinária”, dividido em três módulos. O preço da atividade

integral: R\$ 1.840,00 (ou 50% desse valor para estudantes).

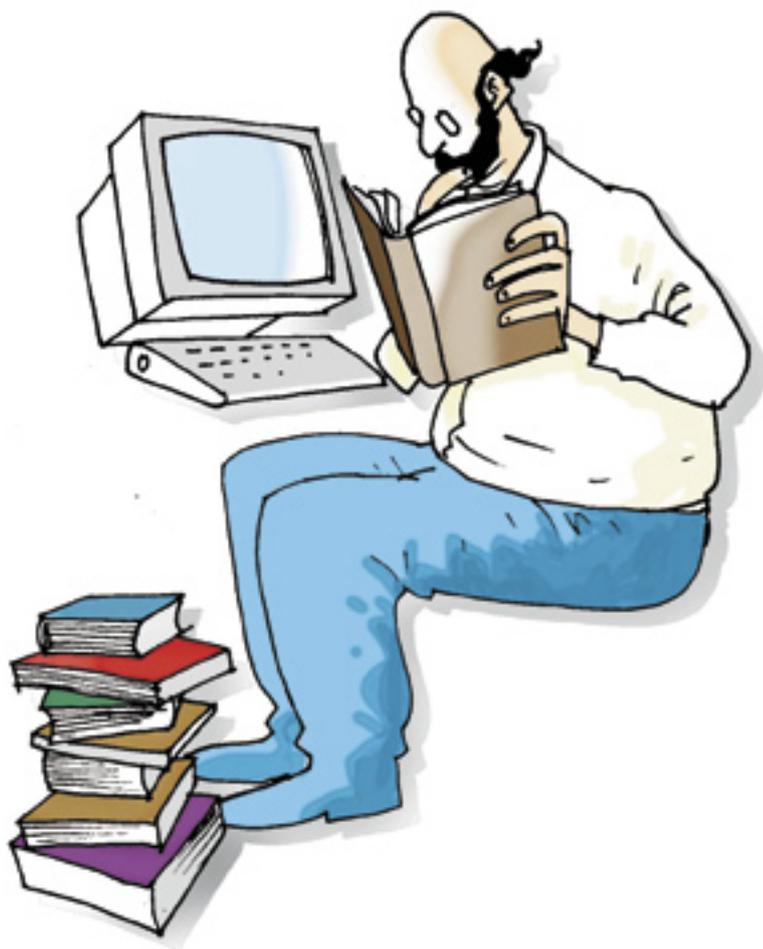
Entre setembro e novembro, deve realizar-se o curso de “Oratória”, de 52 horas (13 aulas de 4 horas), ministrado sob responsabilidade do professor João Palermo Neto, da FMVZ. Custa R\$ 350,00, pagos diretamente à Fumvet, e é oferecido uma vez por ano. Este curso propõe-se a “fornecer alguns ensinamentos práticos e básicos que levem não apenas a uma comunicação mais efetiva como também a uma melhor capacidade de expressar-se em público, isto é, uma maneira mais correta, sem ansiedade e sem medo”.

Uma atividade remunerada não relacionada à Fumvet tem início previsto para outubro de 2002. Trata-se do “Curso de Especialização em Odontologia Veterinária”, com duração de 18 meses e 360 horas-aula, e mensalidades de R\$ 700,00. Ao final, cada aluno terá desembolsado R\$ 12.600,00, mais a inscrição de R\$ 60,00.

A certificação oficial desse curso de pós-graduação *lato sensu* será dada pela Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais (Anclivepa), com respaldo da Sociedade Brasileira de Odontologia Veterinária (Sobov). Três empresas privadas são indicadas como “patrocinadoras oficiais” do curso.

A parte prática será ministrada no LOC, e a coordenação ficará a cargo do professor Marco Antonio Gioso, da FMVZ. As disciplinas serão ministradas por cinco docentes da unidade e vários da Faculdade de Odontologia da USP.

# HUMANAS E ARTES



# EDUCAÇÃO AGUARDA DEBATE SOBRE CURSOS PRIVADOS

Almir Teixeira  
Jornalista



*Três cursos desse tipo já estão em andamento na Faculdade de Educação, organizados por uma fundação privada, a Fafe. O tema divide os docentes, e a momentânea desaprovação de um curso pago, em 2001, levou presidente da CCEX a deixar o cargo*

**A** Faculdade de Educação (Feusp) passou a discutir a questão dos cursos pagos em 2001, na esteira dos questionamentos levantados nos últimos anos na USP. Na Feusp, as opiniões são bastante divergentes, tendo sido a desaprovação de um curso pago até motivo para a saída da presidente da Comissão de Cultura e Extensão (CCEx).

A discussão tornou-se objetiva quando, em 2001, foi submetida à CCEx a proposta do curso de “Especialização em Educação Infantil”, pago, que era realizado havia pelo menos cinco anos — e que, desta vez, não foi reprovado pela Comissão. Alegando “policiamento ideológico”, a então presidente da CCEx, professora Anna Maria Pessoa de Carvalho, deixou o cargo, que passou à professora Sonia Portella Kruppa, até então suplente.

A CCEx decidira, portanto, não permitir a realização do curso, mas surgiram questionamentos, como a alegação de que alguns alunos que haviam iniciado o curso em 2000 e não conseguiram concluí-lo precisariam frequentar a nova edição.

“A CCEx acabou voltando atrás, principalmente por pressão de alguns professores do Departamento de Metodologia do Ensino, que costumam votar em bloco na Congregação e dominam a estrutura administrativa da faculdade”,

conta Samantha Neves, estudante de pedagogia e uma das coordenadoras do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Sob pressão, a CCEx resolveu permitir a realização do curso, desde que a Congregação da Feusp aprovasse a realização de um seminário aberto, para discussão do assunto pela comunidade da Feusp. Concomitantemente à aprovação desta proposta, a CCEx publicou um boletim levantando

*CCEx permitiu cursos pagos com a condição de que a Congregação realizasse debate na Feusp. Que não aconteceu*

do sete questões sobre os cursos pagos e compilando suas respectivas formulações na Constituição Federal e nas legislações da USP e da unidade.

“Queríamos que o boletim fosse um subsídio para um seminário a ser aprovado pela Congregação”, explica a professora Kruppa. Entretanto, o tom do boletim resultou meramente descritivo. “Para a CCEx levantar questionamentos, o boletim foi o documento possível como consenso. O ideal era que fosse um

documento mais crítico”, comenta Samantha, do DCE.

Assim, o curso foi realizado, mas o debate proposto pela CCEx não saiu do papel. Quando, já em 2002, foi apresentada a proposta do curso “Psicanálise, Infância e Educação”, ao custo de R\$ 560,00 para funcionários públicos e graduandos da FE, e R\$ 800,00 para outros alunos, a CCEx pronunciou-se novamente junto à Congregação no sentido de só aprová-lo com a garantia de que se realizasse o debate.

Desta vez, a Congregação aprovou a realização de um seminário aberto sobre o assunto, mas não definiu sua data de realização.

Os cursos pagos encaminhados à CCEx são organizados pela Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (Fafe), que está realizando, além deles, o curso de atualização “Leituras de Freud – Uma introdução à Psicanálise”, que conta com seis alunos, pagantes de R\$ 320,00 cada.

A Fafe foi criada há cinco anos, quando a professora Anna Maria de Carvalho, atual diretora-executiva da fundação, era diretora da Feusp. De acordo com a professora, as discussões a respeito duraram cerca de um ano na Congregação, e optou-se por um modelo administrativo que fosse bem vinculado aos órgãos da Faculdade.

“Todas as nomeações e decisões importantes são trazidas à Congregação”, relata o professor

Antônio Joaquim Severino, presidente da Comissão de Pós-Graduação (CPG) da Feusp. “Não vejo risco de falta de transparência, porque a fundação está pulsando na vida da unidade”, diz. No entanto, o presidente da CPG critica as instituições desse tipo existentes em outras unidades da USP: “As fundações foram criadas por conta da burocracia, para agilizar a Universidade, mas estão ficando autônomas demais. Precisa-se repensar a fundação enquanto instância acadêmica. O serviço pode ser remunerado, mas o dinheiro é institucional, devendo ficar com a Universidade para evitar o risco de privatizar os grupos que dão cursos”.

Mais contundente em relação à Fafe é o professor Rubens Camargo, do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação: “Eu não me sinto contemplado com essa fundação. O problema é que hoje os recursos não entram como recursos da Universidade, mas privados o tempo todo”.

O fato de a Fafe ser uma fundação de apoio, explica a professora Selma Garrido Pimenta, diretora da Feusp, “significa que há uma linha clara de aplicação dos recursos, destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão e melhoria das condições gerais da unidade”. A Fafe administrou, com seus projetos, recursos de R\$ 6,37 milhões em 2001, dos quais repassou 2,5% para a USP e outros 2,5% para a Faculdade, o que soma R\$ 318.354,10.

## CCEX PREPAROU SUBSÍDIO PARA O DEBATE

A CCEX da Feusp publicou, no *Boletim Informativo FEUSP* (edição especial, 15/10/2001), uma compilação das normas e diretrizes que regem as atividades de cultura e extensão na USP e naquela unidade, como subsídio para a instalação de “amplo debate” sobre a política de cultura e extensão.

De acordo com a própria CCEX, a elaboração do subsídio foi pautada “por algumas questões problematizadoras, que serviram como guia para os recortes dos artigos”, extraídos dos seguintes documentos: Constituição Federal de 1988, Estatuto e Regimento da USP, Regimento de Cultura e Extensão Universitária da USP, Minuta de Resolução do CoCEX da USP de 2001 sobre os cursos de extensão, Regimento da FE, Regulamento da CCEX da Feusp e Estatuto da Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (Fafe).

As “questões problematizadoras” elencadas são as seguintes:

“1) Que compreensão a comunidade Feusp tem do tripé ensino-pesquisa-extensão?

2) Como pode ser compatibilizada a oferta de atividades de ensino e pesquisa com aquelas da extensão?

3) Haveria forma de tornar mais abrangente a cobertura dos cursos de extensão, como, por exemplo, com a oferta de vagas aos alunos da graduação?

4) Como a regulamentação dos diferentes regimes de trabalho prevê a extensão? Para os docentes, há a obrigatoriedade do exercício das atividades de extensão, à semelhança do que ocorre com o ensino e a pesquisa? As atividades de extensão compõem os relatórios obrigatórios de atividades enviados à CERT?

5) Outras instituições e docentes não pertencentes ao quadro da USP podem participar das atividades de cultura e extensão. O que deve justificar essa participação?

6) Como nos posicionamos frente ao pagamento de atividades e cursos?

7) Como as atividades da Fafe se relacionam com as atividades de extensão?”

# RENDA INDUSTRIAL AJUDA A MANTER A FFLCH

Gilberto Maringoni  
Jornalista



*Unidade oferece mais de 100 cursos pagos, os quais têm peso importante na receita. Em 2001, os cursos geraram R\$ 689 mil, valor que representou 34% da verba disponível para custeio e investimento. A direção garante que as atividades pagas não remuneram docentes da USP*

**H**á dois debates em curso na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH): a existência de cursos pagos e a divisão das receitas. A verba oriunda das atividades pagas ingressa na tesouraria da unidade como renda industrial, e reforça sua dotação orçamentária, em meio a polêmicas sobre volume de repasses e possíveis conflitos entre a instituição pública, que oferece serviços gratuitos, e setores que cobram por suas atividades.

“No plano dos princípios há uma dificuldade nesta questão, que nós tentamos resolver em parte”, reflete o professor Francis Aubert, que dirigiu a FFLCH até julho de 2002. “Não temos fundações na unidade, o que resolveria de certa forma esta contradição”, lembra ele com voz pausada. “Mas também estamos usando termos aparentemente iguais para questões num certo sentido diferentes. Ensino público e gratuito é graduação e pós-graduação. As atividades de extensão podem ser muitas”, diz.

“Estamos falando de algumas atividades que por acaso são relacionadas ao ensino. Mas extensão em vários casos pode ser exame laboratorial, ou pareceres museológicos, por exemplo”, completa. A FFLCH oferece uma série de cursos de inglês, espanhol, alemão e francês, com duração entre três e quatro meses e preços totais que variam de R\$ 200 a R\$ 426, além

de cursos de extensão cultural em diversas áreas.

Para o professor Aubert, “alguns deles têm um pagamento quase simbólico”. Os cursos são organizados através da Comissão de Cultura e Extensão (CCEX). “Nos cursos de línguas, por exemplo, temos estipulado que 50% das vagas têm de ser gratuitas, pois a necessidade do aprendizado de idiomas não é só da comunidade externa, mas dos próprios alunos da Faculdade”, garante.

*Em 2001, a renda industrial da FFLCH correspondeu a 84% da dotação inicial da unidade*

A FFLCH oferece mais de uma centena de cursos de extensão pagos, e existe uma grande procura por eles. Segundo dados oficiais da direção da escola, a chamada renda industrial, composta por recursos extra-orçamentários, entre eles a receita dos cursos, representou no ano passado um volume de recursos equivalente a 84% da dotação orçamentária inicial.

A unidade teve, em 2001, uma dotação inicial de R\$ 1.300.072,82. A ela agregou-se um montante, proveniente de receitas suplemen-

tares (aluguéis, doações, multas e outras), de R\$ 1.099.616,97, destacando-se, dentro deste valor, o recolhimento de taxas oriundas dos cursos, que alcançou a cifra de R\$ 689.118,95. Assim, da quantia de R\$ 2.399.689,79 com que a FFLCH contou efetivamente para custeio e investimento em 2001, os cursos pagos responderam por 34%.

O professor Aubert destaca que se não fosse esta renda suplementar muitas das atividades, como publicações, manutenção predial e auxílio a eventos, ficariam comprometidas. “A própria reforma do prédio da Faculdade de História, que estava um pardieiro, só foi possível com a entrada destas verbas suplementares”, exemplifica. Ele argumenta ainda que estas atividades são auto-sustentáveis e não colidem com a atividade docente. “Não são os professores da casa que ministram os cursos; eles apenas os coordenam e não recebem nada por isso”, frisa.

São contratados monitores, geralmente alunos de pós-graduação que não têm bolsas de estudo. “Eles são remunerados com parte do montante arrecadado nas taxas”, diz o professor. Da receita dos cursos, 20% são destinados à FFLCH. Metade desta parcela é investida em melhorias nos cursos de graduação e outra metade vai para despesas gerais, como reparos de equipamentos. Os 80% restantes ficam com o departamento responsável, de onde sai o pagamento dos monitores.

**Receita da FFLCH em 2001\***

Dotação inicial	1.300.072,82
Taxas (cursos)	689.118,95
Outras receitas suplementares	410.498,02
Total	2.399.689,79

\*Custeio e investimento. Fonte: direção da FFLCH

**CENTRO DE LÍNGUAS REÚNE 14 DOCENTES**

Almir Teixeira

Jornalista

O Centro de Línguas da FFLCH (CL) oferece cursos de idioma para até 800 alunos por semestre. O aprendizado instrumental de idiomas, voltado mais à leitura e à escrita, ofertado pelo CL, é gratuito para alunos da USP, mas cobrado do público externo. O CL cobra ainda metade da taxa quando os inscritos são estagiários, alunos especiais e alunos de cursos de especialização da USP. Segundo informações do diretor do centro, professor Reginaldo Pinto de Carvalho, o índice de pagantes fica em torno de 20% do total de alunos.

A diretora do Centro Acadêmico dos cursos de Letras, Paula Miranda França, questiona a própria permanência da sede do CL no prédio da Faculdade e considera pouco transparentes as suas atividades. “Gostaria de saber o que acontece lá dentro. Certamente isto não é discutido porque, se fosse, ao menos os representantes discentes saberiam”. Estranhamente, o próprio diretor afirma ter poucas informações sobre a movimentação financeira do CL: “A tesouraria [da FFLCH] é que cuida das contas. O CL não possui autonomia financeira”.

O centro conta com 14 professores, sendo 11 deles contratados pela USP em regime celetista. Os outros três professores recebem por meio da tesouraria, e seus salários vêm do dinheiro arrecadado pelo CL. “Este é o principal motivo de a entidade trabalhar atualmente no vermelho”, afirma o professor Carvalho.

Ele considera o trabalho do CL importante e casado aos interesses da comunidade acadêmica: “Isto acontece porque os coordenadores do centro podem casar seus projetos acadêmicos com as atividades do CL, como acontece na área de português para estrangeiros”. O professor informa ainda que os coordenadores, que trabalham em RDIDP, não recebem remuneração por suas atividades no CL. Em compensação, o dinheiro dos cursos é eventualmente empregado em viagens a congressos relacionados aos cursos instrumentais de idiomas.

# FEA OFERECE OS CURSOS MAIS CAROS DA USP

Terezinha Ferreira  
Jornalista



*Diretora da Faculdade de Economia apóia extensão paga e atribui os preços que chegam a R\$ 28 mil por aluno às condições de mercado: “As fundações estão competindo com outras escolas ou centros que também oferecem estes cursos. A questão não é comparar os valores do MBA com cursos gratuitos, mas com os MBA oferecidos por outras instituições”*

**O**s cursos pagos mais caros da USP estão na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), unidade que concentra três das maiores fundações privadas “de apoio”. Os dez cursos intitulados *Master of Business Administration-MBA* oferecidos pela Fundação Instituto de Administração (FIA), por exemplo, com a chancela da marca USP e carga de 500 horas-aula em média, custam R\$ 28.000,00 para cada aluno. A cada semestre, ingressam no programa cerca de 350 participantes.

O Mestrado Profissionalizante em Modelagem Matemática em Finanças, um programa interunidades FEA-Instituto de Matemática e Estatística, que tem a FIA como gestor financeiro, cobra um preço de R\$ 33.600,00 por aluno (**vide p. 28**). Há também os programas *MBA in company*, fechados por empresa, e outros sete programas em áreas específicas como Agribusiness, Ciência e Tecnologia, Varejo, Informática, Gestão de Pessoas e outras, todos com cursos de média e curta duração.

Na Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), cursar o *MBA* mais em conta, entre os oito existentes, custa R\$ 17.500,00. A pós-graduação *lato sensu* com carga de 540 horas-aula, R\$ 18.500,00. Os cursos oferecidos pela Fundação Instituto de

Pesquisas Econômicas (Fipe), a mais antiga da FEA, têm menores preços e são também menos extensos: os sete cursos *lato sensu* apresentavam preço de R\$ 12.500,00 para cursos com carga de 360 horas, quando realizávamos esta reportagem.

Para a professora Maria Tereza Leme Fleury, diretora da FEA, “o ponto fundamental para compreender o papel das fundações numa escola como esta é entender o que é uma faculdade onde todo conhecimento é aplicado”. Para ela, “Economia, Administração e Contabilidade são ciências aplicadas e, portanto, a relação com a sociedade

é crucial para desenvolver o conhecimento”.

Seria a sociedade toda? A diretora da FEA destaca os organismos governamentais, as empresas privadas nacionais e multinacionais e organizações do chamado “terceiro setor”. O público atingido pelos cursos é formado por executivos e diretores, cujas empresas pagam



**Professora Maria T. Fleury**

esses cursos. “Não são pagos pelas pessoas individualmente”, justifica a professora Fleury, garantindo que recursos são aplicados na FEA.

“Quando você faz uma pesquisa para uma empresa ou para um órgão do governo, quando oferece um programa de educação continuada, você cobra e esse recurso volta para cá. Existem taxas para a Faculdade, os departamentos e a Universidade, e a partir desses recursos temos investido na melhoria das instalações e tudo o mais”, sustenta a diretora.

Quando concedeu a entrevista, a professora Fleury ainda era candidata à direção da FEA, e consultou os outros dois candidatos antes de falar à *Revista Adusp*, só resolvendo responder depois de entender-se a respeito com eles. Ela recorreu a um interessante argumento para justificar os elevados valores cobra-

*“O parâmetro do preço do MBA é oferecido por instituições que concorrem conosco, como a FGV”, diz presidente da FIA*

## Alguns cursos oferecidos pela Fipecafi

Processo	Nome do Curso
91.1.1653.12.4	Curso de Especialização em Contabilidade e Finanças-MBA 1.020 horas Valor: R\$ 18.500,00
99.1.1568.12.4	Curso de Especialização em Gestão Atuarial e Financeira-MBA 470 horas Valor: R\$ 19.500,00
99.1.1141.12.0	Curso de Especialização em Tecnologia de Informação-MBA 480 horas Valor: 24.500,00
99.1.1567.12.8	Curso de Especialização em Gestão Financeira e Risco-MBA 436 horas Valor: 17.500,00
99.1.1569.12.0	Curso de Especialização em Controladoria-MBA 480 horas Valor: 22.000,00
00.1.1085.12.5	Curso de Especialização em Mercado de Capitais-MBA 420 horas Valor: R\$ 18.500,00

dos pelos cursos *lato sensu* da unidade: “As fundações estão competindo com outras escolas ou centros que também oferecem estes cursos, e o preço é daí para cima. A questão toda não é ficar comparando os valores do *MBA* com cursos gratuitos, mas com os cursos de *MBA* oferecidos por outras instituições, este deve ser o parâmetro”.

Opinião confirmada pelo professor Cláudio Felisoni de Angelo, presidente da FIA desde dezembro de 2001, e candidato derrotado a diretor da FEA: “O preço do *MBA* tem um valor que é um parâmetro hoje nas condições de mercado oferecidas por instituições que concorrem conosco, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a São Paulo Business School, que estão no mercado e oferecem esses

cursos para a iniciativa privada. No valor do curso temos viagens internacionais, professores que vêm do estrangeiro, damos livros, refeições, e obviamente, se você quiser atuar nesse mercado, precisa oferecer estas condições porque essas pessoas não vão se dispor a fazer cursos em outras condições que não essas, que as outras organizações oferecem”.

A diretora da FEA enfatiza a alta demanda desses cursos, “cujo processo seletivo é muito sério, e não é apenas o nome USP que está fazendo o pessoal vir para cá, ao invés de ir para a FGV, por exemplo: é pela qualidade dos cursos”. Acreditando na “importância de braços ligando a Universidade à sociedade”, a professora Fleury afirma que “novas propos-



**Professor Felisoni**

tas assim nos aproximam mais da sociedade, do que quando ficamos apenas no ensino de graduação e pós-graduação”.

# DE QUEM SÃO OS CURSOS DO DIREITO?

Almir Teixeira  
Jornalista



*Curso de especialização em Direito Mobiliário gerou R\$ 102 mil anuais em 2000 e 2001. No Largo São Francisco há também cursos pagos oferecidos por institutos privados. Na Saúde Pública, curso de Direito Ambiental, com receita prevista de R\$ 211 mil, conta com a participação de cerca de 20 docentes da Faculdade de Direito*

**N**a Faculdade de Direito (FD) são oferecidos atualmente, por institutos privados, cursos pagos de atualização e especialização em Direito Tributário, além de ocorrerem esporadicamente palestras que cobram dos participantes pequenas taxas. Também foi realizado, em 2000 e 2001, o curso de “Especialização em Direito Mobiliário”, aprovado pela Comissão de Pós-Graduação (CPG).

“O curso de ‘Atualização em Direito Tributário’ nada tem a ver com a USP”, irrita-se o presidente do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), Alcides Jorge Costa. “A relação estabelecida é puramente de locação. Nós alugamos o salão nobre ou salas de aula para realizar o curso durante alguns sábados”.

Apesar disso, Costa confirma que três docentes da USP dão aulas no curso. “Mas eles não ganham nada por isso”. O IBDT tem sede fora da USP, como acontece também com o Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET), que oferece o curso de “Especialização em Direito Tributário”.

O curso de “Especialização em Direito Mobiliário”, realizado em 2000 e 2001 mas não retomado em 2002, foi coordenado pela professora Rachel Sztajn, do Departamento de Direito Comercial. “Foi um curso pago pelos alunos. Professores da casa e de fora receberam remuneração”, informa a professora. “Os da casa receberam R\$ 125,00 por hora-aula e os

de fora R\$ 200,00 por hora-aula. Cada professor ganhava um valor diferente, em virtude da quantidade de aulas que dava”.

O curso foi criado por solicitação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão federal encarregado de fiscalizar o mercado de papéis financeiros: “A CVM acreditava não haver advogados especializados na área, então criamos o curso para satisfazer a demanda”, relata a professora. A cada ano foram 40 alunos, sendo que seis por ano foram isentos da taxa anual de R\$ 3.000,00. Dos R\$ 102.000,00 arrecadados por ano, 5% (R\$ 5.100,00) foram repassados à USP e 10% (R\$ 10.200,00) à Faculdade, relata a professora. Os restantes R\$ 86.700,00 foram gastos em viagens e hospedagens dos professores, e pagamento das aulas.

“Devem existir os cursos pagos”, defende a professora Sztajn. “Uma das funções da USP é preparar as pessoas da comunidade com um conhecimento maior do que elas possuem. Tivemos professores da Fundação Getúlio Vargas, outros do Rio de Janeiro, e isto não poderia ter sido feito se fosse somente com o dinheiro da USP”.

No entender da professora do Departamento de Direito Comercial, os cursos resolvem um problema real que é a demanda dos formados por especialização. Além disso, diz ela, “os cursos reduzem a demanda por pós-graduação *stricto sensu*, pois muitos profissionais procuram a pós-graduação para se especializar e não para seguir

carreira acadêmica”. Todavia, a professora defende uma nova destinação para os recursos obtidos: “É razoável que se faça a especialização paga e o dinheiro seja usado na pós-graduação *stricto sensu*. Não se pode matar uma possível fonte de recursos que são os cursos de especialização”.

A professora Sztajn conta que encerrou o curso de “Direito Mobiliário” por considerar o trabalho pesado demais. “Se um professor faltava, por exemplo, ligavam para mim e eu precisava lecionar em seu lugar”. Também reflete sobre outro risco que os cursos representam: “Deve-se tomar muito cuidado com a concentração de poder. Você selecionar qual é o professor que vai ganhar R\$ 1.600,00 num final de semana é algo bastante complicado”.

Fato curioso é que, apesar de a FD não oferecer cursos de Direito Ambiental, a Faculdade de Saúde Pública organizou um curso nessa área, com forte contribuição dos professores do Largo São Francisco. O curso de “Especialização em Direito Ambiental” dura 11 meses (468 horas-aula), cobrando R\$ 6.050,00 de cada um dos 35 alunos, entre inscrição, matrícula e mensalidades. A receita total prevista é de R\$ 211.750,00.

Segundo o professor Allaor Caffé Alves, do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito e um dos coordenadores do curso, “o dinheiro do curso fica só na Saúde Pública, mas professores e coordenadores são pagos”. Seriam cerca de 20 os professores da Faculdade de Direito que trabalham no curso.

# MAIS DE 50 CURSOS PAGOS NA ECA

Terezinha Vicente Ferreira  
Jornalista



*Programas de especialização lato sensu cobram R\$ 9.000 por aluno. A unidade mantém 38 núcleos de pesquisa, parte dos quais oferece cursos pagos. Estes são administrados, na maioria dos casos, pela Fundac*

**E**m 2001 e 2002, a Escola de Comunicações e Artes (ECA) ofereceu cerca de 50 cursos de extensão pagos, dos quais 41 de difusão e os restantes de aperfeiçoamento, atualização e especialização, com preços variando de R\$ 35,00 a R\$ 1.850,00, e dois cursos de pós-graduação *lato sensu* com preço de R\$ 9.000,00 por aluno.

Os oito departamentos da unidade — Artes Cênicas; Artes Plásticas; Biblioteconomia e Documentação; Cinema, Rádio e TV; Comunicações e Artes; Jornalismo e Editoração; Música; e Relações Públicas, Propaganda e Turismo — mantêm 38 núcleos de pesquisa, vários deles responsáveis por cursos pagos (**vide quadro**).

Atua na ECA, também, a Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (Fundac), que usa salas e telefones da unidade, organiza cursos próprios, e responde pela gestão financeira de cursos de terceiros. O diretor da unidade, professor Waldenyr Caldas, nega existir convênio com a Fundac (e a Reitoria fez declarações públicas de igual teor, em 2001), mas a instituição privada, dirigida pelo professor Tupã Gomes Correia, ex-diretor da ECA, movimentou-se com desenvoltura.

O diretor da ECA garante que a unidade “não tem qualquer espécie de convênio com aquela fundação, pelo menos a partir de 19 de fevereiro de 2001, quando tomei posse como diretor”. Para com-

provar a afirmação, ele apresenta duas correspondências, datadas de agosto de 2001 e fevereiro de 2002, assinadas por ele, desautorizando a utilização do nome da ECA em atividades que envolvam a Fundac. Cobranças de taxas que estavam a cargo da Fundac durante o ano de 2000, como as referentes ao diploma e catálogo de graduação, deixaram de ser feitas por ela, diante dos protestos dos estudantes.

Entretanto, Pedro Malavolta, estudante de Jorna-

*“Os profissionais podem pagar esses cursos. Mas geralmente são as empresas que pagam”, diz o vice-diretor*

lismo, diretor do Centro Acadêmico e ex-representante discente na Congregação da ECA, afirma que a Fundac mantém convênios com a unidade. O fato irrefutável é que as Normas Internas dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, disponíveis no site da ECA (<http://www.eca.usp.br/>), mencionam explicitamente a Fundac como responsável pela gestão de tais cursos.

No site podem-se ler as Normas Internas do Curso de Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Processo 99.1413.27.5) do Departamento

de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, as quais mencionam, no artigo 32, parágrafo único: “O plano de utilização das Taxas Acadêmicas obedecerá as normas gerais que disciplinam a Resolução CoP-Gr- 4-196 de 6/9/95. Assim sendo, deduzindo as taxas obrigatórias da Universidade e da Administração da Fundac, a aplicação da receita será destinada para...” etc.

O professor Luis Milanese, vice-diretor da ECA e presidente da Comissão de Cultura e Extensão (CCEX), remete as respostas sobre fundação e núcleos para o diretor ou a Reitoria, mas concorda com a existência de cursos pagos para “dinamizar” a vida acadêmica. Ele cita os cursos *lato sensu* existentes na unidade: “Como a ECA forma profissionais que estão sempre em busca de atualização ou de aperfeiçoamento, procura, por meio de cursos de extensão, atualizá-los. Inclusive a pedido de profissionais, ex-alunos ou não. Eles já estão no mercado de trabalho, podem pagar. Mesmo assim, geralmente são as empresas que pagam esses cursos para os seus funcionários”.

“Gestão de Processos Comunicacionais” e “Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas”, coordenados pelas professoras Maria Aparecida Baccaga e Margarida Maria Krohling Kunsch, respectivamente, são os cursos *lato sensu* em questão. A Fundac gere estes cursos desde 2000, emitindo boletos e controlando a cobrança das taxas. Com

estrutura semelhante à dos mestrandos profissionalizantes, eles têm carga de 900 horas, distribuída em três semestres, e custam ao aluno, ou ao empregador que financia o curso, R\$ 9.000,00 (em 18 parcelas de R\$ 500,00).

O curso “Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas” teve início em 1998. A primeira turma foi pequena: segundo a professora Margarida Kunsch, o curso ganhou força em 2000, e é procurado por jornalistas e publicitários que hoje são, no seu entender, “os verdadeiros gestores de empresas de comunicação”.

O pagamento aos professores é feito por hora-aula, de acordo com a titulação. Para um professor-doutor, o valor bruto da hora-aula é de cerca de R\$ 100,00. O curso contrata especialistas de alto nível, observa a professora Kunsch, com obras publicadas e extenso conhecimento dos conteúdos pelos quais responderão.

A coordenadora salienta que a cobrança de valores e os respectivos repasses são “um dado público” e que está muito bem indicado no projeto do curso, o qual, lembra ela, está de acordo com o Regimento Interno da USP, que determina que os cursos *latu senso* sejam auto-sustentáveis. No entanto, diz, “o curso tem obrigação de trazer benefícios à USP, e de fato traz”. Segundo a professora Kunsch, com as verbas geradas pelo curso foram construídos o galpão das Artes Cênicas e a sala 39 do Departamento de Relações Públicas (CRP).

“Faço absoluta questão de dizer que recebo um pró-labore de R\$



**O representante discente Pedro Malavolta e o professor Caldas**

800,00 para coordenar o curso Gestão de Processos Comunicacionais. E que cada professor, que dá geralmente um curso por ano, recebe R\$ 120,00 por hora-aula, o que dá cerca de R\$ 2.000,00 no ano”, informa

a professora

Bacciga.

“Além disso,

recebem

apenas pelas

18 horas de

aulas pre-

senciais,

quando

cada

núcleo

tem 48

horas

de trabalho no

curso. As outras 30 horas incluem

desde o processo seletivo — que

tem prova escrita, entrevista, exame

de documentos e projetos trazidos

pelos alunos, banca examinadora

etc. —, no qual eles trabalham de

graça, até partes à distância, como leituras programadas, relatórios, correções. Da ECA fazem parte do curso nove professores. Os outros vêm de fora e recebem R\$ 450,00 por conferência”.

A profes-

sora

Bacciga

defende

a cobran-

ça: “O

curso é

*lato sensu*,

e deve ser

pago, pelas

próprias nor-

mas da Rei-

toria. É uma

maneira

de democrati-

zar a Universidade, pois é dirigido

para profissionais que estão no

mercado, e normalmente têm

retorno imediato com o curso”.

Ela explica que, além de cobrir

*Para coordenadora, curso*

*pago é “uma maneira*

*de democratizar a*

*Universidade, pois é dirigido*

*a profissionais”*

## CENTRO DE ESTUDOS DA MODA

Entre os “naps” relacionados no site da ECA está o Núcleo de Pesquisas da Moda. Mas, ao clicar o vínculo, o visitante é conduzido ao Centro de Estudos da Moda (CEM), o qual, “instituído na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em março de 2000, de algum modo é o prolongamento institucional do laboratório de mesmo nome, que funcionava informalmente até aquela data na mesma Escola”.

A página informa sobre o

CEM: “Aprovado pelo CTA da ECA-USP em 1/3/2000. Portaria ECA-2, de 1/3/2000. Publicada no Diário Oficial do Estado, em 10/3/2000, Seção I, 110: 47.” De acordo com a página, o CEM “culmina seus projetos com a implantação, a partir do segundo semestre de 2001, do primeiro mestrado profissionalizante em moda”.

Entre os docentes do mestrado profissionalizante em moda, relacionados na página do CEM, figura o diretor da ECA, professor

Waldenyr Caldas, como responsável pela disciplina Sociologia da Moda.

Quem procurar o CEM, no telefone indicado no site (ramal USP 5019), ouvirá uma mensagem gravada que remete ao telefone 3242-1268, da Fundac — onde ficará sabendo, por meio da secretária Meire Valentim, que aquele “naps” não mais existe: teria sido “substituído” pelo Instituto da Moda (InMod), entidade privada que mantém 17 cursos de extensão e funciona na sede da fundação.

despesas com pagamento de professores e funcionários, assessoria de imprensa, produção de impressos (inclusive catálogos em inglês), transcrição de fitas e outras, as receitas do curso permitem a edição de uma revista dirigida a educadores e comunicadores.

De acordo com a professora Bacega, o incêndio ocorrido na ECA em 2001 foi um dos motivos do aumento do preço do curso, que, até então, custava aos alunos R\$ 350,00 mensais: “Com o incêndio, perdemos todos os equipamentos, e estamos começando do zero, já que o departamento não nos fornece nada, sequer um xerox. Pagamos tudo e temos todos os comprovantes, que estão à disposição, até porque temos que encaminhar tudo para a Fundac fazer a conta-

bilização”. A primeira turma do curso remonta a 1993.

Também o Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão da Promoção da Arte na Educação (NACE-PAE) tem cursos administra-

lado de dois do Departamento de Artes Cênicas. Porém, a única informação a respeito é o telefone para contato. Havia dois cursos de especialização no NACE-PAE, com cargas horárias de 360 e 180 horas, mas a secretária não soube dizer se continuarão a ser oferecidos ou não.

Os cursos de extensão, de difusão cultural e de atualização são variados. Não há programação fixa: Gena Moura, funcionária da Assistência Acadêmica, informa que eles “são organizados de acordo com solicitação dos departamentos, e devem ser aprovados pela CCEX”. A pedido do professor Milanesi, ela forneceu a “Relação dos Cursos de Extensão Universitária oferecidos pela ECA (2001 e 1º semestre de 2002)”, na qual aparecem 28 cur-

*“Já recebo salário da USP, acho uma indecência cobrar porcentagens pelos cursos”, declara a professora Maria Nazareth, do Celac*

dos pela Fundac, segundo a secretária Katiene Nascimento. No site da ECA, apenas três cursos deste núcleo aparecem, ao

**ÁREAS DE PESQUISA****NÚCLEOS**

Artes Cênicas	Laboratório de Teatro Educação LIM CAC - Laboratório de Informação e Memória LINCE - Laboratório do Ator-Laboratório de Investigação do Corpo como Expressão
Artes Plásticas	NACE-PAE - Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão da Promoção da Arte na Educação
Biblioteconomia e Documentação	NPC - Núcleo de Produção Científica Observatório de Políticas Culturais PROESI - Programa Serviço de Informação em Educação
Comunicações e Artes	Cibernética Pedagógica Gestão de Processos Comunicacionais NCE - Núcleo de Comunicação e Educação Núcleo de Pesquisa em Telenovela Com-Arte Filocom - Núcleo de Estudos Filosóficos de Comunicação
Jornalismo e Editoração	Núcleo de Epistemologia de Jornalismo NJC - Núcleo de Jornalismo Comparado NJL - Núcleo de Jornalismo e Linguagem NJMT - Núcleo de Jornalismo, Mercado e Tecnologia NUPEJL - Núcleo Permanente de Estudos Jornalismo e Linguagem Núcleo de Jornalismo e Cidadania
Relações Públicas, Publicidade, Propaganda e Turismo	CEPOP - Centro de Estudos de Pesquisa de Opinião Pública
Cinema, Rádio e Televisão	Grupo de Estudos Sobre Práticas de Recepção e Produtos Mediáticos Núcleo de Pesquisa em Poética da Imagem NUDRAMA - Núcleo de Pesquisa em Dramaturgia Audiovisual

tos pagos do Departamento de Música.

A lista oficial, porém, é incompleta. O Departamento de Artes Plásticas, por exemplo, informou a existência de dois cursos neste ano — Gravura em Metal e Desenho de Observação, com carga de 60 horas-aula e o preço de R\$ 400,00. Mas só um deles aparece na relação. O curso de Jornalismo Científico, do Núcleo José Reis de

Divulgação Científica, também não consta, por estar “em discussão”, segundo a Assistência Acadêmica. Mas este curso pago já tem uma turma em andamento, com mais de 50 alunos. E é, como vários outros, administrado pela Fundac.

Cursos de línguas são realizados pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa em Estudos Norte-Americanos (Napena), com o objetivo de “prestar serviços de qualidade

à comunidade”, segundo doutorandos que respondem por eles. No primeiro semestre, 150 alunos aprendiam inglês, espanhol e francês. Os cursos, administrados pelo próprio núcleo, são semestrais e têm preços ligeiramente diferentes para alunos e funcionários da ECA (total de R\$ 280,00), alunos e funcionários da USP (R\$ 300,00) e para a comunidade (R\$ 320,00).

Constam da relação da Assistência Acadêmica três cursos sob a responsabilidade da professora Maria Nazareth Ferreira, coordenadora do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Culturas e Comunicação (Celac), segundo ela o primeiro núcleo a surgir na unidade. Dos cursos, a professora diz que apenas “Introdução ao Jornalismo *On Line*”, de atualização, foi realizado. A taxa cobrada, de R\$ 245,00, foi usada para pagar o professor, um aluno da ECA, e foram repassados 10% obrigatórios para a unidade.

A professora Nazareth diz ser totalmente contrária aos cursos pagos. “É como se fosse uma introdução sub-reptícia do ensino pago na Universidade. A extensão universitária deve existir, devemos prestar serviços à comunidade e podemos até cobrar alguma coisa simbólica, mas desde que os cursos não existam no currículo, e sejam rápidos, de difusão cultural”.

A coordenadora do Celac informa que serão organizados cursos para a Terceira Idade no segundo semestre, ao preço de R\$ 15,00 por aluno. O professor abriu mão do pró-labore. Ela considera os núcleos importantes para amparar pesquisas e conseguir financiamentos do CNPq e da Fapesp, mas não para ofertar cursos, sobretudo extensos e que contem como carga horária. “Eu já recebo meu salário da USP, acho uma indecência cobrar porcentagens pelos cursos”, declara a professora Nazareth.

“Se os professores, meus alunos de pós-graduação, quiserem dar algum curso pelo núcleo, têm que

cobrar barato, como esses que acontecerão no segundo semestre”. Ela também critica aqueles docentes que estariam deixando de assumir disciplinas na graduação para dedicar-se a atividades remuneradas, e com isso sobrecarregando os colegas cujo ingresso ou contratação pela USP é mais recente.

Dos 38 núcleos de pesquisa em atividade na ECA, somente o Napena e o Celac são reconhecidos pela Reitoria (oficialmente, “criados”), com base na Resolução 3657, de 15 de fevereiro de 1990, que “estabelece normas para criação, funcionamento, renovação e desativação de Núcleos de Apoio à Pesquisa (NAPs)”. A medida define, em seu artigo 2º, que “Cabe ao Reitor, nos termos do artigo 7º do Estatuto, ouvido o Pró-Reitor de Pesquisa, a criação de Núcleos de Apoio à Pesquisa”, que pode ser sugerida por grupos de docentes, unidades e órgãos da USP.



Os núcleos têm relativa independência, segundo o professor Caldas, e por isso o diretor nomeou uma comissão “especialmente para estudar a situação de todos eles e auxiliá-los no sentido de se regularizarem junto à Pró-Reitoria de Pesquisa”. Nomeada no dia 28 de fevereiro deste ano, com prazo de 60 dias para desenvolver o trabalho, a comissão pediu prorrogação do prazo, concedida pelo diretor.

# ESCOLA DO FUTURO OFERECE ENSINO À DISTÂNCIA PAGO

Equipe da Revista Adusp

*O Centro de Capacitação Profissional desse núcleo de apoio à pesquisa promove cursos presenciais, semi-presenciais e à distância cujos preços variam de R\$ 112 a R\$ 600 por aluno*

**A** Escola do Futuro é um dos núcleos de apoio à pesquisa (“naps”) criados oficialmente com base na Resolução 3567/90. Entre 1992 e 2000, a Escola do Futuro recebeu, por intermédio da Fundação de Apoio à USP (Fusp), verbas externas que totalizaram US\$ 4.736.275,65, em diversos projetos. Mas esse “nap”, autodefinido como “laboratório interdisciplinar que investiga como as novas tecnologias de comunicação podem melhorar o aprendizado em todos os seus níveis” (<http://www.futuro.usp.br/>), também é um ativo promotor de cursos pagos.

Os cursos são oferecidos por intermédio do Centro de Capacitação Profissional, os preços variam de R\$ 112,00 a R\$ 600,00, e os interessados são avisados de que o pagamento

“deverá ser feito com antecedência mínima de cinco dias úteis, antes do início do curso”, e de que a “Escola do Futuro da USP reserva-se o direito de cancelar o curso caso não haja número mínimo de participantes”.

Dois cursos à distância foram agendados para os meses de agosto e setembro: “Fundamentos de Telecomunicação”, de 90 horas-aula, ao preço de R\$ 540,00, com turma entre 10 e 30 alunos, e “Criando e usando Wikis: ferramenta de colaboração online”, de 36 horas-aula, ao preço de R\$ 150,00.

Em julho foi realizado o curso semi-presencial “Educação a Distância: Planejamento e Implantação de Cursos”, com carga horária de 68 horas, “quatro encontros presenciais quinzenais e interação *on-line* nos períodos interdiários”. Cada aluno pagou R\$ 600,00.

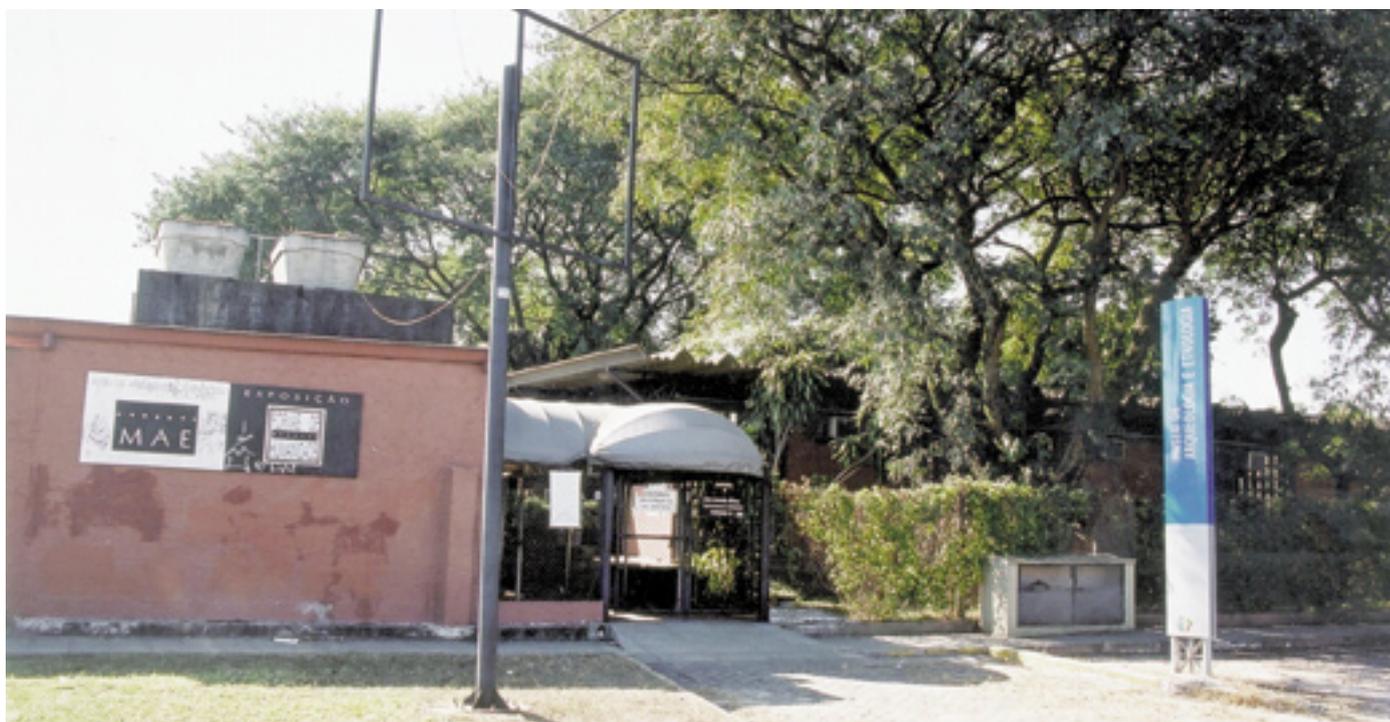
Os cursos presenciais do “Programa de Gestão Básica para Escolas”

e do “Programa de aperfeiçoamento profissional para atendentes escolares”, com preços entre R\$ 112,00 e R\$ 150,00, previstos para o final do primeiro semestre, foram cancelados. A leitura das ementas desses cursos revela uma concepção da educação como produto à venda no mercado.

É o caso do curso “Marketing e vendas para escolas”, que compreendia os seguintes temas: “Endomarketing”, “Ações simples de marketing que ajudam a fortalecer a imagem da escola na região”, “Venda de serviços educacionais”, “Entendendo o produto ‘educação’ do ponto de vista mercadológico”. O curso “Gestão financeira básica”, por sua vez, incluía os temas “Processo decisório na área de resultados nos pequenos e médios negócios”, “Projeções de resultados; custos fixos e variáveis; simulações e antevisão do lucro” etc.

# MAC E MAE COBRAM POR CURSOS E OFICINAS

Equipe da Revista Adusp



**O** Museu de Arte Contemporânea (MAC) oferece pelo menos quatro cursos pagos em 2002. O mais caro deles é a “Monitoria em Artes”, curso de especialização com carga horária de 360 horas, iniciado em março. O preço do curso: R\$ 1.000,00 (R\$ 900,00 para pagamento à vista).

“Desenho para principiantes”, descrito como um curso prático de ateliê, com 15 vagas, foi oferecido no MAC de março a junho, com

preço de R\$ 50,00 por mês, ou valor total de R\$ 200,00. “Orientação de projetos artísticos”, com cinco vagas, teve início em abril e seguirá até dezembro, com mensalidades de R\$ 50,00 e valor total de R\$ 350,00. A “Oficina de Artes Plásticas – Linguagens bidimensionais”, com 21 vagas, custará R\$ 30,00 por mês (total de R\$ 240,00), teve início em março e terminará em novembro.

O Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), por sua vez, realizou seis oficinas pagas no primeiro semestre de 2002, com

preços variando entre R\$ 30,00 e R\$ 80,00: “Cerâmica Romana e Arqueologia” (R\$ 40,00), “Pesquisa em Antropologia e Etnologia” (R\$ 30,00), “Produção, uso e descarte da cultura material e seus significados culturais” (R\$ 40,00), “O desenvolvimento da cultura na área andina: exame da emergência de sociedades complexas” (R\$ 60,00), “Workshop Cultura Material Teoria e Prática – uma proposta alternativa” (R\$ 55,00), “Caminhos e Possibilidades da Educação Infantil no MAE” (R\$ 80,00).

# CURSOS DE FUNDAÇÃO “COMPLETAM” CURRÍCULO NA FAU

Terezinha Vicente Ferreira  
Jornalista



*Fundação para a Pesquisa Ambiental (Fupam), criada há 25 anos, oferece dezenas de cursos, inclusive um de especialização, “Conforto Ambiental e Conservação de Energia”, que está na terceira turma e cobra de cada aluno um total de R\$ 4.620*

**A** FAU vive, desde 1998, um longo processo de reforma curricular. Enquanto isso, a Fundação para a Pesquisa Ambiental (Fupam) realiza cursos pagos que, segundo os alunos, deveriam fazer parte do currículo, e alguns professores tentam suprir as falhas com palestras e atividades afins. Um exemplo citado por vários alunos é o curso de Autocad, programa de informática, que a Fupam oferece nas modalidades básico e avançado, recurso essencial para se conseguir qualquer estágio.

“Se você quiser essa matéria, tem que fazer o curso da Fupam que, com o desconto para alunos, fica em R\$ 300,00. Nós acabamos sendo obrigados a fazer alguns cursos pagos e abertos para a sociedade, que deveriam ser matérias do currículo”, reclamam os alunos.

Para a professora Heliana Comin Vargas, presidente da Fupam, “a fundação não está dando os cursos porque a FAU não dá; a FAU não consegue pagar os professores que dão estes cursos”. Segundo a professora, é discutível o que deve entrar no currículo. “O computador é considerado um instrumento, um apoio técnico. O aluno usa a informática como instrumento de desenho, mas o ato de projetar independe de instrumento”.

O patrocínio dado por Cosipa, Usiminas, CSN e Aço Minas ao curso sobre uso do aço é considerado salutar pela presidente da Fupam, por permitir que a taxa de matrícula não exceda os R\$ 70,00. “A Cosipa patrocina e o aluno aprende de graça a projetar no aço.

Quem ganha é quem está fazendo o curso e aprendendo. As fundações são mais ágeis para a atualização em relação às demandas do mercado”, opina a professora Heliana.

Os alunos, por sua vez, criticam tanto a inexistência da disciplina no currículo como a “solução” oferecida pela fundação privada. “A FAU parou na era do concreto, alguns professores tentam encaixar informações sobre tecnologia do aço, mas é insuficiente, deveria existir no currículo”, dizem. “Enquanto isso, a Fupam tem esse curso, patrocinado por empresas fornecedoras do material para obras”.

Criada há 25 anos, a Fupam oferece permanentemente cerca de 20 cursos, e todo ano introduz novos temas na programação. Em média, 60 turmas anuais foram atendidas nos últimos quatro anos. Em 2001, passaram por seus cursos 1.400 alunos, dos quais 125 receberam bolsas integrais, segundo a fundação.

“O carro-chefe são os cursos de instrumentalização. Na maioria são de difusão cultural e atualização, com carga horária média de 30 a 40 horas, e as taxas variam entre R\$ 300,00 e R\$ 390,00”, informa a professora Heliana. “São oferecidas bolsas para alunos, funcionários e professores da USP. A média varia de 10 a 30 alunos pagantes. Oferecemos apenas um curso de especialização.”

“Conforto Ambiental e Conservação de Energia”, com carga de 360 horas, é o curso de especialização oferecido pela Fupam. Está na terceira turma atualmente, e seu custo é de R\$ 4.620,00 no ano (R\$ 385,00 por mês). “Procuramos nos antecipar às questões funda-



**Professora Heliane Comin**

mentais para o desenvolvimento urbano”, diz a presidenta da fundação. “Assim, o curso de energia foi lançado duas vezes sem sucesso. Só ‘pegou’ quando veio a crise de energia, a primeira turma foi no ano passado”.

Da mesma forma, ela justifica o novo curso anunciado pela Fupam para o segundo semestre: “Urbanismo Comercial e Arquitetura de Negócios”, a ser ministrado por ela. “Essa área específica, comércio e cidade, não existe no currículo e é importante”, diz. “Vamos aproveitar a presença de um professor português, que vem a um Congresso em outubro, para falar sobre ‘Urbanismo Comercial’, para dar aula neste curso”.

A Fupam diz observar todos as normas da Universidade nas atividades de extensão, sendo “emitidos certificados USP somente de cursos aprovados pelos seus colegiados”. Cerca de 10% dos professores da FAU são ligados aos cursos da Fupam, afirma a professora Vargas.

“Porém, todos os cursos são coordenados ou ministrados por um professor da FAU”.

Os recursos captados pelos cursos são todos empregados na unidade, segundo a presidente da Fupam: “Quando há saldo, é utilizado na aquisição de equipamentos como projetor, retroprojetor, projetor multimídia, TV, vídeo, micro computadores, softwares. Os equipamentos são cedidos para utilização da FAU durante o dia nos cursos de graduação, e à noite nos cursos de extensão”.

Os alunos rejeitam a visão da Fundação. “A gente olha a cidade e sabe que 50% da população mora em habitações irregulares, favelas e loteamentos”, diz Myriam Tschiptschin, representante discente na Comissão de Cultura e Extensão (CCEEx) da FAU. “Enquanto isso, a Fupam lança um novo curso sobre *shopping centers*. Não tem nada a ver”.

Essa também é a opinião de Daniel Ramos, diretor do Grêmio da FAU. “Os cursos direcionam o interesse apenas para a lógica do mercado, que é totalmente contrária ao que deveria ser a universidade pública”, acredita o estudante. “O que propomos como extensão universitária são atividades práticas a serem desenvolvidas fora dos muros da universidade, interagindo com movimentos sociais organizados”, acrescenta. Como exemplo, cita o Labhab, laboratório de habitação, cujos projetos conseguem bolsas do Fundo de Cultura e Extensão.



**Myriam e Daniel**

*“50% da população mora em habitações irregulares, favelas e loteamentos. Mas a Fupam lança um novo curso sobre shopping centers”*

Para a representante discente, pode começar alguma moralização a partir de mudanças no regimento da Cultura e Extensão. “Agora, os certificados só poderão levar o nome da USP se houver, de fato, o mínimo de 50% das aulas dadas pelo professor coordenador, que é realmente quem carrega o nome da FAU”, explica Myriam. “Acontecia que o coordenador se responsabilizava pelo curso, assinava o certificado, mas outros davam aula”.

Para os alunos, as pequenas melhorias não compensam o desvio proporcionado pela existência

das fundações e os cursos pagos. “Mesmo os professores que são contra a fundação, se querem desenvolver algum projeto de interesse dos alunos, tem que ser pela fundação. As portas da universidade estão abertas para quem pode pagar e continuam fechadas para quem não pode”.

O professor Jorge Oseki, do Departamento de Tecnologia da Arquitetura, lembra que a lógica das fundações é muito presente em unidades como a FAU, a Escola Politécnica e a Escola de Enfermagem. “Nas faculdades mais profissionais, a cultura de mercado é muito forte. Por isso é preciso fomentar a cultura universitária, para fazer frente a ela”. O professor Oseki também argumenta que, se as fundações estão crescendo na USP, isto é consequência de não se estar utilizando o espaço público. “Devemos criar utilidades para o espaço público, pois, se não o ocuparmos, vamos perdê-lo”, adverte.

# DOCENTE: FILIE-SE À ADUSP E FORTALEÇA A SUA ENTIDADE

## Adusp – S.Sind.

## Ficha de Filiação

### Dados profissionais

Número funcional

--	--	--	--	--	--	--	--

Unidade

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Departamento

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Telefone do Depto:

--	--	--	--	--	--

Ramal

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

E-Mail

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Dados Pessoais

Nome

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Endereço

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

CEP

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--

Cidade

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

UF

--	--

Telefone residencial

--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

Local para entrega de correspondência

No departamento

na residência

Local e Data

Assinatura

### UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO AUTORIZAÇÃO PARA CONSIGNAÇÕES

ENTIDADE CONSIGNATÁRIA:

ADUSP – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP

NOME DO ASSOCIADO:

AUTORIZA A IMPLANTAR E/OU ALTERAR AS CONSIGNAÇÕES EM SEUS VENCIMENTOS,  
SOB OS CÓDIGOS ABAIXO RELACIONADOS

CÓDIGO DA OPERAÇÃO

1 – IMPLANTAR  
2 – ALTERAR  
3 – CANCELAR

NÚMERO DE PARCELAS

11 – Nº DE PARCELAS  
99 - INFINITO

TIPO DO PAGAMENTO

N - NORMAL  
E - ESPECIAL

Nº DO SERVIDOR

1					6

ENT. CONS. COD.

1	9	8
7		9

CÓD.  
OPE

1
10

ESPÉCIE

3	0
11	12

Nº PARC.

9	9
11	12

VALOR

13																				26

TIPO  
PAGTO

E
27

EMIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ASSINATURA DO ASSOCIADO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ASSINAT. ENT. CONSIGNATÁRIA

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ASSINAT. ÓRGÃO DE PESSOAL

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Coloque a data aqui ↑

Não se esqueça de assinar aqui ↑